



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL  
CAMPUS PORTO ALEGRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**MARGARIDA PRESTES DE SOUZA**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO  
COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Porto Alegre

2024

**MARGARIDA PRESTES DE SOUZA**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO  
COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Clarice Monteiro Escott  
Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Andréa Poletto Souza

Porto Alegre

2024

S729a Souza, Margarida Prestes de.

Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS: construção coletiva de uma proposta de autoavaliação na educação profissional e tecnológica / Margarida Prestes de Souza – Porto Alegre, 2024.  
207 f.: il. Color.

Orientadora: Profª Dra. Clarice Monteiro Escott  
Coorientadora: Profª Dra. Andréa Poletto Souza

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT, Porto Alegre (2024).

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Autoavaliação. 3. Ações Afirmativas. 4. Políticas Públicas. I. Escott, Clarice Monteiro. II. Souza, Andréa Poletto. III. Título.

CDU 37.004

Bibliotecário responsável: Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB-10/1497

---

**MARGARIDA PRESTES DE SOUZA**

**AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO  
COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 08 de agosto de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Clarice Monteiro Escott.  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
Orientadora

---

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva  
Rodrigues  
Universidade Federal do Pampa

---

Profa. Dra. Andréa Poletto Sonza.  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
Coorientadora

---

Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

---

**MARGARIDA PRESTES DE SOUZA**

**Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 08 de agosto de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Clarice Monteiro Escott.  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
Orientadora

---

Profa. Dra. Ana Cristina da Silva  
Rodrigues  
Universidade Federal do Pampa

---

Profa. Dra. Andréa Poletto Sonza.  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul  
Coorientadora

---

Profa. Dra. Liliane Madruga Prestes  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este estudo a minha mãe Benvinda e  
ao meu irmão Pedro, (ambos *in memoriam*),  
fontes primeiras de inspiração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e pela saúde, que me faz ter disposição para o trabalho e estudo.

Agradeço ao corpo docente e aos colegas da turma Profept 2022, pelo rico aprendizado, pela troca de experiências e conhecimentos.

Às professoras Andréa e Clarice, gratidão pela dedicação, carinho e orientação.

Às professoras Ana Cristina e Liliane, por suas contribuições que em muito qualificaram a pesquisa.

O meu muito obrigada aos colegas do Departamento de Avaliação Institucional, pelo especial apoio, durante todo tempo do mestrado.

Às colegas Lisiane e Fabiana, meu muito obrigada pela formatação do material textual desenvolvido ao longo do mestrado e à Suelen Patrícia, pela tradução dos resumos, para o Abstract.

“A inclusão acontece quando  
se aprende com as diferenças e  
não com as igualdades.”  
(Paulo Freire, 1959)

## RESUMO

A presente dissertação descreve a pesquisa de cunho qualitativo, aplicado e exploratório que teve como objetivo, compreender, analisar e promover alternativas para a implementação de uma proposta de avaliação da Políticas de Ações Afirmativas (PAAf) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, que contribua para a sua consolidação. Investigou-se as possibilidades de construção coletiva, dessa proposta de avaliação, a partir do diálogo e escuta com a comunidade acadêmica do *Campus* Bento Gonçalves, local escolhido para a realização desta pesquisa, por se tratar de um dos *campi* da primeira fase, quando da criação dos Institutos Federais e por ter os núcleos de Ações Afirmativas implementados e consolidados. Considerou-se, para o recorte de pesquisa, os anos de 2021 a 2023. O público-alvo da pesquisa foram as coordenadoras dos núcleos de ações afirmativas, por serem as servidoras que melhor conhecem a temática: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs), No segmento discente participaram da pesquisa, três estudantes do Ensino Médio Integrado, beneficiados de alguma forma, pela Política de Ações Afirmativas do IFRS. Participaram ainda, dois docentes do Ensino Médio Integrado que têm interação com discentes atendidos pela PAAf e dois técnicos administrativos que desempenham suas funções junto à coordenação de assistência estudantil no *Campus* Bento Gonçalves do IFRS. Foram realizados estudos bibliográfico e documental que embasaram a pesquisa. As percepções dos atores participantes, acerca das ações desenvolvidas na implementação da Política, foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada. Após a análise dos dados das entrevistas, de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (2016), do Ciclo de Políticas de Ball (2011) e demais etapas da pesquisa obtivemos as categorias finais: Formação continuada, Capacitação, Sensibilização, Ações Afirmativas, Avaliação da PAAf, Inclusão, diversidade, Acessibilidade, Auxílio estudantil, Apoio aos Núcleos de Ações Afirmativas, Acesso e Instituição Inclusiva. Com estas categorias foi possível construir uma matriz com os indicadores, além das questões formuladas como proposta de avaliação da PAAf. Essa matriz de indicadores foi inserida no Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, Produto Educacional destinado a toda comunidade acadêmica do IFRS. O PE destina-se a fornecer orientações e informações detalhadas à comunidade acadêmica do IFRS, sobre a avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS (PAAf), visando promover a inclusão, a diversidade e a igualdade na Instituição.

**Palavras-Chave:** Ações Afirmativas. Inclusão e Diversidade. Instituto Federal. Educação Profissional e Tecnológica. Autoavaliação Institucional.

## ABSTRACT

This dissertation describes a qualitative, applied, and exploratory research aimed at understanding, analyzing, and promoting alternatives for implementing an evaluation proposal of the Affirmative Action Policies (PAAf) of the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Rio Grande do Sul, contributing to its consolidation. The research investigated the possibilities of collective construction of this evaluation proposal through dialogue and listening to the academic community of Bento Gonçalves Campus, chosen for this research due to being one of the initial phase campuses at the time of the Federal Institutes creation and having established and consolidated Affirmative Action centers. The research focused on the years 2021 to 2023. The target audience consisted of the coordinators of the affirmative action centers, being the staff members most familiar with the subject: the Center for Assistance to People with Specific Educational Needs (Napne), the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Neabi), and the Center for Gender and Sexuality Studies and Research (Nepgs). Three Integrated High School students who benefited in some way from the IFRS Affirmative Action Policy participated in the student segment of the research. Additionally, two Integrated High School teachers who interact with students served by PAAf and two administrative technicians working with the student assistance coordination at Bento Gonçalves Campus of IFRS participated. Bibliographical and documentary studies that supported the research were conducted. The participants' perceptions of the actions taken in the Policy's implementation were collected through semi-structured interviews. After analyzing the interview data using Bardin's (2011) Content Analysis technique, Ball's Policy Cycle (2011), and other research stages, the final categories were obtained: Continuing Education, Training, Awareness, Affirmative Actions, PAAf Evaluation, Inclusion, Diversity, Accessibility, Student Aid, Support for Affirmative Action Centers, Access, and Inclusive Institution. With these categories, a matrix with indicators was constructed, in addition to the questions formulated as an evaluation proposal for PAAf. This indicator matrix was included in the IFRS Affirmative Action Policy Evaluation Guide, an Educational Product intended for the entire IFRS academic community. The EP aims to provide guidelines and detailed information to the IFRS academic community about evaluating the IFRS Affirmative Action Policy (PAAf), promoting inclusion, diversity, and equality in the institution.

**Keywords:** Affirmative Actions. Inclusion and Diversity. Federal Institute. Professional and Technological Education. Institutional Self-Evaluation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CB – Constituição Brasileira

CES – Comissão de Estudos Surdos

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CTA – Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS

CONSUP – Conselho Superior

EAFPJK – Escolha Agrotécnica Federal “Presidente Juscelino Kubitschek”

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMI – Ensino Médio Integrado

ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IF – Institutos Federais

IFSUL – Instituto Federal Sul Riograndense

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQI + – Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero, queer, intersexo +

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

NAAf – Núcleo de Ações Afirmativas

NBR – Norma Brasileira

NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas

NEABI – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros

NEPGS – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero e Sexualidade

PAIFRS – Programa de Avaliação Institucional do Instituto Federal, de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

PCD – Pessoa com Deficiência

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PE – Produto Educacional

PEI – Plano Educacional Individualizado

PPI – Projeto Político Institucional

PRODI – Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional

PROEN – Pró Reitoria de Ensino

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TAE – Técnico Administrativo em Educação.

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações referentes ao ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, no período de 2021 a 2023.....	14
Quadro 2: Dissertações produzidas sobre a temática Ações Inclusivas no período de 2021 a 2023 .....	19
Quadro 3: Políticas públicas nacionais para a educação básica e profissional.....	26
Quadro 4: As Constituições Brasileiras e suas contribuições à Educação.....	28
Quadro 5: As três Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira .....	32
Quadro 6: Políticas públicas nacionais com a temática ações afirmativas na década de 1990 .....	36
Quadro 7: Ações Afirmativas do Governo Federal instituídas na primeira década do novo século .....	36
Quadro 8: Ações Afirmativas para a Educação.....	37
Quadro 9: Normativas institucionais acerca da temática Ações Afirmativas .....	41
Quadro 10: Critérios para a seleção dos participantes da pesquisa .....	50
Quadro 11: Características dos participantes da pesquisa .....	51
Quadro 12: Objetivos x entrevista Semiestruturada x Objetivos (PAAf).....	52
Quadro 13: Contextos dos Ciclos de Políticas e Indicadores X Instrumento de Investigação .....	58
Quadro 14: Etapas da entrevista.....	66
Quadro 15: Categorias iniciais e intermediárias .....	69
Quadro 16: Categorias Finais.....	70
Quadro 17: Identificação do segmento do participante .....	85
Quadro 18: Comentários dos Avaliadores.....	86

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DA TEMÁTICA: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS .....	14
1.2 JUSTIFICATIVA .....	18
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA .....	20
1.4 OBJETIVO GERAL .....	20
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	21
<b>2 BASES TEÓRICAS</b> .....	<b>21</b>
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....	21
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	25
2.3 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA .....	27
2.4 AÇÕES AFIRMATIVAS .....	34
<b>2.4.1 Ações Afirmativas no IFRS</b> .....	<b>40</b>
2.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	46
<b>2.5.1 A Autoavaliação no IFRS</b> .....	<b>47</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>49</b>
3.1 ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO .....	55
3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL .....	61
3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	64
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>68</b>
4.1 TERCEIRO CONTEXTO: DA PRÁTICA .....	71
4.2 CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS .....	79
4.3 CONTEXTO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA .....	80
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>81</b>
5.1 O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL .....	81
5.2 AVALIAÇÃO DO PE .....	84
<b>5.2.1 Questões do Instrumento de Avaliação do PE</b> .....	<b>85</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>91</b>

<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL .....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE B – CONVITE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....</b>	<b>169</b>
<b>APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>171</b>
<b>APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>174</b>
<b>APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR DE NÚCLEO .....</b>	<b>177</b>
<b>APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DISCENTE.....</b>	<b>179</b>
<b>APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES .....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TÉCNICO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDICE I - QUADRO DE PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS.....</b>	<b>182</b>
<b>APÊNDICE J – CONVITE E QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO DO PE .....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE K– RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PE.....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>	<b>194</b>
<b>ANEXO B – SUBMISSÃO DO ARTIGO "POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NOS INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL" .....</b>	<b>199</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação resulta da pesquisa desenvolvida desde o primeiro semestre de 2022, no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) que propôs, a partir da escuta e diálogo com a comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves, a investigação de elementos que subsidiassem a construção de uma proposta de avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS. O resultado foi o desenvolvimento de um produto educacional, o Guia de Avaliação das Ações Afirmativas do IFRS, no âmbito do mestrado ProfEPT, vinculado à área de Ensino da Capes, na linha de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A dissertação é condição para a conclusão do curso, juntamente com o Produto Educacional, resultado da pesquisa, alinhado à área de ensino envolvendo o ambiente de trabalho do mestrando. Tem como temática a avaliação da Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), materialização efetiva dos objetivos estabelecidos na PAAf, na perspectiva do acesso, permanência e êxito dos estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) aos cursos técnicos, ofertados pelo *Campus* Bento Gonçalves do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

Esta dissertação encontra-se dividida em 6 capítulos. Na Introdução, são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, o problema de pesquisa e a justificativa, além das motivações para a escolha das temáticas. As bases teóricas são apresentadas no capítulo 2, divididas nos eixos: Educação Profissional e Tecnológica e Institutos Federais, Políticas Públicas no Brasil, Legislação Educacional Brasileira, Ações Afirmativas e Avaliação Institucional. A natureza da pesquisa e o percurso metodológico estão descritos no capítulo 3, abordando as metodologias utilizadas na fase exploratória, como também nas fases de desenvolvimento e avaliação do produto educacional. A análise dos dados é realizada no capítulo 4, que contempla a discussão dos resultados obtidos na análise documental e das entrevistas semiestruturadas. Os processos de construção e avaliação do Produto Educacional estão descritos no capítulo 5. Para concluir, o capítulo 6 é dedicado às considerações finais em relação aos objetivos da pesquisa.

O IFRS é uma instituição que oferta a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e tem o Ensino Médio Integrado sendo realizado na

perspectiva de uma educação *omnilateral*, com o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico. O estudante conclui a Educação Básica com uma educação profissional, cidadã, integral em todas as dimensões, com condições para seguir a carreira acadêmica ou entrar no mundo do trabalho.

No contexto das políticas institucionais, o IFRS vem implantando a Resolução do Conselho Superior do IFRS, nº 022, de 25 de fevereiro de 2014, que aprovou a Política de Ações Afirmativas do IFRS,

orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Esta política propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas (IFRS, 2014b, p.1).

O documento traz nas disposições finais:

Art. 15. A Política de Ações Afirmativas do IFRS deverá ser avaliada, anualmente, através de relatório produzido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação do IFRS (CPA), para compor o relatório de Avaliação institucional.

Parágrafo único. A avaliação a que se refere o caput do artigo deve pautar-se pela materialização efetiva dos objetivos estabelecidos nesta Política (IFRS, 2014b, p.7).

A Política de Ações Afirmativas do IFRS nasce a partir da previsão institucional, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da instituição, é compromisso do IFRS o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o comprometimento da Instituição com a formação integral dos estudantes, principalmente quanto ao relacionamento que este estabelece com o mundo do trabalho.

Para atender as demandas, por atendimento especializado, foram criados nos *campi* do IFRS, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs), com as suas atribuições definidas em regulamento próprio.

Para a realização da pesquisa e atendimento ao objetivo geral quanto à avaliação anual da Política de Ações Afirmativas do IFRS, realizou-se diálogo, escuta e entrevista semiestruturada com as coordenadoras dos núcleos de ações afirmativas (Napne, Neabi e Nepgs), do *Campus* Bento Gonçalves, com três discentes do Ensino Médio Integrado que, de alguma forma, foram beneficiados pela política e com dois representantes dos segmentos docente e técnico administrativo em educação, que atuaram diretamente com o Ensino Médio Integrado, no segundo semestre de 2023, período da realização das entrevistas.

Desta forma, foram coletadas informações que embasaram a presente pesquisa, obtendo-se assim subsídios para a proposição de um processo que avalie a Política de Ações Afirmativas, visando contribuir para o aprimoramento da implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, no *Campus* Bento Gonçalves e posteriormente, em todas as demais unidades da Instituição.

Posteriormente, o que se espera, é que o resultado da autoavaliação da política, com a implementação do produto educacional, forneça informações necessárias para orientar as ações da gestão, no que se refere às metas propostas desde a criação, implementação e consolidação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

O Quadro 1 apresenta os dados de ingresso de estudantes nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, no período compreendido ao recorte da pesquisa, no *Campus* Bento Gonçalves, *lócus* da pesquisa, com base na análise de vários documentos como: planilhas da Diretoria de Extensão do Campus e Editais dos Processos Seletivos do IFRS, referentes aos anos de 2021, 2022 e 2023, além de informações constantes no site dos cursos de Ensino Médio Integrado do campus, além do Sistec e Plataforma Nilo Peçanha<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sistec é o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas da Rede Federal. Contém informações sobre as unidades da Rede Federal da EPT, como: cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativo, além de dados financeiros.

Quadro 1: Informações referentes ao ingresso nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, no período de 2021 a 2023

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio	Ano	Vagas			Nº estudantes		PcD
		Autorizadas	Ofertadas	Ingressos	PPI Renda Superior	PPI Renda Inferior	
Administração	2021	30	15	21	0	0	0
	2022	30	30	26	1	0	1
	2023	30	35	35	1	0	0
Agropecuária	2021	60	30	35	0	1	0
	2022	60	60	57	2	0	0
	2023	60	70	70	0	0	2
Viticultura e Enologia	2021	30	15	14	0	0	0
	2022	30	30	27	0	0	1
	2023	30	35	35	0	0	1
Informática para a Internet	2021	30	15	22	0	0	0
	2022	30	30	31	2	1	1
	2023	30	35	36	2	0	1
Meio Ambiente	2021	30	15	20	0	0	0
	2022	30	30	26	0	0	0
	2023	30	35	36	0	0	0
<b>Total</b>		<b>540</b>	<b>480</b>	<b>491</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Fonte: registros acadêmicos do Campus Bento Gonçalves, Sistec e Plataforma Nilo Peçanha. Organizado pela autora.

A Coordenadoria de Registros Escolares atendeu à solicitação de acesso às planilhas de ingresso de estudantes do EMI, com destaque para os ingressantes por cotas raciais, escola pública, baixa renda e PcD.

O quadro demonstra que dos cinco cursos de Ensino Médio Integrado ofertados pelo Campus Bento Gonçalves, apenas o curso de Técnico em Meio Ambiente não possuía ingresso, no período de 2021 a 2023, de estudantes cotistas, enquanto que o curso de Técnico em Viticultura e Enologia não possuía ingresso de estudantes, por cota de cor/raça, com renda superior ou inferior a um salário mínimo. Assim, com exceção do Técnico em Meio Ambiente, os demais possuíam estudante(s) com necessidades específicas (PcD).

### 1.1 MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DA TEMÁTICA: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS

A escolha da temática Avaliação da Política de Ações Afirmativas, justifica-se devido à minha trajetória profissional e as vivências pessoais que se entrelaçam com a vida profissional.

Ingressei no cargo de Assistente em Administração na Escola Agrotécnica

Federal “Presidente Juscelino Kubitschek” (“EAFPJK”) em 1995, atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)/*Campus* Bento Gonçalves, atuando inicialmente no setor de registros escolares. Dois anos mais tarde concluí o curso de graduação de licenciatura em Letras e assumi a chefia dos Registros Escolares. Nessa época, participava de diversas comissões como a de divulgação dos cursos com ofertas nos processos seletivos e as de colação de grau que atuei como responsável pelo cerimonial, organização do evento, recepção das autoridades, secretária da cerimônia e mestre de cerimônia. Em 2006 fui nomeada para a função de Pesquisadora Institucional, trabalhando com sistemas de informações acadêmicas do Ministério da Educação e em 2007, com avaliação institucional, cursos de graduação e exame dos estudantes da graduação.

Com a criação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em 2008, passei a fazer parte da Reitoria, agora com a função de Procuradora Educacional Institucional. Por um tempo fui responsável por dois perfis de usuários dos sistemas do MEC, pesquisador institucional e procurador educacional institucional. Em 2016, foi criado o Departamento de Avaliação Institucional, com uma coordenadoria de pesquisa institucional. Assumi a função da pesquisa institucional e continuei com o perfil de procuradora educacional institucional, responsável pela parte de avaliação da educação superior. Após um ano e meio assumi a chefia do Departamento de Avaliação Institucional e permaneço até o momento atual.

Ainda em 2017, fechei o tempo necessário para a solicitação da aposentadoria, antes da última reforma na carreira dos servidores públicos federais. Optei por continuar na ativa, pois gosto muito do que faço.

Concomitante ao trabalho realizado na antiga Escola Agrotécnica e depois no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, desempenhei o cargo de professora substituta de Língua Portuguesa, por tempo determinado, em escolas privadas no município de Bento Gonçalves, no ensino médio e também nas últimas séries do ensino fundamental. Isso foi possível porque a instituição funcionava nos três turnos. Foi uma experiência gratificante. Cabe destacar que fui aprovada e bem classificada em um concurso para docente, na rede municipal e, com tristeza, não assumi a vaga quando me chamaram, porque os horários eram incompatíveis com o compromisso que eu tinha com meu irmão Pedro, que necessitava de auxílio para locomover-se e coube a mim assessorá-lo uma vez que trabalhávamos na mesma instituição, a EAFPJK.

Pedro e eu realizamos o mesmo concurso, para o mesmo cargo e fomos aprovados. Ele ingressou, alguns dias depois que eu, pois ele estava fazendo as provas do vestibular para o curso de Direito. Aprovado em sexto lugar, fez o curso de 1995 a 2000, no turno noturno, em universidade privada.

O compromisso que eu tinha com o Pedro era de transportá-lo para o trabalho e também para a universidade, porque ele era uma pessoa com deficiência física, com dificuldade de locomoção, com algumas dependências, por causa dos músculos atrofiados dos membros superiores e inferiores, incluindo pés e mãos. O diagnóstico era de Esclerodermia. Esta doença fez com que o seu tronco não desenvolvesse, de modo que o seu coração foi crescendo e tirando o espaço dos pulmões. Aos trinta anos, os exames apontavam miocardiopatia incipiente. Ele procurou na internet o que significava isso e descobriu que naquela época dois jogadores de futebol haviam perdido a vida por causa desta doença, mas ele dizia que ainda viveria mais uns vinte anos, pois tinha muitas metas a serem cumpridas.

Há muito ainda para contar, mas acredito que dá para ter uma ideia de quem foi este rapaz que faleceu aos 32 anos. Ele foi para a escola somente com 18 anos, direto para o ensino médio de uma escola estadual que ficava bem perto de nossa casa. Aos sete anos, não conseguiu ser matriculado em nenhuma escola pública ou privada porque não foi aceito, devido a sua deficiência. Aprendeu a ler, escrever e desenhar, com os “gibis”, com os personagens de Walt Disney, pato Donald, tio Patinhas, Mickey Mouse entre outros. O autor de quadrinhos e empresário Maurício de Sousa e a sua Turma da Mônica, também estava entre os seus preferidos. Nossa mãe, que o ajudava na leitura, escrita e no desenho, ia à feira agrícola, no centro da cidade de Bento Gonçalves, todos os sábados e ao passar pela banca de revistas, ela parava para comprar os gibis e chocolates para o menino Pedrinho.

Na adolescência Pedro estudou língua portuguesa e matemática, por correspondência, em cursos do Senac e de desenho, pelo Instituto Universal Brasileiro. Aos quatorze anos ele criou várias historinhas, ilustradas em quadrinhos. Conseguimos patrocínio de empresas locais e mandamos publicar. Toti era o personagem principal e A Turma do Toti, foi título da revista. Teve até sessão de autógrafos na Biblioteca Pública Municipal. Aos dezesseis anos foi publicada sua segunda revista em quadrinhos. Fez várias sessões de autógrafos em livrarias do município. Fez uma terceira edição, mas não chegou a publicar, pois preferiu dedicar-se a estudar para passar no supletivo primeiro grau, assim que completasse 18 anos.

Com a aprovação foi possível ingressar no ensino médio em uma escola regular, do estado. No final dos três anos do ensino médio ele fez o supletivo 2º grau, obtendo aprovação. Ficou com dois certificados de 2º grau, pois foi aprovado no supletivo e na escola onde cursava o Ensino Médio. No final de 1994, foram três aprovações, pois também foi aprovado no concurso público federal da Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek, para o cargo de assistente em administração. No mês seguinte, em janeiro de 1995, após prestar o vestibular e ser aprovado, em sexto lugar, para o curso de Direito, tomou posse na EAFPJK, hoje IFRS - Campus Bento Gonçalves, onde permaneceu por oito anos. Nesse tempo não se ouvia falar em vaga para deficiente físico, embora estivesse previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 37. Lembro que logo depois dos anos 2000, começaram a surgir os concursos públicos com vagas reservadas para pessoas com deficiência. Pedro, animado por ter sido aprovado sem cota, tanto no trabalho, como no vestibular fez vários concursos e foi aprovado em alguns. Acabou assumindo uma vaga no Ministério Público Estadual, onde permaneceu pelo tempo de 2 anos e seis meses, quando faleceu.

Foi um período difícil para nós. Cada pequena vitória era comemorada. Foi preciso muita força de vontade para superar os obstáculos e as dores musculares, devido à doença.

E assim, acompanhando Pedro diariamente, foi que vivenciei o descaso, o preconceito, a falta de empatia, principalmente nas instituições públicas (federal e estadual) nas quais ele trabalhou. Pedro desistiu de assumir um cargo em um banco, de tanto empecilho que foi colocado pelos servidores do banco, começando pelo mobiliário que não era acessível, entre outros. O mesmo descaso e falta de empatia aconteceu na escola estadual onde ele fez o ensino médio e também na universidade privada. O mobiliário usado por ele durante o ensino médio e o curso de graduação foi providenciado por mim, pois, na época eu trabalhava em uma fábrica de móveis.

Nas instituições onde ele trabalhou (atual *Campus* Bento Gonçalves e Ministério Público Estadual) ouvi o seguinte mais de uma vez: “teu irmão devia ficar em casa e deixar a vaga para alguém normal”. Como se ele tivesse tirado a vaga de alguém, pois como já mencionei, naquela época não havia cotas para PcD.

Por outro lado, houve muitas vitórias, muita superação, muitas pessoas compreensivas e com empatia, que fizeram a diferença na vida de Pedro e na minha também.

Foram essas vivências que despertaram o meu interesse na temática inclusão,

especialmente a de pessoa com deficiência. Tive experiência com acompanhamento de candidatos com deficiência visual em processos seletivos do IFRS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de concursos públicos, fazendo a leitura da prova. Nunca fiz capacitação para isso, aceitei o primeiro convite porque havia falta de pessoal capacitado e gostei de fazer esse tipo de trabalho, por isso me chamaram outras vezes.

No momento de escolher a temática para o projeto de pesquisa pensei em aliar o meu fazer diário, no Departamento de Avaliação Institucional com as Ações Afirmativas do IFRS, por ser uma política institucional de extrema importância para toda a comunidade acadêmica do IFRS e de toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Estes foram os motivos pelos quais escolhi trabalhar com a temática avaliação da Política de Ações Afirmativas, do IFRS, especialmente após estudar a Resolução nº 22/2014, a qual, no seu Art. 1º, define:

Fica instituída a Política de Ações Afirmativas do IFRS, orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos (IFRS, 2014b, p. 2).

Espero que esta pesquisa resulte em um produto educacional que contribua com a mobilização da comunidade acadêmica, para a sensibilização quanto aos temas, sejam os de ações afirmativas como o de avaliação institucional.

Que o PE desperte a comunidade acadêmica para a cultura avaliativa e que possa avaliar as ações nela desenvolvidas, sejam na infraestrutura, no ensino, na pesquisa ou na extensão, contemplando as políticas educacionais institucionais ou oriundas do Ministério da Educação.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Para justificar a relevância da pesquisa realizada, buscou-se verificar, o que havia de produção no Brasil, em torno do tema escolhido, no recorte temporal definido para a pesquisa, ou seja, no período de 2021 a 2023. No Portal da Capes, a primeira busca foi efetuada utilizando o descritor "avaliação da política de ações afirmativas", com o filtro dos anos do recorte temporal. A princípio havia um número

bastante expressivo, 21.635 publicações, entre dissertações e teses, com as temáticas utilizadas de forma individualizada: avaliação, política pública, ações afirmativas. Refinando a busca, chegou-se a 78 dissertações, mas somente três delas continham no título as palavras “avaliação” e “política”. Depois da leitura dos resumos das dissertações, observou-se que se tratavam de estudos acerca da Lei de cotas raciais e não da avaliação da política de ações afirmativas. A segunda busca, com o descritor “ações afirmativas” resultou em 9.226 publicações, sendo que o tema recorrente, novamente foi a política de cotas raciais, para ingresso na educação superior e os desafios e perspectivas de promoção da igualdade racial, no ingresso e permanência dos estudantes, nas universidades públicas.

Os estudos que mais se assemelham com a temática avaliação da política de ações afirmativas, são os relacionados à implementação da política de ações afirmativas.

Houve ainda, uma busca por dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, com os mesmos descritores utilizados nas buscas anteriores, sendo 46 dissertações para o descritor "Avaliação da Política de Ações Afirmativas" e o número de 443 dissertações para o descritor "Ações Afirmativas", resultado para o período referente ao recorte temporal.

O Quadro 2 apresenta uma amostra das dissertações resultantes das pesquisas realizadas no período de 2021 a 2023, com a temática Ações Afirmativas.

A seleção dos trabalhos inseridos nesse levantamento, teve como critérios, as palavras-chave: avaliação, ações afirmativas, educação profissional e tecnológica, além dos anos do período definido para a pesquisa e da posterior leitura dos resumos.

Quadro 2: Dissertações produzidas sobre a temática Ações Inclusivas no período de 2021 a 2023

<b>Ano Defesa</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>
2021	Ações Afirmativas no Brasil: avaliação do resultado da política de vagas para negros no cargo de Promotor de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais.	Alexandre Rossi Elias da Silva
2021	Análise da trajetória de negros/as cotistas egressos/as de cursos de graduação UFGD (2013-2020)	Angelita da Cruz Espíndola
2021	Acesso de mulheres negras nos cursos de graduação presencial das Universidades Federais do Mato Grosso do Sul (2014-2018)	Átila Maria do Nascimento Corrêa
2021	Desenvolvimento profissional para servidores técnico-administrativos em educação com deficiência na Universidade Federal de Juiz de Fora	Clarice Ferreira Metri
2021	O acesso da população negra à graduação da UFG: um estudo sobre a Lei 12.711/2012	Jaqueline de Andrade Pacheco

Ano Defesa	Título	Autor
2021	Cotas raciais: uma análise empregando o Enade 2016 a 2018 à luz da economia da educação	Priscila Soares dos Santos
2021	O atendimento do público LGBTQI+ no Campus Camboriú do IF Catarinense: por uma política institucional não excludente no EMI	Jair Adriano Strapazon
2021	Educação inclusiva e pessoas com deficiência Visual: trajetória da primeira discente do IFSul, Campus Charqueadas	Edson Roberto Ressel
2021	Sub-representação legal nas ações afirmativas: a lei de cotas nos concursos públicos.	Evandro Charles Pizia Duarte e Giancarlo Louras Ferreira
2022	Percepção e satisfação com as condições de acessibilidade para pessoa com deficiência – PcD na Universidade do Estado do Amazonas	Tânia Lúcia Viana de Souza
2022	Políticas afirmativas e Direitos educacionais na educação inclusiva da UF do ABC	Cristina Muyuki Hashizume e Elisa M. Oliveira Lippe.
2021	Avaliação de Ações Afirmativas Étnico-Raciais na Universidade de São João Del Rei: a heteroidentificação	Rafael Vinícius Nonato
2023	A implementação da Lei de Cotas na Universidade Federal do Acre entre 2013 e 2014: percursos, apoio e inserção social	Adriana Vilhena Monteiro
2023	Afinal, o que são as ações afirmativas no contexto da EPT? Subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais a partir da escuta de integrantes dos NAAfs do IFRS.	Jorge Luiz dos Santos Souza e Liliane Madruga Prestes.

Fonte: elaborado pela autora, baseado em Acervo EduCapes e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

Podemos observar que, no recorte temporal, 42,85% das dissertações sobre Ações afirmativas tinham como temática as cotas raciais e o ingresso na educação superior e que não há publicação expressiva quanto à temática, ora trabalhada.

Apesar dos estudos trazerem em seus resumos a temática da política de ações afirmativas, nenhum deles se aproxima diretamente da temática deste estudo que está direcionado para a Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS. Tais resultados demonstraram a relevância de pesquisarmos sobre a temática, uma vez que ainda há poucos estudos publicados.

### 1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais indicadores deveriam ser adotados no processo de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com vistas à verificação da materialização efetiva, acerca do cumprimento dos objetivos inicialmente propostos?

### 1.4 OBJETIVO GERAL

Compreender, analisar e promover alternativas para implementação de um processo de avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, que contribua para a sua consolidação.

### 1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Examinar a atual Política de Ações Afirmativas do IFRS, seus pressupostos e ações, por meio de análise documental.
- Contextualizar a Política de Ações Afirmativas do IFRS em relação ao Ciclo de Políticas de Ball.
- Investigar como vem sendo implementada a PAAf no âmbito do IFRS, *Campus Bento Gonçalves*.
- Compreender qual a percepção dos sujeitos, envolvidos diretamente com a PAAf, no *Campus Bento Gonçalves*, quanto à implementação e/ou consolidação da política.
- Caracterizar os aspectos centrais da PAAf suas potencialidades e possíveis fragilidades, com vistas a orientar a construção de um processo de avaliação.
- Desenvolver um produto educacional que contribua para a implementação de um processo de autoavaliação da PAAf no IFRS.

## 2 BASES TEÓRICAS

### 2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve início ainda no Brasil colonial. Entre os anos de 1840 e 1865, já no Brasil Império, foram instaladas Casas de Educandos Artífices em dez províncias.

A EPT como política pública no Brasil, teve o seu início em 1909, na República, com a criação das dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional, primário e gratuito. Assim, a EPT surge como uma medida paliativa para ajudar os mais necessitados. O Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909), que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, foi sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha, para atender as necessidades emergentes da agricultura e da indústria.

Segundo Moura (2007, p. 6), a educação profissional, no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”, ou seja, de atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam na contra ordem dos bons costumes.

A criação do Ministério da Educação ocorreu em 1930 e, na sequência, em 1937, o ensino profissional é tratado na Constituição Federal enfatizando-o como dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Nesse cenário, a educação básica é estruturada de forma dual, com o ensino próprio para os filhos da elite, onde o percurso educativo focava na entrada no ensino superior e, os cursos profissionais destinados aos filhos da classe trabalhadora, formando mão de obra para a indústria, serviços, além da agricultura.

A partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal, em 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, as quais hoje compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 1988, a promulgação da nova Constituição Brasileira dava espaço para a democratização, entretanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 (Brasil, 1996), foi publicada na década seguinte, trazendo a Educação Profissional e Tecnológica como um capítulo desprendido da educação básica e da educação superior, com Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a EPT.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), afirmam que, em defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores, após a aprovação da Lei nº 9.394/96, iniciou-se um intenso debate entre educadores e demais envolvidos na temática da educação profissional, culminando na exarcação do Decreto nº 5.154 (Brasil, 2004), a partir do qual foi possível a retomada da articulação entre o ensino médio e a educação profissional, sobretudo na modalidade integrada. Os autores defendem que, de um lado da disputa estavam as forças progressistas, interessadas na formação integral, a partir da integração entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico; e, do outro lado, estavam os interesses na manutenção da separação entre essas modalidades de ensino, reiterando a dualidade histórica.

Baseado em Ramos (2014) verifica-se que foi no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2008, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) foram criados.

Os Institutos Federais, de estrutura *multicampi*, têm clara definição do território de abrangência de suas ações e afirmam, na sua missão, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Na busca de sintonia com as potencialidades de desenvolvimento regional, os cursos nas novas unidades deverão ser definidos através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade.

Os Institutos Federais, caracterizam-se como instituições inovadoras na sua proposta político pedagógica, com suas unidades, atuando em cursos técnicos, em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados, voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

Nesse contexto, a transversalidade e a verticalização são dois aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições.

Conforme Pacheco (2010), a transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Os estudantes dos Institutos Federais têm o privilégio da verticalização, pois a instituição prevê que os estudantes tenham acesso a todas as etapas do ensino na mesma instituição.

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (Pacheco, 2010).

Foi nesse contexto que surgiu uma nova esperança de avanços, para dar fim à dualidade trabalho e educação, pois a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, em seu artigo 7º, cita que um dos objetivos dos institutos federais é “ministrar

educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008, p. 4).

Esse cenário nos IF foi a oportunidade para a criação de um novo ensino médio, com vistas a eliminar as barreiras entre a formação propedêutica da elite e o ensino profissional da classe trabalhadora, com uma articulação entre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana cidadã. “A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (Ciavatta, 2005, p. 9).

Ainda segundo Ramos (2014), a integração diz respeito a uma concepção de formação humana que tem como base todas as dimensões indissociáveis da vida humana, ou seja:

- o trabalho, em seu sentido ontológico e histórico, como ponto de partida para a produção do conhecimento;
- a ciência, como conhecimento sistematizado;
- a cultura, como conjunto de representações e comportamentos de uma sociedade; e
- a tecnologia, como transformação da ciência em força produtiva.

Nestes mais de quinze anos de criação dos IF, muitas realidades foram mudadas, seja para o estudante formado e sua família, como para a comunidade, nos territórios onde há um *campus* dos IF, que teve seu desenvolvimento ascendido seja na área econômica, social ou cultural, mudando o cenário de municípios, muitas vezes carentes em todas as áreas.

Neste contexto, o Ensino Médio Integrado vem se consolidando em todos os *campi* do IFRS, formando e qualificando sujeitos emancipadores, colaborando assim, com o desenvolvimento socioeconômico de sua comunidade. Diversos são os prêmios<sup>2</sup> que os estudantes dos IF têm conquistado em projetos de ensino, pesquisa e extensão e o IFRS tem se destacado muito nas pesquisas envolvendo os estudantes do Ensino Médio Integrado.

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos premiações de estudantes do IFRS podem ser conferidos em: <https://ifrs.edu.br/estudantes-do-ifrs-sao-premiados-na-feira-brasileira-de-jovens-cientistas/>.

Os estudantes do Ensino Médio Integrado têm se destacado, também, no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já o ensino superior com os cursos de graduação e de pós-graduação, são destaques no Exame Nacional de Desempenho do Estudante. Na edição do Enade 2022, o IFRS aparece como o Instituto Federal com o maior Índice Geral de Cursos (IGC) indicador de qualidade da instituição, cujo conceito atual é quatro, em uma escala de um a cinco.<sup>3</sup>

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

As políticas públicas, ações do Governo que se materializam em forma de programas, projetos, planos, entre outras, têm na educação, o objetivo de atender à classe social mais carente, com vistas à erradicação do analfabetismo, à continuidade de estudos, ao acesso à tecnologia, à profissionalização.

Conforme informações no site do Ministério da Educação (MEC, 2023), no ano de 2023, o MEC celebrou os 15 anos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, recompôs o orçamento da Rede Federal e discutiu a implementação da Política Nacional de EPT.

Após um período de retrocessos, avanço do trabalho precarizado e cortes de verbas, que muito prejudicaram o trabalho desenvolvido nas instituições públicas federais, o novo Governo anuncia a retomada do investimento na EPT. A recomposição orçamentária da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os debates para a implementação da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), a retomada do Programa Mulheres Mil e a proposição para criação de novos *campi* dos Institutos Federais (IF), estão entre as principais ações do MEC.

As políticas públicas na educação são importantes para reduzir as disparidades entre as classes sociais e as etnias historicamente oprimidas. Elas correspondem às

---

<sup>3</sup> Informações no site do Inep, informam que o Enem foi instituído em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. De acordo com o Inep, o IGC avalia as instituições de educação superior. O cálculo é realizado anualmente considerando a média dos Conceito Preliminar de Curso (CPC) do último ciclo trienal, relativos aos cursos avaliados, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados. Participa ainda do cálculo do (IGC) a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na última avaliação trienal, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação (Inep, 2020).

medidas tomadas no âmbito governamental para desenvolver a educação em todos os seus níveis. O Quadro 3 demonstra exemplos de políticas públicas:

Quadro 3: Políticas públicas nacionais para a educação básica e profissional

<b>POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL</b>	
Educação para Jovens e Adultos (EJA)	Objetiva firmar um pacto social, para melhorar e fortalecer a educação de jovens e adultos, no país.
Escola em Tempo Integral	visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	Visa a inserção de estudantes do Ensino Médio em cursos profissionalizantes, principalmente os que são egressos da rede pública de ensino. Seus objetivos são: A ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; Difusão de recursos pedagógicos para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Expansão das redes federal e estaduais de EPT; Ampliação da oferta de cursos a distância; Difusão do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas.
Programa Mulheres Mil	O programa objetiva contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas e desenvolver estratégias para garantir o acesso das mulheres ao mundo do trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora

Quando a avaliação das políticas públicas é concretizada, como processo organizado, incorporado e institucionalizado, pode-se pressupor que há uma arguição da eficiência dos recursos públicos.

Os resultados ou efeitos de uma avaliação são capazes de mostrar os impactos que podem causar junto à sociedade, como também as desigualdades que podem provocar junto a essa sociedade. Por outro lado, a avaliação e seus resultados podem ajudar no processo de tomada de decisão, podem identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos e podem ainda fundamentar as decisões e melhorar a prestação das contas sobre as políticas públicas.

Desta forma, considera-se que a avaliação das políticas públicas é de suma importância para a consolidação da educação profissional e tecnológica, pois é ela que permite a prestação de contas do Estado, o que sugere que a avaliação faz parte do processo necessário para a consolidação da democracia. Ademais, a avaliação é elemento fundamental na criação, implementação, consolidação e melhoria das políticas públicas.

Ball e Mainardes (2011, p. 14), citam que embora uma vez construídas, as políticas não são fixas e imutáveis, visto que são sujeitas a interpretações, a traduções e, acrescenta-se, de ressignificações efetuadas pelos sujeitos ao longo de distintas leituras, mas devem ser compreendidas, mesmo que de forma não acabada, como voltadas às respostas aos problemas da prática.

A avaliação da política pública está balizada prioritariamente por orientação ético-política; implica uma avaliação que desconstrói, descreve, reflete, critica e organiza-se para melhorar as políticas, ao mesmo tempo em que transforma as relações entre indivíduos e grupos. O avaliador, em seu trabalho de avaliação, termina por avaliar a si próprio, pois se entende parte da política como um todo. A avaliação da política pública deve ser uma construção coletiva de questionamentos, colocando em movimento um conjunto articulado de estudos, reflexões, vivências e juízos de valor que tenham alguma força de transformação qualitativa das políticas e de seu contexto, melhorando seus processos e relações sociais (Souza, 2009).

## 2.3 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 rege, em seu Capítulo II - dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988, p. 6).

À União, aos Estados e aos Municípios cabe proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, conforme artigo 23 (Brasil, 1988).

A Constituição Federativa do Brasil traz ainda, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). O Quadro 4 abaixo traz as Constituições Brasileiras e suas contribuições para a Educação.

Quadro 4: As Constituições Brasileiras e suas contribuições à Educação

<b>CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E A EDUCAÇÃO</b>		
<b>Ano</b>	<b>Característica</b>	<b>Contribuições para a Educação</b>
1824	Período Imperial	Instituiu a gratuidade da instrução primária a todos como um direito civil e político.
1891	Republicana	Instituiu a competência da União e dos Estados para legislar sobre matérias educacionais. União com Ensino Superior e Estados com Ensino Secundário e Primário.
1934		Educação é direito de todos, dever da família e dos poderes públicos.
1937	Retrocesso Governo de Getúlio Vargas	No texto não há mais preocupação com o Ensino público. O texto aborda a educação profissional e industrial em seu Art. 129.
1946	Redemocratização	Resgate dos princípios das Constituições de 1891 e 1934.
1967		Manteve a estrutura organizacional da Educação Nacional
1969		Com relação à educação, permaneceu com todas as disposições da carta anterior.
1988	Constituição Cidadã	Tenta dar conta das profundas mudanças ocorridas no país em todas as áreas; Igualdade de condições para o acesso à escola; Garantia de educação de qualidade; Valorização dos profissionais da educação; Liberdade de aprender e ensinar e Permitir a sua emancipação a partir dos acessos aos saberes.

Fonte: Elaborado pela autora, baseada em Oliveira, 2018.

A atual Carta Magna, de 1988, é a oitava Constituição Brasileira e é chamada de Constituição Cidadã. O seu texto claramente explicita a Educação como o primeiro dos direitos sociais (art.º 6º), reafirma o dever do Estado para com a Educação e, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais; ampliando a gratuidade para o Ensino Médio e declara, explicitamente a gratuidade para o Ensino Superior (art. 206, IV). Inclui a educação infantil no sistema de ensino, retirando-o da assistência social; garante atendimento especializado às Pessoas com Deficiência (PcDs); oferta o ensino noturno regular; material didático escolar para o ensino fundamental, transporte; alimentação e assistência à saúde.

A Carta Magna traz ainda no seu artigo 227 a declaração de prioridade no atendimento da criança e do adolescente o que, ao ser regulamentado, dá origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Oliveira, 2018).

Posteriormente, oito anos após a promulgação da Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou LDB nº 9394/96, a terceira LDB brasileira, é sancionada. É esta lei que passa a legislar, definir e regulamentar o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado, de acordo com a Constituição Brasileira.

Neste ano de 2024, a Constituição Brasileira está completando seu bicentenário. A primeira Constituição Brasileira é de 1824, no período imperial e sua contribuição para a educação constituiu na gratuidade da instrução primária a todos como um direito civil e político. A republicana de 1891 Instituiu a competência da União e dos Estados para legislar sobre matérias educacionais. União com Ensino Superior e Estados com Ensino Secundário e Primário.

A Constituição de 1934 trazia que a Educação era direito de todos, dever da família e dos poderes públicos.

O primeiro retrocesso na educação brasileira aparece na Constituição de 1937, no Governo de Getúlio Vargas. No texto não há mais preocupação com o Ensino público e o mesmo aborda a educação profissional em seu Art. 129

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Brasil 1937, p. 86).

A redemocratização retorna com a Constituição de 1946 com o resgate dos princípios das Constituições de 1891 e 1934, no governo de Eurico Gaspar Dutra. As Constituições de 1967 e 1969 não acrescentaram nada em relação à educação brasileira, permanecendo as mesmas disposições da Carga Magna anterior.

Ao analisar os textos das oito constituições brasileiras, percebe-se o porquê que a atual constituição é chamada de Constituição Cidadã. Nenhuma outra constituição trouxe um texto tão claro e explícito no que se refere aos direitos sociais, estando a Educação como o primeiro dos direitos sociais (art.º 6º) e reafirma o dever do Estado para com a Educação.

A Constituição Brasileira de 1988, é o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. Ela tenta dar conta das profundas mudanças ocorridas no país em todas as áreas. Na educação são princípios: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Conforme Gusmão (2023) a CF/1988 garantiu um estado democrático de direito alicerçado na proteção jurídica e na garantia dos direitos ligados à diversidade de gênero, etnia e culturais e no direito à educação. Ademais, as políticas sociais possibilitaram o fortalecimento da responsabilidade social, da solidariedade entre os cidadãos e do bem-estar social; de modo a contribuir para a criação de políticas de ações afirmativas, de proteção ambiental, de igualdade racial e de gênero, produto da convergência de diversos movimentos sociais e da garantia dos direitos humanos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais dos cidadãos brasileiros.

Após oito anos da promulgação da CB/1988, foi publicada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, trazendo um capítulo destinado à educação profissional (Brasil, 1996). Em seguida é publicado o Decreto nº 2.208/1997 que regulamenta os artigos referentes ao Capítulo III, da LDB, quanto à Educação Profissional e, no seu artigo 5º cita que a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. (Brasil, 1997).

Desta forma o estudante realizava duas matrículas, uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico. Neste período a avaliação da aprendizagem era realizada por habilidades e competências.

O Decreto nº 2.208/97 foi revogado pelo Decreto nº 5.154, de 2004, que regulamentou os artigos 39 a 41, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No atual Decreto, em seu art. 4º a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. Assim a articulação entre educação profissional e Ensino Médio pode ser de forma integrada, concomitante ou subsequente, para o estudante que já possui o ensino médio.

Essas mudanças na legislação refletem o contexto político e social de cada período. Foram avanços e retrocessos na área educacional, assim como nas demais áreas sociais, frutos de disputas políticas, pressão dos setores privados, além da influência internacional, conforme demonstra o

Quadro 5 abaixo.

Quadro 5: As três Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

Ano de Publicação	Contribuições para a educação	Formação de Docente	Orçamento
<p>Lei nº 4.024/1961 Demora de 13 anos para a aprovação Governo de João Goulart</p>	<p>a) Mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do Mec; b) Regularização dos Conselhos de Educação Estaduais e Federais e c) Obrigatoriedade de matrículas no ensino primário. d) Passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior; e) Calendário letivo de 180 dias.</p>	<p>Para o <b>ensino primário</b>: formação de professor no ensino normal de grau ginásial ou colegial e Para o <b>Ensino Médio</b>: formação de professor em cursos de nível superior.</p>	<p>Empenho de 12% do orçamento da União e de 20% dos municípios.</p>
<p>Lei nº 5.692/71 1971 Governo Médici Regime Militar</p>	<p>a) 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos; b) Aborda a educação a distância c) Prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus e uma parte diversificada para as peculiaridades locais. d) Todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial). e) Calendário letivo de 180 dias</p>	<p><b>Ensino de 1º grau, de 1ª a 4ª série:</b> Formação de professor específica no 2º grau <b>Da 5ª à 8ª série e 2º grau:</b> formação preferencial em curso de nível superior <b>Curso superior de graduação:</b> formação preferencial dos especialistas da educação ou pós-graduação.</p>	<p>Os municípios deviam gastar 20% do seu orçamento com a educação, e não previa dotação orçamentária para a União ou os estados.</p>

Ano de Publicação	Contribuições para a educação	Formação de Docente	Orçamento
1996 FHC  Lei nº 9394/96	a) Inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) na Educação Básica.  b) Capítulo III dedicado à educação profissional  c) Calendário letivo: 200 dias	<b>Educação básica</b> <b>Educação Infantil</b> até os <b>cinco primeiros anos</b> do Ensino Fundamental: Formação de professor em nível médio, na modalidade normal <b>Do 6º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio:</b> Formação de professor em nível superior em curso de licenciatura plena. Nível Superior em <b>curso de graduação:</b> Formação de professor em nível de pós-graduação.	A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, conforme o art. 69.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Chaves (2021).

A CF/1988 e a LDB/1996 preveem o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência, por meio da educação especial ou educação de jovens e adultos, educação básica do campo, educação escolar indígena e educação escolar quilombola.

A LDB de 1996, baseada no princípio do direito universal à educação para todos, promoveu diversas mudanças, além das já citadas, como por exemplo: a promoção da descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, além de instituir um processo regular de avaliação do ensino. Promoveu ainda a autonomia dos sistemas de ensino e a valorização do magistério.

A Lei prevê a criação do Plano Nacional de Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, além da inclusão de creches e pré-escola na chamada Educação Básica (Brasil, 1996).

As Leis de Diretrizes e Bases de 1971 e de 1996 tinham em comum que a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

O capítulo III da LDB é destinado à Educação Profissional e Tecnológica, que não está inserida na Educação Básica, nem na Educação Superior. Na década seguinte, em 16 de julho de 2008, a Lei nº 11.741/2008 altera dispositivos da LDB,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2008).

Segundo a legislação, a EPT deve ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou mesmo no ambiente de trabalho, sendo que a oferta dos cursos é possível de diferentes formas, como por exemplo, cursos de formação inicial e continuada, técnicos de nível médio, de graduação e pós-graduação.

## 2.4 AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na compreensão de Gomes (2001), a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.

Podemos falar em ação afirmativa como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (Mohelecke, 2002, p. 7).

Para Lousada (2015) pode-se conceituar ação afirmativa como toda a ação institucional que se volte à superação das desigualdades sociais diversas impostas historicamente a populações ou grupos discriminados, especialmente, por questões de ordem étnico-racial, classe social e gênero. Há ainda que se considerar o fato de que tratar homogeneamente os desiguais numa sociedade desigual somente estabelece a manutenção das desigualdades e, portanto, da injustiça, em suas mais diversas facetas, muitas vezes, disfarçadas pelo discurso da meritocracia originado no ideário moderno europeu.

Segundo Brito Filho (2014), as ações afirmativas, correspondem às políticas públicas ou privadas cujo objetivo é promover a inclusão de grupos ou pessoas historicamente privadas do acesso à educação, ao trabalho, entre outras. Estas

peças são discriminadas de diversas formas, seja por sua etnia, raça, religião, deficiência, gênero, entre tantas outras.

Na década de 1960, os Estados Unidos da América, durante o governo Kennedy, foram adotadas as ações afirmativas, as quais iniciaram, primeiramente, no combate à diferença entre brancos e negros, minimizando a marginalização social e econômica do negro naquele país. Em seguida, as ações afirmativas foram estendidas às mulheres, às pessoas com deficiência, indígenas e outras etnias. Elas visam ainda a discriminação de fundo cultural e estrutural, enraizada na sociedade.

As ações afirmativas, enquanto políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva (Piovesan, 2005, p. 43).

No Brasil um marco importante para a implantação das ações afirmativas foi a Constituição Federal de 1988, que através do seu art. 5º declara que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (Brasil, 1988, p. 2).

No final da década de 1960, com intuito de suprir a demanda por mão de obra técnica na agricultura, foi criada a Lei Federal nº 5.465 (Brasil, 1968), para reservar uma quantia de vaga aos alunos da zona rural, no ensino público federal, com vistas a cursar o ensino médio e o ensino superior, em instituições com o ensino voltado para a agricultura. Essa lei ficou conhecida como a Lei do Boi e vigorou até 1985.

A década de 1980 foi marcada pela promulgação da Constituição Federal em 1988, marco regulatório para as ações afirmativas. Nos anos anteriores à Carta Magna, havia debates acerca do tema ações afirmativas, no entanto seu conteúdo permanecia no campo das ideias. Por outro lado, a década de 1990 marcou profundamente o debate sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Foi um período de amadurecimento da sociedade civil no enfrentamento com o Estado e o principal motivo foi o movimento negro, tendo as normativas e atos legais, conforme quadro abaixo, como evidências.

Desta forma, em 20 de novembro de 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dar outras providências (Brasil,

1995). Na sequência outras políticas foram sendo implementadas, buscando a igualdade racial, como demonstrado nos quadros Quadro 6, Quadro 7 e Quadro 8.

Quadro 6: Políticas públicas nacionais com a temática ações afirmativas na década de 1990

<b>Ato Legal</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Decreto s/n.	20/11/1995	Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências.
Lei nº 9.125	7/11/1995	Institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte.
Decreto nº 1.904	13/05/1996	Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).
Decreto s/n.	20/03/1996	Cria, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO) e dá outras providências.
Lei nº 9.315	20/11/1996	Inscrive o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria.
Portaria nº 1.740	26/10/1999	O Ministério do Trabalho e Emprego determina a inclusão nos formulários da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, de dados informativos da raça e cor dos empregados, em campo próprio "raça/cor".

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira década do século XXI foi muito profícua em relação às ações afirmativas criadas pelo governo federal, como especificado no Quadro 7. Aqui, além da temática da raça negra, começam a aparecer as temáticas indígena e de pessoas com deficiência.

Quadro 7: Ações Afirmativas do Governo Federal instituídas na primeira década do novo século

<b>Ato legal</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Portaria nº 604	01/06/2000	Institui no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho, os Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e de Combate à Discriminação, encarregados de coordenar ações de combate à discriminação em matéria de emprego e profissão.
Lei Nº 10.098/00	19/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Portaria nº 202	04/09/2001	Determina medidas para aplicação do Programa de Ações Afirmativas do MDA/INCRA.
Portaria nº 222	28/09/2001	Institui a vertente de raça e etnia no Programa de Ações Afirmativas do MDA-INCRA; e determina as atribuições da Coordenação do Projeto Raça e Etnia no âmbito do Programa de Ações Afirmativas do MDA-INCRA.
Portaria nº 03	16/10/2001	Grupo Temático de Trabalho sobre Discriminação Racial defini planos de atuação que indiquem parâmetros e metas dos Procuradores da Cidadania em todo o país.
Portaria nº 1156	20/12/2001	Institui o Programa de Ações Afirmativas do Ministério da Justiça.

<b>Ato legal</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Portaria nº 25	21/01/2001	A realização de contratações ou a continuação de serviços de empresas privadas ao MDA/INCRA deverá respeitar a diversidade – raça/gênero – em seus quadros funcionais.
Decreto nº 3.912	10/09/2001	Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.
Decreto nº 4.228	13/05/2002	Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências.
Decreto nº 4.229	13/05/2002	1a Parte: dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências.
Lei nº 10.673	23/05/2003	Dispõe sobre a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial.
Lei nº 12.228	07/2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Fonte: Elaborado pela autora.

Foi no início dos anos 2000 que começaram a surgir as primeiras políticas públicas, acerca das ações afirmativas para a Educação, exatamente no período de redemocratização brasileira. Dessa forma, é correto afirmar que as políticas públicas são um alicerce para a democracia.

Quadro 8: Ações Afirmativas para a Educação

<b>Ato legal</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Lei nº 10.558	13/11/2002	Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.
Lei 10639	2003	Altera a Lei nº 9394/1996 que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”.
Portaria 30: Fundo de financiamento de estudante de nível superior (Fies)	2004	Inclusão do quesito cor, na composição do índice de classificação pela seleção de beneficiários.
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade	Criada em 2004	Principais programas: Educação quilombola – apoio técnico e financeiro aos municípios que possuem áreas de remanescentes de quilombos. Programa Diversidade na Universidade (Projetos Inovadores de Cursos). Financiamento às instituições com 51% de afrodescendentes e/ou indígenas entre os alunos matriculados. Conexões de saberes – apoio aos jovens universitários de origem popular na produção de conhecimento... Tutoria de Ensino Médio – ofereceu 720 bolsas permanência para alunos afro-brasileiros que estão cursando o Ensino Médio.

<b>Ato legal</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
Projeto Gênero e Diversidade na escola	2004	Formar educadores com base nos temas gênero, relações raciais e orientação sexual.
Lei 11.096	2005	Programa Universidade para todos (Prouni). Programa de Bolsas (integral ou parcial). Parte das bolsas deve ser destinada a estudantes pretos e indígenas, seguindo a proporção desses grupos étnicos na população de cada estado.
Introdução do Recorte Racial no Censo Escolar	2005	As fichas de matrícula de escolas de educação básica passam a conter a indicação cor do aluno, autodeclarada pelo próprio aluno com mais de 16 anos e pelos pais ou responsáveis para alunos com menos de 16 anos
Comissão Técnica Nacional de Diversidade	2005	Acompanhar, analisar e avaliar as políticas educacionais voltadas para o fiel cumprimento do dispositivo na Lei 10.639.
Lei Nº 11645	10/03/08	Lei Nº 11645 de 10 de março de 2008. Torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.
Lei Nº 11741	16/07/08	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica
Resolução 142	2008	Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior - Neabis.

Fonte: Elaborado pela autora

Pode-se observar no recorte temporal do Quadro 8 que a maioria das políticas de ações afirmativas foram de recorte racial, pois naquela época era forte a atuação do movimento feminista, com discussões acerca das especificidades raciais, na área do trabalho, saúde e educação.

A luta dos movimentos negros brasileiros, associada à conjuntura internacional de renovação da pauta de combate ao racismo, manifestada na III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em 2001, fortaleceu, no Brasil, a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para a população negra no ensino superior público. Assim, ao que tudo indica, a partir do início do século XXI, a questão racial definitivamente foi incluída na agenda nacional brasileira (Santos, 2014, p. 66).

Em agosto de 2012, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei das Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que “dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de curso técnico de nível médio e dá outras providências” (Brasil, 2012, p. 1). Esta lei prevê a reserva de vagas, em 50%

de cada curso de graduação e de curso técnico, destinado aos candidatos oriundos de escola pública, de baixa renda, autodeclarados negros, indígenas e pessoas com deficiência. Essa mesma Lei foi alterada em 2016, incluindo as pessoas com deficiência na reserva de vagas.

No dia 13 de novembro de 2023, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou o Projeto de Lei nº 5.384/2020, que atualiza a Lei de Cotas nº 12.711/12. Algumas das alterações que fazem parte da nova Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 são: a redução da renda familiar para reserva de vagas e a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários das cotas, nos moldes do que já acontece para pretos, pardos e indígenas, além das pessoas com deficiência que foram incluídas como público beneficiário da política de cotas (Brasil, 2023).

O artigo sétimo da referida lei diz que a cada 10 (dez) anos, a contar da data de publicação, será promovida a avaliação do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como dos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

As instituições federais de ensino superior deverão dar prioridade aos cotistas, em situação de vulnerabilidade social, no recebimento do auxílio estudantil de programas desenvolvidos e a novidade é a extensão das políticas afirmativas para a inclusão de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de PcDs, na pós-graduação. Essas são as mudanças da nova legislação.

Outra novidade da nova Lei foi a inclusão dos Ministérios da Igualdade Racial; Direitos Humanos e da Cidadania; Povos Indígenas e Secretaria Geral da Presidência da República, para juntamente com o MEC, atuarem como responsáveis pelo acompanhamento da política de cotas (Brasil, 2023).

No Brasil as políticas de ações afirmativas só começaram a ser pensadas após a promulgação da Constituição de 1988, pois este foi o marco para o início das manifestações acerca das temáticas de ações afirmativas, predominando as denúncias de racismo, pela população negra, descendência da escravidão brasileira. Na década de 90, houve diversas iniciativas pelo governo federal, principalmente no âmbito do Ministério do Trabalho.

Foi a luta do movimento negro brasileiro, associada à conjuntura internacional de renovação da pauta de combate ao racismo que, a questão racial definitivamente foi incluída agenda nacional brasileira.

A primeira década do século XXI foi muito profícua em relação às ações afirmativas criadas pelo governo federal. Inicialmente o surgimento das primeiras políticas públicas, acerca das ações afirmativas para a educação, eram referentes à raça negra. As temáticas indígena e de pessoas com deficiência, foram aos poucos sendo incorporadas às ações afirmativas.

A Lei nº 12.711, de 2012 que instituiu cotas de ingresso para candidatos pretos, pardos e indígenas, estudantes de baixa renda e estudantes egressos de escolas públicas, teve algumas alterações, como a inclusão de pessoa com deficiência, até a maior alteração com a criação da nova Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que altera a Lei nº 12.711, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública e a cada 10 (dez) anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida avaliação do programa.

#### **2.4.1 Ações Afirmativas no IFRS**

A Assessoria de Ações Inclusivas (antiga denominação da atual assessoria) é o órgão responsável pelo planejamento e coordenação das ações relacionadas à política de inclusão no IFRS. Foi institucionalizada pela Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, por meio da portaria 51/2012<sup>4</sup>. No ano de 2018 passa a receber a denominação de Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, por meio da Resolução Consup IFRS nº 67, de 11 de dezembro de 2018<sup>5</sup>, que aprova a alteração da nomenclatura “Assessoria de Ações Inclusivas” para “Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade”, no Regimento da Reitoria do IFRS. Sua finalidade é promover a cultura da educação para a convivência, a defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças, a inclusão, permanência e saída exitosa de pessoas com necessidades educacionais específicas para o mundo do trabalho, a valorização da identidade étnico-racial, a

---

<sup>4</sup> Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/201576175921542dou28fev2012\\_-\\_designacao\\_andrea\\_2.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/201576175921542dou28fev2012_-_designacao_andrea_2.pdf). Acesso em: 6 jun. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Resolucao\\_067\\_18\\_Aprovar\\_Alteracao\\_Regimento\\_Reitoria\\_IFRS.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/Resolucao_067_18_Aprovar_Alteracao_Regimento_Reitoria_IFRS.pdf). Acesso em: 5 jun. 2024.

inclusão da população negra e da comunidade indígena, em todos os setores, combate à homofobia, buscando a remoção de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação (IFRS, 2024).

O Quadro 9: Normativas institucionais acerca da temática Ações Afirmativas apresenta os principais documentos relacionados às ações de inclusão no IFRS:

Quadro 9: Normativas institucionais acerca da temática Ações Afirmativas

<b>Documento</b>	<b>Descrição</b>
<u>Resolução Consup nº 022/2014</u>	Aprova a Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
<u>Resolução Consup nº 021/2014</u>	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABIs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
<u>Resolução Consup nº 020/2014</u>	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
<u>Resolução Consup nº 30/2015</u>	Aprova a inclusão de cotas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência (PCD) nos Processos de Seleção dos Programas de Pós-Graduação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
<u>Resolução Consup nº 42/2020</u>	Aprovar a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).
<u>Portaria nº 1.153/2015</u>	Cria o Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Instrução Normativa PROEX/IFRS nº 10/2015</u>	Regulamenta a atuação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Resolução Consup nº 054/2016</u>	Aprova a Regulamentação para Requisição do Nome Social no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Resolução Consup nº 038/2017</u>	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Resolução Consup nº 037/2017</u>	Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Instrução Normativa nº 10/2017</u>	Regulamenta o processo de ingresso de candidatas autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)
<u>Resolução Consup nº 023/2019</u>	Aprova a Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena do IFRS
<u>Resolução Consup nº 104/2019</u>	Aprovar a alteração da Resolução nº 030, de 28 de abril de 2015
<u>Instrução Normativa nº 05/2020</u>	Normatiza e orienta sobre procedimentos operacionais para prover acessibilidade das atividades pedagógicas não presenciais para estudantes com necessidades educacionais específicas no IFRS
<u>Instrução Normativa Proen Nº 07/2020</u>	Regulamenta os fluxos e procedimentos de identificação, acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes com necessidades educacionais específicas do IFRS.
<u>Instrução Normativa Proen Nº 08/2020</u>	Regulamenta os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS.
<u>Instrução Normativa nº 01/2021</u>	Regulamenta o ingresso de candidatos autodeclarados negros, por reserva de vagas raciais, nos Processos de Ingresso Discente e Concursos para Servidores do IFRS. Revoga a IN nº 10/2017.
<u>Instrução Normativa nº 01/2022</u>	Dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS.
<u>Instrução Normativa nº 06/2022</u>	Regulamenta o fluxo e procedimentos para denúncia de assédios e violências, em atendimento a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS.

Documento	Descrição
<u>Instrução Normativa Proen nº 07/2022</u>	Normatiza as Diretrizes de funcionamento e ações da Comissão de Estudos Surdos – CES em conformidade com a Política de Ações Afirmativas do IFRS, aprovada pela Resolução CONSUP nº 22 de 2014.

Fonte: Elaborado pela autora com base em IFRS (2024).

Conforme apresentado no Quadro 9: Normativas institucionais acerca da temática Ações Afirmativas, percebe-se que o IFRS tem implementado uma série de políticas institucionais que visam o acesso aos cursos da instituição, à permanência do estudante no curso e no ambiente acadêmico e seu êxito na conclusão do curso. As políticas institucionais visam ainda o acesso do estudante ao mundo do trabalho, como um profissional e cidadão emancipado, de acordo com a formação humana integral que recebe ao longo de sua trajetória na instituição.

#### Segundo Pacheco

o papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (Pacheco, 2010, p. 18).

O IFRS cumprindo seu papel de instituição inclusiva, submeteu ao seu Conselho Superior a proposta da Política de Ações Afirmativas do IFRS, a qual foi aprovada pelo Consup, conforme Resolução nº 022 de 2014,

orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. § 1º Esta política propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pelo Instituto, prioritariamente para pretos, pardos, indígenas, pessoas com necessidades educacionais específicas, pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oriundos de escolas públicas (IFRS, 2014b, p. 2).

A Política de Ações Afirmativas do IFRS está em conformidade com a afirmação de Pacheco, que cita que a educação precisa

estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao Mundo do Trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social (Pacheco, 2015, p.8) .

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2019-2023, o IFRS, em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, implementa em todos os seus *campi* o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas, que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei nº 10.098/00, Lei nº 10.048/00, Decreto nº 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT) (IFRS, 2018).

O Napne tem o compromisso de fomentar o processo de inclusão e de ações afirmativas do IFRS, com a formação integral do ser humano e o relacionamento que estabelece com o Mundo do Trabalho.

O respeito à diferença; a igualdade de oportunidades e condições de acesso, a inclusão permanência e êxito; a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos, a defesa da interculturalidade e a integração com a comunidade escolar acadêmica são os princípios da ação inclusiva do IFRS, que visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas.

Nesse contexto, a inclusão é um processo social que requer uma mudança na maneira de concebê-la, sem discriminação. Uma nova visão sobre esta questão, necessita de um olhar sensível, pois é um processo longo e, por vezes, difícil.

Segundo Alencar (2017), uma das ideias que balizam o conceito de inclusão é o direito à plena participação social de todas as pessoas. Esse direito se obtempera à noção de exclusão e se distende em diferentes tipos de inclusão: social, escolar, digital, entre outras. Assim, implantar e implementar a inclusão social pressupõe uma aproximação da lógica dos papéis e das funções sociais em seu dinamismo, ou seja, dos discursos normativos com a lógica social.

O homem é um ser social com direitos civis, políticos e educacionais e é no contexto social que a escola se insere. À escola cabe o desafio de garantir os direitos à educação, considerando a diversidade humana constituída por categorias que se entrelaçam na vida social, ou seja, pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade (Alencar, 2017, p.10).

No contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a inclusão dos estudantes com deficiência é realizada por meio da promoção da cultura de uma educação inclusiva. Assim, espera-se que o professor veja seu aluno de uma forma diferenciada e comprometida, entendendo as especificidades e buscando o apoio necessário, para atender as dificuldades e as diversidades da turma, através de práticas pedagógicas e procedimentos flexíveis e diversificados que envolvam e atendam a todos de forma integral.

Os Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas atuam, em conjunto com os demais profissionais da instituição, com o objetivo de promover o acesso, a permanência e o sucesso escolar das PcD, buscando fomentar a cultura para a convivência na diversidade.

Para Freitas e Cavalcante (2022), a educação escolar necessita ser acessível a todos e a escola deve proporcionar não apenas o ingresso, mas a permanência e a aprendizagem efetiva dos conhecimentos produzidos pela humanidade, a equidade torna-se essencial, pois lembra da necessidade de reconhecer a diversidade presente no contexto educacional e criar currículos e práticas pedagógicas adaptadas para atender estes alunos. Concretizar isso pode ser desafiador sem os estudos e as condições necessárias.

A formação continuada dos professores na temática inclusão, a implantação de serviços e espaços de apoio para atendimento dos alunos com deficiência e o estímulo à pesquisa na temática, são algumas das estratégias necessárias para concretizar a inclusão de PcD.

Da mesma forma, o incentivo à construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas, é uma das ações desenvolvidas nos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.

O Neabi possui o seu regulamento conforme a Resolução Consup nº 021/2014, o qual objetiva a reformulação nas práticas pedagógicas, com vistas ao combate da desigualdade e da discriminação racial à promoção da inclusão educacional, social e cidadã de pessoas negras e indígenas (IFRS, 2014a).

O Neabi tem como finalidades, atuar no desenvolvimento de ações afirmativas no IFRS, em especial na colaboração da implantação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, do Estatuto da Igualdade Racial, que incentiva a promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito; da

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, conforme legislação vigente. Outra finalidade do Neabi é atuar na consolidação das diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão nas temáticas étnico-raciais, promovendo a cultura da educação para a convivência, a compreensão e respeito da diversidade e atuar como órgão proponente e consultivo quanto aos assuntos referentes às políticas afirmativas, em especial à política de reserva de vagas para indígenas e afro brasileiros (cotas raciais) nos processos seletivos e concursos públicos oferecidos pelo IFRS.

O Brasil constituiu-se na diversidade de seu povo. As culturas indígenas e africanas são parte importante da cultura brasileira. Segundo Bortolini (2020), os Neabis têm o propósito de levar o conhecimento e a aceitação dos negros e indígenas para a comunidade escolar. Algumas estratégias que esses núcleos desenvolvem é fazer com que todos os alunos sejam reconhecidos com o mesmo potencial e que mais pessoas conheçam a verdadeira história das etnias, fazendo com que o preconceito e a discriminação sejam superados.

As ações afirmativas estão sendo uma forma de dar oportunidades àqueles que sofreram muito ao longo do tempo, com a discriminação e o preconceito. É o início do processo de conscientização que objetiva a erradicação das desigualdades entre o povo brasileiro.

Além dos núcleos já citados, o IFRS possui ainda o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs). Esse núcleo teve sua regulamentação aprovada em 2017, por meio da Resolução do Conselho Superior nº 37, com a implementação da política de diversidade de gênero, promovendo valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade (IFRS, 2017).

Embora o Nepgs tenha sido institucionalizado, somente em 2017, conforme a Resolução do Consup nº 37/2017, algumas ações acerca do tema já haviam sido implementadas em anos anteriores, como é o caso da regulamentação para a requisição do Nome Social.

O Nepgs tem como objetivo principal desenvolver atividades que envolvam a comunidade escolar em discussões de conscientização e desconstrução de preconceitos sociais relacionados às questões de gênero e sexualidade. Sua proposta centra-se no propósito de implementar a política da diversidade de gênero, com vistas

a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, combate à homofobia e ao sexismo.

Implementar políticas de educação para a diversidade de gênero e sexualidade, com vistas à promoção do direito à diferença, à equidade, à igualdade e ao empoderamento dos sujeitos; subsidiar a discussão acerca das temáticas de corpo, gênero e sexualidade e seus atravessamentos no campo da educação; atuar na difusão e promoção de estudos e pesquisas relacionadas às temáticas nas quais o Núcleo se propõe em diversas áreas e concepções teóricas do conhecimento são algumas das finalidades do Nepgs.

## 2.5 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 14 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Nº 10.861, que institui o Sistema Nacional da Educação Superior (Sinaes) e dá outras providências:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Brasil, 2004, p. 1).

Para a Equipe da Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições, do Inep, as políticas públicas educacionais da educação superior são direcionadas pelo princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, previsto no art. 206, inciso VII da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

A avaliação realizada pelo Inep, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, leva em consideração todos os aspectos que giram em torno dos eixos: ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, desempenho dos alunos, gestão da instituição, corpo docente, instalações físicas, entre outros, seja por avaliação externa ou a autoavaliação.

Segundo a Lei nº 11.892, os Institutos Federais são:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de

educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (Brasil, 2008).

Destarte, a lei de criação do IFRS o credenciou para a oferta da educação superior, iniciando assim o ciclo do Sinaes. O tripé da avaliação Institucional externa é a avaliação da instituição, para fins de credenciamento, avaliação para reconhecimento dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho de estudantes, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) (Brasil, 2004). A avaliação externa da instituição e dos cursos de graduação é realizada por uma comissão de avaliadores, designada pelo Inep, de forma *in loco*, presencial ou virtual. Já os estudantes realizam o Enade, que é componente curricular obrigatório para a conclusão do curso de graduação.

Os Institutos Federais atuam em todos os níveis de ensino, desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação. No IFRS a Avaliação Institucional, destinada aos cursos de graduação, tem abarcado todos os cursos ofertados pela instituição.

### **2.5.1 A Autoavaliação no IFRS**

Conforme o Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS, a CPA Central desempenha um papel fundamental na condução do processo da Autoavaliação Institucional, promovendo o envolvimento e participação de toda comunidade de seus 17 *campi*, através das CPAs Locais e reitoria, com vistas a apresentar à comunidade acadêmica o relatório, resultado da autoavaliação institucional, necessário para a análise das demandas apresentadas, contribuindo com o aprimoramento do planejamento e gestão da instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações a partir das potencialidades e fragilidades apresentadas em cada uma das dimensões avaliadas.

De acordo com o Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS - PAIFRS, “construído de forma a ter estreita relação com as 10 Dimensões definidas pelo Sinaes, o processo de autoavaliação ocorre anualmente, através de instrumentos *offline* para a comunidade externa e *on-line* para a comunidade interna” (IFRS, 2012, p. 12).

## O PAIFRS

[...] foi construído na perspectiva de contribuir para a consolidação da proposta institucional definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico Institucional e Regimento do IFRS, tendo como eixo norteador as dimensões e princípios contido no Sistema de Avaliação Nacional da Educação Superior. O programa busca o alinhamento à proposta verticalizada dos Institutos Federais, optando por avaliar todos os níveis de ensino, do técnico à pós-graduação (IFRS, 2012, p.7).

Ao final da autoavaliação da instituição, que ocorre sempre no segundo semestre de cada ano, é gerado um relatório a partir dos resultados da autoavaliação de cada *campus* e da reitoria. O Relatório de (auto) Avaliação Institucional do IFRS é postado na aba da CPA, no sistema e-MEC. Os resultados parciais de cada *campus* são publicizados e apresentados à comunidade acadêmica, com vistas a uma discussão com a participação de todos os atores envolvidos.

A Lei nº 10.861, no seu artigo primeiro, define como finalidades do Sinaes:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Brasil, 2004, p. 3).

Ainda, de acordo com o PAIFRS (IFRS, 2012), a instituição assume o compromisso com a concepção de avaliação emancipatória cujos processos de autoavaliação e meta avaliação devem constituir-se de momentos caracterizados pela retomada crítica de todo o processo institucional desenvolvido, servindo de ponte entre o passado avaliado e o futuro projetado. Desta forma, o conceito de qualidade é assumido como associado à pertinência da educação profissional de nível médio e superior, uma vez que qualidade não é um atributo abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros. Como instituição pública, o IFRS deve dimensionar-se como instituição social e sua pertinência em relação ao conjunto de sistemas educativos, sociocultural, político e com o Estado.

Assim, este programa institucionaliza-se assumindo o compromisso de contribuir para a consolidação da qualidade da educação profissional em todos os níveis ofertados pelo IFRS, de forma ética e com competência formal, através de uma perspectiva formativa e emancipatória de avaliação.

### 3 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002), a caracterização da pesquisa é: quanto ao método, qualitativa e quanto à natureza, aplicada. Quanto aos objetivos, exploratória. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada e a análise dos dados, por meio da Análise de Conteúdo, segundo Laurence Bardin (2016).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (Goldemberg, 2004).

A pesquisa de natureza aplicada tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática. O objetivo da abordagem exploratória consiste em proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

Os procedimentos para embasar a pesquisa foram: o levantamento documental e o bibliográfico referente aos temas que permeiam a pesquisa como a avaliação das políticas públicas, avaliação institucional, inclusão e diversidade, educação profissional e tecnológica. Os dados de levantamento documental foram obtidos por meio da realização do estudo, acerca dos documentos institucionais da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com vistas a compreender a trajetória dessa política, quanto às necessidades de mudanças, advindas de novas demandas, de adequação à legislação ou das percepções dos participantes da pesquisa, por meio de suas respostas às entrevistas concedidas à pesquisadora. Para Gil (2008), os exemplos mais característicos da pesquisa qualitativa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

A coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada, com roteiro prévio, acerca da Política de Ações Afirmativas do IFRS, (Apêndices B, C, D e E, direcionados às coordenações dos núcleos, Napne, Neabi e Nepgs, discentes, docentes e técnicos administrativos em educação, respectivamente).

Para Negrine a entrevista é

‘semiestruturada’ quando o instrumento de coleta está pensado para obter informações de questões concretas, previamente definidas pelo pesquisador e, ao mesmo tempo, permite que se realizem explorações não previstas, oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa (Negrine, 2010, p. 76).

Como critério para selecionar os participantes da pesquisa definiu-se que o sujeito deveria estar envolvido com a Política de Ações Afirmativas do IFRS, Campus

Bento Gonçalves, pois assim poderia colaborar com a pesquisa, através de suas percepções acerca dos programas e ações desenvolvidas pelos núcleos, a receptividade da comunidade acadêmica do campus quanto à política, bem como a sua efetividade quanto à permanência e o êxito dos estudantes por ela beneficiados.

Quadro 10: Critérios para a seleção dos participantes da pesquisa

<b>FATORES DE INCLUSÃO</b>	<b>FATORES DE EXCLUSÃO</b>
Servidor/a que está na Coordenação de um dos núcleos (Napne, Neabi ou Nepgs).	Docente ou Técnico Administrativo que não esteja na função de coordenador/a de um dos núcleos envolvidos na pesquisa.
Docente vinculado e atuando no EMI no corrente ano (2023).	Docente vinculado ao ensino superior que não atua no ensino médio integrado.
Técnico administrativo e atuando na assistência estudantil do Campus Bento Gonçalves.	Técnico administrativo atuando no campus em setores distantes da assistência estudantil, como aqueles da área administrativa.
Estudante do EMI e sendo atendido, de alguma forma, pela PAAf.	Estudantes de cursos de graduação e pós-graduação ou outros cursos diferentes do EMI.

Fonte: Organizado pela autora

Após a definição das primeiras etapas da pesquisa, iniciamos os estudos acerca das temáticas da pesquisa, bem como do referencial teórico. A exploração bibliográfica começou ainda no primeiro semestre de 2022, desenvolvendo-se até o final da pesquisa. A análise documental ocorreu durante todo o primeiro semestre de 2023. As entrevistas realizadas com os participantes da pesquisa e as gravações, ocorreram no 2º semestre de 2023, no período de novembro a dezembro. A análise dos dados ocorreu no período de dezembro de 2023 a janeiro de 2024.

Os dez participantes da pesquisa foram selecionados durante a análise documental, quando decidiu-se que as três atuais coordenações dos núcleos, Napne, Neabi e Nepgs, seriam as primeiras a serem convidadas e entrevistadas e que estas, poderiam sugerir os nomes de membros dos três segmentos da comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves, ou seja, dos discentes, docentes e técnicos administrativos a serem convidados para a entrevista, todos que de alguma forma, estivessem envolvidos com a Política de Ações Afirmativas do IFRS. Desta maneira participaram, além das três coordenadoras dos núcleos, três discentes, sendo duas alunas e um aluno, um docente, uma docente, e duas TAEs, totalizando dez participantes.

Na tentativa de obter uma amostra de participantes com perfil variado, foram enviados convites para o dobro do número de participantes, isto é, para 6 discentes, 4 técnicos e 4 docentes. Os sujeitos que participaram foram os que aceitaram o

convite para colaborar com a pesquisa.

Cabe destacar que o município de Bento Gonçalves, local de endereço do Campus Bento Gonçalves, situa-se na Serra Gaúcha, região colonizada por imigrantes europeus, predominando no município, o italiano. Essa predominância se reflete na comunidade acadêmica do campus, em todos os segmentos. Atualmente, há poucos imigrantes africanos e haitianos, residindo no município.

O Quadro 11 apresenta o perfil dos 10 sujeitos que aceitaram participar da pesquisa.

Quadro 11: Características dos participantes da pesquisa

<b>CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS</b>				
<b>Núcleo/Segmento</b>	<b>Cor/Raça</b>	<b>Gênero</b>	<b>PcD</b>	<b>Titulação</b>
<b>Coordenação do Núcleo</b>				
Coord.1 – TAE	Branca	Feminino	Não	Mestre
Coord.2 – TAE	Branca	Feminino	Não	Mestre
Coord.3 – Docente	Branca	Feminino	Não	Doutora
<b>Docentes</b>				
Docente 1	Branca	Feminino	Não	Doutor(a)
Docente 2	Branca	Masculino	Não	Doutor(a)
<b>Técnicos Administrativos</b>				
TAE 1	Branca	Feminino	Não	Especialização
TAE 2	Branca	Feminino	Não	Especialização
<b>Discentes</b>				
<b>Ensino Médio Integrado</b>	<b>Cor/Raça</b>	<b>Gênero</b>	<b>PcD</b>	<b>Ano/série</b>
Estudante 1	Branca	Feminino	Não	3º
Estudante 2	Preta	Feminino	Não	1º
Estudante 3	Branca	Masculino	Não	3º

Fonte: Elaborado pela autora

Do total de dez sujeitos participantes, apenas um se autodeclara, preto e dois são do gênero masculino. Todos estavam envolvidos, de alguma forma, com as ações afirmativas, seja atuando nos núcleos, ou no atendimento ao estudante beneficiado pela Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Especificamente sobre os estudantes que aceitaram participar da pesquisa, pode-se afirmar que os mesmos foram atendidos pelos núcleos e participaram de projetos desenvolvidos no Neabi. Dois estudantes também participaram de projetos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs). Os dois estudantes concluintes demonstraram ser muito participativos em todas as atividades desenvolvidas no Campus Bento Gonçalves, sejam de ensino, pesquisa ou extensão.

O Quadro 12 a seguir traz o desdobramento da pesquisa, isto é, os objetivos, geral e específicos, versus as questões das entrevistas e os objetivos da PAAf, de

acordo com o segmento acadêmico dos participantes, de forma a contemplar os objetivos propostos na pesquisa.

Quadro 12: Objetivos x entrevista Semiestruturada x Objetivos (PAAf)

OBJETIVOS (pesquisa)	QUESTÕES DA ENTREVISTA	OBJETIVOS (PAAf)
<p><b>Objetivo Geral (política)</b> Promover Ações Afirmativas no IFRS, mediante programas específicos, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade.</p> <p><b>Objetivo Geral (pesquisa)</b> Compreender, analisar e promover alternativas para implementação de um processo de autoavaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, que contribua para a sua consolidação.</p>		
Objetivos Específicos	Participantes da Pesquisa	Objetivos Específicos
Examinar a atual Política de Ações Afirmativas do IFRS, seus pressupostos e ações, bem como realizar análise documental.	<p><b>Coordenador de Núcleo</b> - Quais as atividades/ações previstas que não foram realizadas? Por quais motivos?</p>	<p>I – promover o respeito à diversidade por meio de ações de extensão, de ensino e de pesquisa; II – ampliar o acesso em todos os níveis e modalidades de ensino oferecidas pelo IFRS para candidatos qualificados no Art. 1º, mediante Processos de Ingresso de estudantes; III – desenvolver ações, visando apoiar a permanência e êxito, no IFRS, dos estudantes referidos no Art. 1º, mediante condições de manutenção e de orientação para o adequado desenvolvimento e aprimoramento acadêmico-pedagógico; IV – incentivar e apoiar a comunidade acadêmica para que promova, nos diferentes âmbitos do IFRS, a educação para as relações na diversidade; V - divulgar nas escolas, comunidades, movimentos sociais e nos meios de comunicação, a Política de Ações Afirmativas; VI – apoiar a divulgação de projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à temática “Educação Inclusiva, Diversidade e Direitos Humanos”, VII – proporcionar a adaptação dos currículos de acordo com o estabelecido nas Leis nº 9.394/1996, 10.639/2003 e 11.645/2008, que preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as modalidades e níveis de ensino, bem como Parecer CNE/CP nº 08/2012 e Resolução CNE/CP nº 01/2012, que tratam da Educação para os Direitos Humanos; VIII – assegurar a aquisição e</p>
	<p><b>Discente</b> - Qual a sua percepção quanto ao seu desempenho na avaliação da aprendizagem e a relação com a PAAf? - Quais programas ou ações da PAAf você conhece ou participa?</p>	
	<p><b>Docente</b> - Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?</p>	
Investigar como vem sendo implementada a PAAf, no âmbito do IFRS, <i>Campus Bento Gonçalves</i> .	<p><b>Técnico Administrativo</b> - Qual a sua percepção quanto à oferta de capacitação para os servidores técnicos administrativos para atuarem nos processos educacionais voltados para as ações afirmativas?</p>	
	<p><b>Coordenador de Núcleo</b> - Como vem ocorrendo o processo de implementação da Política de Ações Afirmativas no núcleo sob sua coordenação?</p>	
	<p><b>Discente</b> - Há alguma avaliação realizada ou manifestação pelos discentes, quanto à implementação da política?</p>	
	<p><b>Docente</b> - Como a Política de Ações Afirmativas do IFRS foi</p>	

	<p>recebida pelos docentes do Ensino Médio Integrado? Qual a sua percepção quanto à implementação da política?</p> <p><b>Técnico Administrativo</b> - Como a Política de Ações Afirmativas do IFRS foi recebida pelos técnicos administrativos do <i>Campus</i>? Qual a sua percepção quanto à implementação da política?</p>	<p>elaboração de recursos didáticos para minimizar as barreiras de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas;</p> <p>IX – acompanhar a trajetória acadêmico-profissional do estudante egresso por intermédio de orientação, avaliação, levantamento de dados estatísticos para subsidiar a inserção deste no processo de verticalização do ensino, preconizado pelo IFRS;</p> <p>X – promover a elevação da escolaridade de jovens e adultos em vulnerabilidade social, através da permanência e conclusão dos estudos com êxito;</p> <p>XI – capacitar os servidores nas metodologias, ferramentas e técnicas utilizadas no processo de inclusão social de pessoas com necessidades específicas;</p> <p>XII - discutir, pesquisar e promover práticas educativas sobre as diversidades de gênero e sexual, com enfrentamento do sexismo, homofobia e todas as variantes de preconceitos;</p> <p>XIII – promover e apoiar a oferta de pré-vestibulares comunitários, nos câmpus do IFRS, para o ingresso, priorizando o acesso dos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino;</p> <p>XIV – realizar eventos, junto à comunidade acadêmica, de sensibilização e divulgação da Política de Ações Afirmativas;</p> <p>XV – promover estratégias de acompanhamento pedagógico e para a realização de adaptações curriculares, quando necessário, para os alunos com necessidades educacionais específicas, indígenas e quilombolas;</p> <p>XVI – garantir que o processo de ingresso de estudantes surdos seja realizado por meio Língua Brasileira de Sinais (Libras);</p> <p>XVII – contribuir para que os núcleos institucionais trabalhem de forma integrada na busca de uma cultura de inclusão no IFRS;</p> <p>XVIII – manter articulação com a Política de Assistência Estudantil; XIX – manter articulação com a Política de Ingresso de Estudantes.</p>
<p>Contextualizar a Política de Ações Afirmativas do IFRS em relação ao Ciclo de Políticas de Ball</p>	<p><b>Coordenador de Núcleo</b> - Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAf, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo? - Como os aspectos políticos e econômicos do país, principalmente nos últimos anos, têm afetado a implementação da PAAf, no âmbito de seu núcleo?</p>	
<p>Compreender qual a percepção dos sujeitos, envolvidos diretamente com a PAAf, no <i>Campus</i> Bento Gonçalves, quanto à implementação e/ou consolidação da política.</p>	<p><b>Discente</b> - Para você o que são “ações afirmativas, no IFRS, Campus Bento Gonçalves? -A PAAf contribuiu para o seu ingresso na instituição/curso? Como? - A PAAf tem contribuído para a sua permanência no curso/instituição? De que forma? - De que forma você percebe o acolhimento dos docentes e técnicos administrativos, devido a sua condição de beneficiado pela política? - Qual sua percepção em relação à adesão ou resistência dos seus colegas em relação à Política? - Como os servidores (técnicos administrativos e docentes) lidam com as principais dificuldades identificadas no contexto da prática acadêmica? - Na sua opinião, como a Política de Ações Afirmativas do IFRS tem impactado na prática de sala de aula</p> <p><b>Docente</b> - Quais são as principais dificuldades identificadas no</p>	

	<p>contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os professores lidam com essas dificuldades?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAf?</li> </ul> <p><b>Técnico Administrativo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAf, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo?</li> <li>- Na sua percepção, até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAf?</li> <li>- Na sua percepção há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?</li> </ul>	
<p>Caracterizar os aspectos centrais da PAAf, suas potencialidades e possíveis fragilidades, com vistas a orientar a construção de um processo de avaliação.</p>	<p><b>Coordenador de Núcleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há, no campus, um espaço sistemático para a realização de reuniões para discussão sobre o processo dos estudantes atendidos pela PAAf?</li> <li>- Qual a sua percepção quanto à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal em relação aos estudantes do EMI que são atendidos pela PAAf?</li> <li>- Os estudantes do Ensino Médio Integrado, atendidos pelo seu núcleo desde o ingresso, têm permanecido no curso, até a conclusão?</li> <li>- O núcleo tem o registro dos estudantes do EMI, beneficiados com a PAAf, que após a conclusão foram inseridos no mundo do trabalho?</li> </ul> <p><b>Discente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na sua percepção há na instituição barreiras arquitetônicas, educacionais,</li> </ul>	

	<p>comunicacionais e atitudinais para o pleno acesso dos estudantes atendidos pela PAAf?</p> <p><b>Docente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Que estratégias têm sido adotadas para minimizar as desigualdades identificadas, evidenciadas no convívio com os estudantes atendidos pela PAAf?</li> <li>- As estratégias adotadas contribuem para o debate sobre a PAAf e para os aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionado.</li> </ul> <p><b>Técnico Administrativo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os técnicos administrativos lidam com essas dificuldades?</li> </ul>	
<p>Desenvolver um produto educacional que contribua para a implementação de um processo de avaliação da PAAf no IFRS.</p>	<p><b>Todos os sujeitos participantes da pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na sua percepção quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAf? Quais critérios devem ser considerados na avaliação da PAAf?</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

### 3.1 ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO

Para analisar a Política de Ações Afirmativas do IFRS, utilizamos a teoria da abordagem do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (1992).

O Ciclo de Políticas é uma abordagem formulada por Richard Bowe, Stephen Ball e Anne Gold, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais. O Ciclo de Políticas é um método para análise de políticas, a fim de compreender como elas são formuladas e como são implementadas em diferentes contextos.

De acordo com Souza e Gomes (2011), baseadas nos textos de Ball, Mainardes e Marcondes, citam que Ball propôs um ciclo contínuo constituído por cinco contextos interrelacionados, sem uma dimensão temporal ou sequencial, conforme veremos a seguir.

- Contexto de Influência
- Contexto da Produção de Texto
- Contexto da Prática
- Contexto dos Resultados (efeitos) e
- Contexto da Estratégia política.

Cada um desses contextos, apresentam arenas (lugares de discussão e disputas) e grupos de interesses (grupos que desejam influenciar as políticas) e cada um deles envolve embates.

O primeiro contexto, o da influência é onde as políticas são iniciadas e os discursos construídos. Participam deste contexto as redes sociais, os partidos políticos, governo executivo e legislativo. As arenas públicas são os meios de comunicação social, os grupos representativos, as redes políticas e sociais, órgãos internacionais como Unesco, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, que influenciam o processo de formulação das políticas nacionais. Destarte, há uma migração de políticas internacionais que são recontextualizadas em cada nação.

De acordo com Mainardes (2006), o segundo contexto, o da produção de texto é onde os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Esses textos representam a política e são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política. Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. A Política de Ações Afirmativas do IFRS, encontra-se inserida neste contexto, pois aqui a arena seria as sessões do Conselho Superior do IFRS e as discussões e as suas comissões, para a aprovação da política.

Conforme a abordagem do Ciclo de Políticas de Ball, o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação, recriação e produção de efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original, pois os profissionais que atuam no contexto da prática não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos (Mainardes, 2006). Dessa forma a comunidade acadêmica têm o papel importante no processo de interpretação e reinterpretação das políticas

educacionais, pois suas convicções têm implicações no processo de implementação dessas políticas.

Souza e Gomes (2011) mencionam que, para Ball, o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas.

É no Contexto da Prática que a Política de Ações Afirmativas do IFRS, de fato, se insere, a partir de sua aprovação pelo Conselho Superior do IFRS e sua publicação, de acordo com a Resolução nº 022, de fevereiro de 2014 (IFRS, 2014b). Neste contexto a PAAf esteve sujeita a interpretações e recriações, produzindo efeitos e consequências, gerando mudanças e transformações significativas na política original. Basta acompanhar a linha do tempo da PAAf para verificar as inúmeras mudanças ocorridas com o passar dos anos (IFRS, 2024). Nesse caso as arenas são: os *campi* e reitoria com os núcleos e seus membros, os demais servidores e discentes, pois esses são os grupos de interesse.

O Contexto dos Resultados ou Efeitos, o quarto Contexto do Ciclo de Políticas de Ball, preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Neste contexto as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes.

Os efeitos causados pela PAAf no Campus Bento Gonçalves, nos últimos anos, serão analisados por meio das percepções dos atores entrevistados, representantes dos segmentos acadêmicos, mais os servidores que coordenam, neste momento, os núcleos de ações afirmativas.

O último Contexto do Ciclo de Políticas é o Contexto de Estratégia Política. Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada (Mainardes, 2006, p. 54-55).

A identificação das necessidades como as atividades sociais e políticas, poderão ser realizadas considerando as solicitações e apontamentos advindos como demandas dos/as entrevistados/as, acerca da política, ora analisada. Assim, por meio da avaliação da Política de Ações Afirmativas, motivo desta pesquisa, as desigualdades criadas ou reproduzidas pela PAAf poderão ser discutidas e refletidas

com toda a comunidade acadêmica, para que unidos desenvolvam estratégias para minimizá-las.

É sempre bom lembrar que, por se tratar de política pública, certamente haverá disputas por interesses e poder.

Não se trata aqui de supervalorizar a presença e atuação do corpo técnico e burocrático ou os interesses políticos em jogo, mas de se buscar resgatar meandros, práticas, conhecimentos, competências e visões de mundo afeitas às particularidades destas atuações e avaliar em que medidas tais participações têm contribuído para a compreensão das políticas (Mainardes, 2009, p. 13).

Após a leitura e análise dos textos de autores citados neste tópico, podemos afirmar que a escolha da abordagem do ciclo de políticas de Ball, como referencial teórico-analítico, foi muito apropriada, pois ela oferece instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais, encaixando-se perfeitamente à Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Quadro 13: Contextos dos Ciclos de Políticas e Indicadores X Instrumento de Investigação

<b>Contextos</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Instrumento de investigação</b>
Contexto de Influência	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Influências globais/internacionais</li> <li>- Discurso e configurações da política no decorrer do tempo</li> <li>- Genealogia completa do discurso da política</li> </ul>	Análise documental da Legislação vigente e Políticas Públicas que vem norteando as ações afirmativas no Brasil.
Contexto da Produção de Texto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Início da construção do texto da política.</li> <li>- Grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política.</li> <li>- Grupos excluídos do processo de produção do texto da política.</li> <li>- Modo de participação dos profissionais envolvidos na construção dos textos.</li> <li>- Consensos na construção do texto (escrito ou não).</li> <li>- Discursos predominantes e as ideias-chave, intenções, valores e propósitos do texto.</li> <li>- Interesses e opções não explicitados (ocultos) no texto.</li> <li>- Influências de agendas globais, internacionais ou nacionais; de autores estrangeiros ou de compromissos partidários.</li> <li>- Inconsistências, contradições e ambiguidades no texto.</li> <li>- Destinatários (leitores) do texto elaborado.</li> <li>- Produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes).</li> </ul>	Análise documental das Políticas e normativas das AAF do IFRS e produções bibliográficas do IFRS.
Contexto da Prática	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formas de recebimento e de implementação da política.</li> <li>- Formas de interpretação pelos professores, diretores, pedagogos e demais</li> </ul>	<b>ENTREVISTAS Discentes</b> - Para você o que são “ações afirmativas”, no IFRS, Campus

Contextos	Indicadores	Instrumento de investigação
	<p>envolvidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possíveis mudanças, alterações e adaptações no texto da política.</li> <li>- Possíveis variações no modo pelo qual o texto é interpretado, nos diferentes espaços observados na pesquisa.</li> <li>- Evidências de resistência individual ou coletiva.</li> <li>- Autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas por parte dos profissionais envolvidos.</li> <li>- Contradições, conflitos e tensões entre as interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formuladores da política e autores dos textos da política.</li> <li>- Principais dificuldades identificadas no contexto da prática e forma de enfrentamento. - Reprodução ou criação de desigualdades.</li> <li>- Relações de poder dentro do contexto da prática e no relacionamento dos profissionais que atuam na escola com os órgãos educacionais oficiais e dirigentes educacionais.</li> <li>- Formas de opressão, mecanismos de pressão, silenciamentos.</li> <li>- Espaços de vivências democráticas e emancipatórias.</li> <li>- Possíveis influências do contexto da prática no contexto da produção do texto.</li> </ul>	<p>Bento Gonçalves?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A PAAF contribuiu para o seu ingresso na instituição/curso? Como?</li> <li>- A PAAF tem contribuído para a sua permanência no curso/instituição? De que forma?</li> <li>- De que forma você percebe o acolhimento dos docentes e técnicos administrativos, devido a sua condição de beneficiado pela política?</li> <li>- Qual sua percepção em relação à adesão ou resistência dos seus colegas em relação à Política?</li> <li>- Como os servidores (técnicos administrativos e docentes) lidam com as principais dificuldades identificadas no contexto da prática acadêmica?</li> <li>- Na sua opinião, como a Política de Ações Afirmativas do IFRS tem impactado na prática de sala de aula?</li> </ul> <p><b>Docente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os professores lidam com essas dificuldades?</li> <li>- Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAF?</li> </ul> <p><b>Técnico Administrativo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAF, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo?</li> <li>- Na sua percepção, até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAF?</li> <li>- Na sua percepção há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências</li> </ul>

Contextos	Indicadores	Instrumento de investigação
		<p>disso?</p> <p><b>Coordenador de Núcleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há, no campus, um espaço sistemático para a realização de reuniões para discussão sobre o processo dos estudantes atendidos pela PAAF?</li> <li>- Qual a sua percepção quanto à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal em relação aos estudantes do EMI que são atendidos pela PAAF?</li> <li>- Os estudantes do Ensino Médio Integrado, atendidos pelo seu núcleo desde o ingresso, têm permanecido no curso, até a conclusão?</li> <li>- O núcleo tem o registro dos estudantes do EMI, beneficiados com a PAAF, que após a conclusão foram inseridos no mundo do trabalho?</li> </ul> <p><b>Discente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na sua percepção há na instituição barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais para o pleno acesso dos estudantes atendidos pela PAAF?</li> </ul> <p><b>Técnico Administrativo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os técnicos administrativos lidam com essas dificuldades?</li> </ul>
Contexto dos resultados/efeitos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto da política para os alunos em geral.</li> <li>- Impacto da política para grupos específicos tais como: classe social, gênero, raça/etnia, localidade (urbana/rural; áreas carentes/mais desenvolvidas), características pessoais dos alunos, ritmos de aprendizagem, pessoas portadoras de necessidades especiais.</li> <li>- Consequências inesperadas.</li> <li>- Dados oficiais sobre o impacto da política.</li> <li>- Diferenças e semelhanças entre os dados oficiais e o que foi observado no contexto da prática pelo pesquisador.</li> <li>- Possíveis contribuições da política para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social.</li> </ul>	<p><b>ENTREVISTAS</b></p> <p><b>Docentes</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?</li> </ul> <p><b>Coordenador de Núcleo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais as atividades/ações previstas que não foram realizadas? Por quais motivos?</li> </ul> <p><b>Coordenador de Núcleo, Discente, Docente e TAE</b></p> <p>Na sua percepção quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAF? Quais critérios devem ser</p>

Contextos	Indicadores	Instrumento de investigação considerados na avaliação da PAAF?
Contexto da estratégia política	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possíveis desigualdades criadas ou reproduzidas pela política e suas evidências.</li> <li>- Estratégias (gerais e específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas.</li> <li>- Possíveis contribuições das estratégias delineadas para o debate sobre a política investigada e para aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados.</li> <li>- Exequibilidade e fundamentação em referenciais teóricos consistentes das estratégias delineadas.</li> <li>- Possíveis contribuições das estratégias delineadas para o fortalecimento das pedagogias críticas, de projetos alternativos para a educação das classes trabalhadoras e de uma democratização real e efetiva.</li> <li>- Possibilidades de disseminação das estratégias.</li> <li>- Relação das estratégias delineadas com os aspectos macroestruturais.</li> </ul>	<p><b>ENTREVISTAS</b> <b>Docente</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Que estratégias têm sido adotadas para minimizar as desigualdades identificadas, evidenciadas no convívio com os estudantes atendidos pela PAAF?</li> <li>- As estratégias adotadas contribuem para o debate sobre a PAAF e para os aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados?</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Mainardes (2006).

A presente pesquisa trata do momento atual da PAAf, isto é, a partir do Contexto da Prática.

### 3.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

Antes de iniciar a análise documental, foi solicitada a autorização da Direção-Geral do Campus Bento Gonçalves para que fosse realizada a pesquisa no campus. Após o retorno positivo do Diretor-Geral, iniciou-se a pesquisa.

A análise documental fundamentou as entrevistas e permitiu a compreensão acerca da implementação das ações afirmativas, mesmo antes da criação da PAAf. Nesta fase foram realizadas as seguintes ações:

- leitura minuciosa dos documentos relativos à PAAf e à legislação federal;
- seleção dos documentos que apresentavam dados importantes que pudessem responder aos objetivos propostos.

Após a análise documental, destacamos as duas políticas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa: a Política de Ações Afirmativas e o Programa de Autoavaliação do IFRS. No IFRS a Política de Ações Afirmativas foi aprovada pelo Conselho Superior, conforme Resolução nº 022 de 2014, orientando para ações de

inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, com vistas à promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos (IFRS, 2014).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional de 2019-2023 do IFRS, os núcleos de ações afirmativas (Napne<sup>6</sup>, Neabi<sup>7</sup>, Nepgs<sup>8</sup> e Naaf<sup>9</sup>) têm o compromisso de fomentar o processo de inclusão e diversidade no IFRS, com a formação integral do ser humano e o relacionamento que estabelece com o Mundo do Trabalho. Ainda, atribuições como o incentivo à construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas e a implementação da política da Diversidade de Gênero, promovendo valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade.

O respeito à diferença; a igualdade de oportunidades e condições de acesso, a inclusão, permanência e êxito; a garantia da educação pública, gratuita e de excelência para todos, a defesa da interculturalidade e a integração com a comunidade escolar acadêmica são os princípios da ação inclusiva do IFRS, que visa atender às necessidades específicas de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas.

Em relação ao Programa de Autoavaliação Institucional, constatou-se que a condução do processo de autoavaliação institucional no IFRS está a cargo da Comissão Própria de Avaliação, promovendo o envolvimento e participação de toda comunidade de seus 17 *campi*. O relatório, resultado da autoavaliação institucional, é apresentado à comunidade acadêmica, encaminhando para a análise das demandas apresentadas, contribuindo com o aprimoramento do planejamento e gestão da instituição. Ainda, de acordo com o programa de avaliação, a instituição assume o compromisso com a concepção de avaliação emancipatória (IFRS, 2012).

Ao analisar as Constituições Brasileiras e as três Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, percebe-se como é lento o processo de democratização da educação brasileira e o quanto ainda precisa ser feito para se chegar a um patamar minimamente aceitável. A Constituição de 1988, considerada a Constituição Cidadã, trouxe profundas mudanças em todas as áreas, inclusive na educação, sendo essa a

---

<sup>6</sup> Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

<sup>7</sup> Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas.

<sup>8</sup> Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade.

<sup>9</sup> Núcleo de Ações Afirmativas.

primeira dos direitos sociais explicitado na Carta Magna (Brasil, 1988). Já a atual LDB/1996, só foi sancionada oito anos pós a promulgação da Constituição Brasileira (Brasil, 1996). Somente a partir de 1997 é que as mudanças começam a ser implantadas. Aqui temos um exemplo de uma ação negativa na educação profissional, que foi em relação à forma de oferta dos cursos técnicos em: concomitantes (para egressos do ensino fundamental) ou subsequentes (para egressos do ensino médio). Na modalidade concomitante houve a separação das turmas em: ensino médio, num turno e ensino técnico, no outro turno, conforme Decreto 2.208/1997 (Brasil, 1997).

Foram nos dois mandatos anteriores do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, que as políticas públicas voltadas à área da educação foram amplamente desenvolvidas. Essas políticas, como Prouni e Fies, proporcionaram o financiamento de estudos, beneficiando muitos estudantes que não tinham condições financeiras para cursar a educação superior.

No ano de 2004 foi revogado o Decreto nº 2.208/97, sendo substituído pelo Decreto nº 5.154, publicado em 23 de julho de 2004, que permitia a articulação e integração de esforços em prol do fortalecimento da EPT, apontando para a flexibilização e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador (Brasil, 2004).

Foi no governo da presidenta Dilma que todos os avanços anteriores foram premiados com a Lei nº 12.711/2012, que instituiu a obrigatoriedade da adoção de ações afirmativas raciais e sociais pelas instituições de educação superior. (Brasil, 2012)

As políticas públicas de acesso à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica, constituem-se como importantes ferramentas de socialização, principalmente quando se trata do ensino médio integrado. No entanto, não basta apenas promover o acesso ao EMI, é necessário a permanência, o êxito e o sucesso no mundo do trabalho. Diante desse cenário, precisamos considerar a importância da avaliação das políticas públicas para a popularização da educação.

Furlan (2016) enfatiza que o sistema educacional deve sair dos espaços pedagógicos, abrindo-se para o mundo e aos problemas cotidianos, não bastando ter o acesso aos espaços escolares ou modificações nas políticas públicas educacionais; mas há uma necessidade de práticas educacionais permanentes, as quais irão gerar mudanças sociais, como na busca incessante de eliminar a alienação e expropriação de saberes/experiências/vivências dos trabalhadores, buscando a minimização das desigualdades sociais-econômicas-culturais-políticas.

Além das análises das políticas públicas nacionais voltadas para a educação e aquelas direcionadas à EPT e os Institutos Federais, nos baseamos também, na Lei do Sinaes de 2004, para tratar da avaliação da política institucional de Ações Afirmativas do IFRS, conforme Resolução nº 022/2014 e ainda no Programa de Avaliação Institucional do IFRS.

A linha do tempo das ações afirmativas no IFRS, demonstra o compromisso do IFRS para com as políticas institucionais acerca das temáticas da inclusão e da diversidade. Salienta-se que essas políticas estão imbricadas com as temáticas desenvolvidas em cada núcleo de ações afirmativas, que dedicam-se a propiciar aos estudantes, principalmente, os beneficiários da PAAf um espaço de acolhimento, minimizando os impactos negativos que possam existir.

Com as análises, documental e bibliográfica, realizadas, concluímos que é de suma importância o papel que a avaliação assume diante da criação, implementação e consolidação das políticas públicas para a educação, seja as de nível nacional, assim como as de nível institucional.

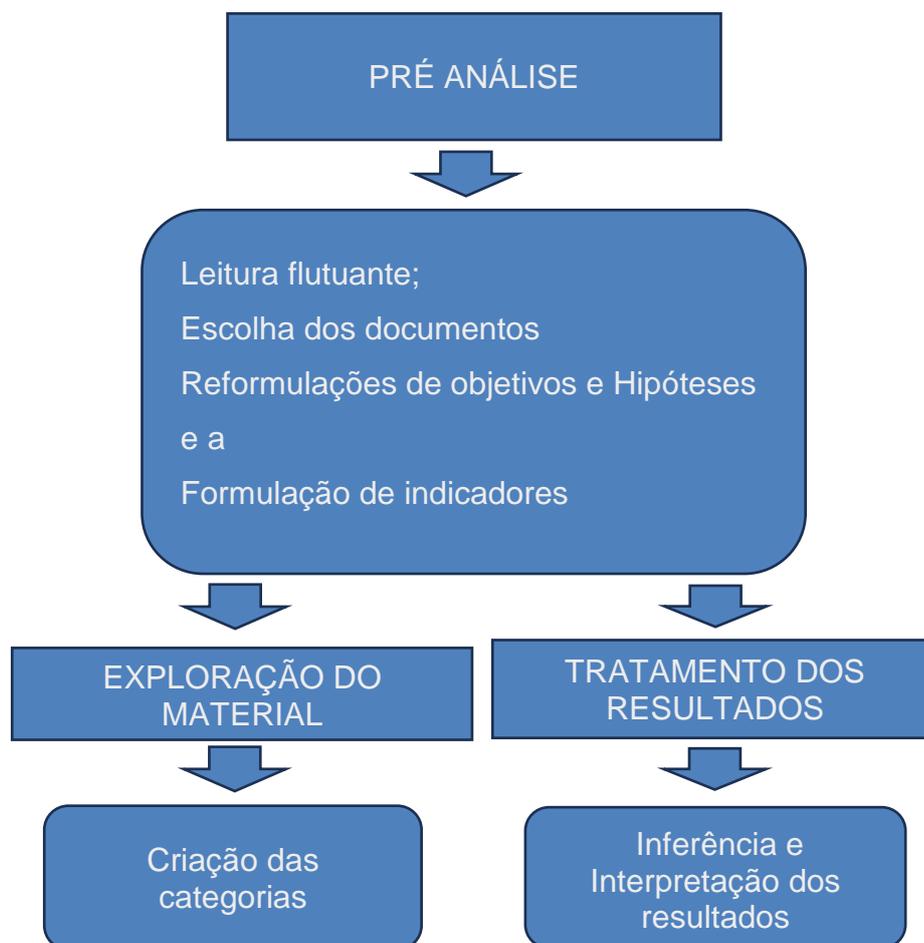
### 3.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Segundo Bardin (2016) a Análise de Conteúdo pode ser definida como sendo um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou recepção destas mensagens.

A técnica de pesquisa Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016) se estrutura em três fases:

- I. Pré-análise;
- II. Exploração do material, categorização ou codificação;
- III. Tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

Figura 1: Fases da técnica da análise de conteúdo



O instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, que foi registrada por meio de gravação de áudio e de maneira escrita. O roteiro da entrevista variou de 7 a 13 questões, direcionadas ao segmento do qual o respondente pertencia, isto é, discente, docente, técnico administrativo ou as coordenadoras dos núcleos envolvidos na pesquisa. As entrevistas foram realizadas presencialmente, no período de novembro a dezembro de 2023, sendo nove nas dependências do Campus Bento Gonçalves e uma na Reitoria.

As gravações foram transcritas, observando a originalidade do texto expressado pelo entrevistado. Todos os participantes entrevistados tiveram acesso ao roteiro, no momento em que foram convidados/as a participar e também, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que os discentes, por serem menores de idade, tiveram a autorização dos pais e/ou responsáveis.

A seguir apresentamos a organização e o conteúdo de cada etapa da entrevista, bem como alguns dos questionamentos relacionados ao respectivo

segmento participante.

Quadro 14: Etapas da entrevista

ETAPAS DA ENTREVISTA	ORGANIZAÇÃO
1ª – Etapa que antecede à entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contato inicial, por e-mail, com as coordenadoras dos núcleos, primeiras participantes a serem entrevistadas.</li> <li>- Agendamento de dias e horários para a realização das entrevistas.</li> <li>- Elaboração do roteiro:</li> <li>- Realização das entrevistas com a coordenadoras dos núcleos e indicação de membros da comunidade acadêmica como: discentes, docentes e técnicos administrativos;</li> <li>- Contato, por e-mail, com os 14 candidatos indicados a participantes da pesquisa;</li> <li>- Agendamento de entrevistas com os 07 candidatos que aceitaram o nosso convite.</li> </ul>
2ª – Etapa do diálogo com o entrevistado antes do início da gravação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Introdução e esclarecimento quanto à temática da entrevista e a importância de suas percepções e vivências acerca dessa temática.</li> <li>- Consentimento da entrevista.</li> <li>- Assinatura do termo de consentimento livre esclarecido (TCLE).</li> </ul>
<p>3ª – Etapa: obter maior conhecimento dos núcleos através de suas coordenadoras</p> <p>Quais as percepções das entrevistadas quanto à efetividade da Política de Ações Afirmativas do IFRS.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando o Núcleo foi criado? Naquele momento havia alguma demanda específica? Como funciona atualmente? Como foi a <b>implantação</b> da Política de Ações Afirmativas, no núcleo sob sua coordenação?</li> <li>- Como vem ocorrendo o <b>processo</b> de implementação da Política de Ações Afirmativas, no núcleo sob sua coordenação e como a demanda pelas ações afirmativas tem sido contemplada, no âmbito do núcleo sob sua coordenação?</li> <li>- Fornecer alguns dados sobre como isso acontece, por exemplo: quantitativo de ingressantes e/ou concluintes contemplados pela PAAf.</li> <li>- Como os aspectos políticos e econômicos do país, principalmente nos <b>últimos anos</b>, têm afetado a implementação da PAAf, no âmbito de seu núcleo?</li> <li>- Quais as atividades/ações previstas que não foram realizadas? Por quais motivos?</li> <li>- Os estudantes do Ensino Médio Integrado, atendidos pelo seu núcleo desde o ingresso, têm permanecido no curso, até a conclusão?</li> <li>- O núcleo tem o registro dos estudantes do EMI, beneficiados com a PAAf, que após a conclusão foram inseridos no mundo do trabalho?</li> <li>- Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAf, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo?</li> <li>- Qual a sua percepção quanto à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal em relação aos estudantes do EMI que são atendidos pela PAAf?</li> <li>- Os relatórios anuais produzidos pelo Núcleo durante os anos de, 2021, 2022 e 2023, podem ser socializados? Como tais relatórios têm sido produzidos e incorporados na avaliação institucional, sistematizada pela CPA, ou seja, quais procedimentos e critérios têm sido utilizados?</li> <li>- Como você define e/ou identifica o que seriam as ações afirmativas no contexto do IFRS – Campus Bento Gonçalves, em especial às destinadas à permanência e ao êxito?</li> </ul>

ETAPAS DA ENTREVISTA	ORGANIZAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quais programas e ações estão sendo desenvolvidos neste momento. Como são avaliadas tais ações e que critérios você sugere que sejam considerados na avaliação das mesmas?</li> </ul>
<p>4ª Etapa:</p> <p>a) Roteiro de Entrevista com os discentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a sua percepção quanto ao seu desempenho na avaliação da aprendizagem e a relação com a PAAf?</li> <li>- Há alguma avaliação realizada ou manifestação pelos discentes, quanto à implementação da política?</li> <li>- Para você o que são “ações afirmativas”, no IFRS, Campus Bento Gonçalves?</li> <li>- A PAAf contribuiu para o seu ingresso na instituição/curso? Como?</li> <li>- A PAAf tem contribuído para a sua permanência no curso/instituição? De que forma?</li> </ul>
<p>b) Entrevista com os docentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na sua opinião, como a Política de Ações Afirmativas tem impactado na prática de sala de aula.</li> <li>- Na sua percepção há na instituição barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais para o pleno acesso dos estudantes atendidos pela PAAf?</li> <li>- Como a Política de Ações Afirmativas foi recebida pelos docentes do Ensino Médio Integrado? Qual a sua percepção quanto à implementação da política?</li> <li>- Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os professores lidam com essas dificuldades?</li> <li>- Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAf?</li> <li>- Que estratégias têm sido adotadas para minimizar as desigualdades identificadas, evidenciada no convívio com os estudantes atendidos pela PAAf?</li> <li>- As estratégias adotadas contribuem para o debate sobre a PAAf e para os aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados?</li> </ul>
<p>c) Entrevista com os TAEs</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Qual a sua percepção quanto à oferta de capacitação para os servidores técnicos administrativos para atuarem nos processos educacionais voltados para as ações afirmativas?</li> <li>- Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAf, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativos?</li> <li>- Na sua percepção, até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAf?</li> <li>- Na sua percepção há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?</li> </ul>
<p>5ª Etapa: documentação adicional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatórios de ações desenvolvidas pelos núcleos nos anos de 2021, 2022 e 2023.</li> <li>- Complementação das informações das entrevistas, por e-mail, das três coordenações dos núcleos.</li> </ul>
<p>6ª Etapa: transcrições textuais das gravações e preparação para a análise de conteúdo</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura dos textos e conferência do texto escrito com o conteúdo do áudio. Solicitação de complementação de informações às coordenações dos núcleos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Machado (2016).

Para a realização das entrevistas, procurou-se ambientes tranquilos para que o diálogo acontecesse de forma agradável e que os/as entrevistados/as pudessem

expressar suas percepções acerca dos questionamentos, constantes do roteiro previamente preparado. Os docentes ofereceram suas salas de trabalho, pois estavam na função de coordenadores de curso. Os técnicos administrativos também ofereceram suas salas e o mesmo aconteceu com duas coordenadoras de núcleo. A pedido, uma coordenadora foi entrevistada na Reitoria, na sala da Ouvidoria, na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Os discentes foram entrevistados durante o horário de almoço, nas dependências da Biblioteca Firmino Splendor, do Campus Bento Gonçalves.

Todos os cuidados foram tomados para que cada entrevistado tivesse a liberdade e a tranquilidade em expressar suas vivências, experiências, suas emoções e percepções, em relação ao tema tratado naquele momento.

Cabe destacar que as primeiras entrevistas foram realizadas com as coordenadoras dos três núcleos de ações afirmativas, conforme já mencionados.

Ao final da entrevista, cada participante recebeu meu agradecimento pela sua participação e valiosa contribuição com a pesquisa que estava sendo desenvolvida.

Os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos foram cuidadosamente observados e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelos participantes e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos pais dos estudantes menores de idade.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

O presente estudo buscou responder à questão relativa ao problema de pesquisa: Quais os indicadores a serem adotados no processo de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com vistas à verificação da materialização efetiva acerca do cumprimento dos objetivos inicialmente propostos?

Os indicadores, resultado da pesquisa, serão apresentados como um Produto Educacional Textual, em formato de um Guia e poderão ser disponibilizados à Comissão Própria de Avaliação – CPA, para análise e inserção no instrumento de avaliação institucional, para que a comunidade acadêmica do IFRS possa avaliar a PAAf, em seus campi, cumprindo o que preconiza a Resolução nº 22/2014, do IFRS.

Segundo Bardin (2016), nesta fase de pré-análise, com os dados transcritos, inicia-se a leitura flutuante, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos

indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material. Em seguida, passa-se a escolha de índices ou categorias, que surgirão das questões norteadoras ou das hipóteses, e a organização destes em indicadores.

Na exploração do material, as expressões, palavras e/ou temas repetidos nas falas dos participantes serão destacados e organizados para posteriormente fazer a categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados. Esta é a fase de realização da codificação para posterior categorização, com objetivo de consolidar um significado.

Na fase de tratamento dos resultados, para obter resultados significativos e válidos, o pesquisador pode propor inferências e interpretação dos dados.

Feita a degravação das respostas dadas nas entrevistas, iniciou-se a fase da Pré-análise, com a leitura do material e sua organização.

O quadro com as questões dos roteiros das entrevistas, por segmento acadêmico e número de participantes, com suas respectivas respostas, estão inseridos como anexo a essa dissertação.

A fase seguinte é a da Exploração do Material, com a codificação e categorização. Nesta fase selecionamos as expressões dos participantes entrevistados que podiam responder o problema e os objetivos previstos no projeto de pesquisa, conforme suas percepções acerca do que lhes foi questionado. Essas percepções encontram-se em anexo.

Após o término da primeira fase, referente à percepção dos sujeitos entrevistados, selecionamos as categorias iniciais e intermediárias, passando pelo conceito norteador.

Quadro 15: Categorias iniciais e intermediárias

<b>Categoria inicial</b>	<b>Conceito norteador</b>	<b>Categoria intermediária</b>
Mais formação docente.	Formação docente, abordando as questões que norteiam as Ações Afirmativas.	Contextualizar as ações afirmativas. Fazer um resgate histórico através da legislação.
“Tem professores que são muito acolhedores.” (Tem professores que não são acolhedores.)	Os professores sentem-se inseguros no primeiro contato com a turma.	Insegurança do docente diante do “ <b>novo</b> , do <b>diferente</b> ”.
Falta formação para os servidores em geral.	Necessidade de Capacitação, quanto à PAAf, para todos os servidores do campus, para acolher a todos sem distinção.	É imprescindível que todos tenham <b>acesso ao conhecimento</b> referente à <b>PAAf</b> .
Não houve avaliação da PAAf.	Necessidade de avaliação da PAAf	<b>Avaliar</b> para conhecer e compreender a <b>PAAf</b> .
Há barreiras arquitetônicas,	Problemas na acessibilidade	Muitas <b>barreiras</b> podem ser

<b>Categoria inicial</b>	<b>Conceito norteador</b>	<b>Categoria intermediária</b>
atitudinal, pedagógica...	física, além de preconceito, discriminação, rejeição e resistência.	minimizadas a partir do conhecimento da PAAf
As bolsas auxiliam na permanência do estudante	A ajuda financeira tem auxiliado para a permanência do estudante bolsista	É importante a <b>assistência estudantil</b> aos alunos cotistas de baixa renda.
Os Núcleos cumprem suas atribuições, mantendo contato com os estudantes beneficiados pela PAAf	Os núcleos acolhem. Há realização de ações de divulgação e sensibilização quanto à PAAf.	Os <b>Núcleos</b> necessitam do apoio da gestão da instituição para manter suas necessidades básicas ao acolhimento dos estudantes que os procuram.
Percebe-se o aumento da procura pelos cursos de EMI	A PAAf aumentou a procura por cursos do EMI aos cursos técnicos, ofertados pelo campus.	A oferta de vagas por cotas pode ser o motivo para o <b>aumento pela procura</b> pelos cursos de EMI.
Alguns estudantes sentem-se prejudicados em relação ao seu colega que tem uma maior atenção do professor.	O estudante com necessidade específica pode demandar uma maior atenção do professor.	Pode haver uma certa <b>falta de empatia</b> , por tratar-se de adolescentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira fase é a do Tratamento dos Resultados, a busca pelos significados válidos. Aqui o pesquisador pode fazer inferências e interpretação.

Quadro 16: Categorias Finais

<b>Categorias de análise</b>	<b>Categorias iniciais</b>	<b>Categorias intermediárias</b>	<b>Categorias Finais</b>
Mais formação docente	Formação docente, abordando as questões que norteiam as Ações Afirmativas.	Contextualizar as ações afirmativas. Fazer um resgate histórico através da legislação.	
Alguns professores são acolhedores.	Os professores sentem-se inseguros no primeiro contato com a turma.	Insegurança do docente diante do <b>"novo, do diferente"</b> .	Formação continuada Capacitação Sensibilização Ações Afirmativas
Falta formação para os servidores em geral.	Necessidade de Capacitação, quanto a PAAf, para todos os servidores do campus para acolher a todos sem distinção.	É imprescindível que todos tenham <b>acesso ao conhecimento</b> referente à <b>PAAf</b> .	
Não houve avaliação da PAAf.	Necessidade de avaliação da PAAf	<b>Avaliar</b> para conhecer e compreender a <b>PAAf</b>	Avaliação da Política
Há barreiras arquitetônicas, atitudinal, pedagógica	Problemas na acessibilidade, preconceito, discriminação, rejeição e resistência.	Muitas <b>barreiras</b> podem ser minimizadas a partir do conhecimento da PAAf	Inclusão Diversidade Acessibilidade
As bolsas auxiliam na permanência do estudante	A ajuda financeira tem auxiliado para a permanência do estudante bolsista	É importante a <b>assistência estudantil</b> aos alunos cotistas de baixa renda.	Auxílio Estudantil
Os Núcleos cumprem suas atribuições, mantendo contato com os estudantes beneficiados pela PAAf	Os núcleos acolhem. Há realização de ações de divulgação e sensibilização quanto à PAAf.	Os <b>Núcleos</b> necessitam do apoio da gestão da instituição para manter suas necessidades básicas, ao acolhimento	Apoio aos Núcleos

categorias de análise	categorias iniciais	categorias intermediárias	categorias finais
		dos estudantes que os procuram.	
Percebe-se o aumento da procura pelos cursos de EMI	A PAAf aumentou a procura por cursos do EMI aos cursos técnicos, ofertados pelo campus.	A oferta de vagas por cotas pode ser o motivo para o <b>aumento pela procura</b> pelos cursos de EMI.	Acesso Instituição Inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, apresentamos todos os procedimentos referentes à análise de conteúdo das respostas dadas às entrevistas, pelos participantes da pesquisa.

Nas categorias finais temos:

- **Formação continuada** aos docentes, abordando as questões acerca da Política de Ações Afirmativas e legislação vigente, conforme os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Ensino Médio Integrado.
- **Capacitação** dos servidores em geral, acerca das temáticas das ações afirmativas.
- **Sensibilização** de toda a comunidade acadêmica para um ambiente acolhedor para todos, servidores e estudantes.
- **Ações Afirmativas** remetem à permanência e ao êxito.
- **Avaliação da PAAf** pode detectar fragilidades e mapear possíveis soluções.
- **Inclusão, diversidade, acessibilidade** requerem ação, construção, respeito e acolhimento.
- **Auxílio estudantil** aumenta a chance de permanência e êxito dos estudantes beneficiados pela PAAf.
- **Apoio aos Núcleos de Ações Afirmativas** protagonistas no que concerne à viabilização dos cursos e suas propostas de reflexão da inclusão e diversidade.
- **Acesso** houve maior procura pelos cursos de EMI, por candidatos às vagas para as cotas, conforme legislação vigente.
- **Instituição Inclusiva** a comunidade externa percebe o campus como instituição inclusiva.

#### 4.1 TERCEIRO CONTEXTO: DA PRÁTICA

Neste contexto é possível realizar a análise de como a política é reinterpretada pelos profissionais, pelos gestores e as relações de poder, as

resistências e outros. As relações de poder são significativas para entender a política.

A pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves, por meio de entrevista semiestruturada, teve o intuito de coletar informações acerca da PAAf, em seu momento atual, isto é, a partir do Contexto da Prática, do Ciclo de Políticas de Ball.

As questões norteadoras para a aplicação da abordagem do ciclo de políticas de Ball, conforme o Contexto da Prática, de acordo com Mainardes (2006), serão respondidas neste momento, sempre que possível, levando em consideração as percepções dos sujeitos participantes da pesquisa<sup>10</sup>.

- **Formas de recebimento e de implementação da política no Campus Bento Gonçalves:**

Segundo o participante 2D, do segmento docente, “a PAAf foi bem recebida pelos docentes do Ensino Médio Integrado, embora haja algumas dificuldades em determinadas situações”. O discente cotista 2E cita o comentário de uma colega não cotista: “entrar por cotas não deveria valer”. O participante discente 3E acrescenta: “alguns acontecimentos pontuais vão de encontro com essas propostas”, isto é, as propostas da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

Já a coordenadora 1C, afirma que “vivemos numa sociedade muito racista e que ainda existe muita discriminação e preconceito inculcado nas pessoas”.

A coordenadora 2C, refere que “no Campus Bento Gonçalves tem muita resistência entre servidores de um modo geral, às ações afirmativas. Embora a grande maioria tenha consciência de que isso é algo que deve ser respeitado”.

A coordenadora 3C acredita que “o tempo e um trabalho persistente por quem está à frente das ações afirmativas poderá, no futuro, tornar a inclusão algo inerente ao processo educativo, sem a necessidade de ter que lutar para defender esse direito tão importante que é o da igualdade de direitos a todos”.

Conforme Mainardes (2006), de acordo com o Ciclo de Políticas de Bowe, Ball e Gold (1992), os profissionais que atuam no contexto da prática, como escolas, por exemplo, não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos, por isso as diversas interpretações

---

<sup>10</sup> Considerando os aspectos éticos, os participantes da pesquisa serão nominados por: Estudante 1E, 2E e 3E; Coordenador 1C, 2C e 3C; Docente: 1D e 2D e Técnico Administrativo 1T e 2T.

da PAAf.

Como é possível perceber, a comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves recebeu a implementação da Política de Ações Afirmativas de forma diversa. Como tudo o que é novo causa um certo desconforto em alguns e muita expectativa em outros.

A resistência existente por parte de alguns membros da comunidade acadêmica é fruto de discriminação e de preconceito, causados muitas vezes, por falta de conhecimento. Assim, fica evidenciado a necessidade do trabalho persistente dos Núcleos de Ações Afirmativas e demais servidores, para ajudar a transformar o campus em um espaço cem por cento inclusivo.

- **Possíveis mudanças, alterações e adaptações no texto da política:**

A análise referente a esse item deu-se por meio da análise documental. Os participantes da pesquisa não manifestaram-se sobre esta questão, pois a mesma não fez parte do roteiro de entrevista aplicado.

Após a criação da PAAf, o IFRS criou outros documentos institucionais, conforme o capítulo Ações Afirmativas no IFRS - Quadro 9: Normativas institucionais acerca da temática Ações Afirmativas, com intuito de complementar o texto original da política. Entre estes documentos podemos citar os regulamentos dos Núcleos de Ações Afirmativas, as resoluções que aprovaram a inclusão de cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiências nos processos de seleção do Programas de Pós-Graduação e a que aprovou a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS.

Também há a aprovação e regulamentação do Centro Tecnológico de Acessibilidade (CTA) do IFRS. A Regulamentação para requisição do Nome Social, aprovação da Política de Ingresso Especial e Permanência do Estudante Indígena no IFRS e a Implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual do IFRS. Desta forma, percebe-se que o texto da política foi se aprimorando por meio da criação de novos textos complementares.

- **Possíveis variações no modo pelo qual o texto é interpretado, diferentes espaços observados na pesquisa:**

Segundo Mainardes (2006) o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que

podem representar mudanças e transformações significativas na política original.

Pelas respostas dos sujeitos entrevistados, participantes da comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves, observa-se que há uma confusão, devido à semelhança de conteúdo entre a PAAf e a Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 14.723, de 2023, a Lei de Cotas (Brasil, 2012; 2023). Esta percepção está presente nas respostas de alguns dos participantes entrevistados, como por exemplo, o caso da resposta da participante 2C. Ao responder à questão, qual a sua percepção quanto à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal em relação aos estudantes do EMI que são atendidos pela PAAF? a referida participante assim se pronunciou:

“Não compreendi muito bem quais seriam estes estudantes atendidos, por quais políticas, exatamente. O Nepps tem por finalidade atingir a toda a comunidade escolar, interna ou externa, pois as questões de gênero atingem a todas as pessoas e não a públicos específicos”.

Já o participante 2E disse: “Sei que entrei por uma cota de cor/raça e que isso é parte das ações afirmativas”, enquanto que o 2D disse: “Percebe-se que hoje há um número maior de estudantes ingressantes pelas cotas, sejam raciais ou PCD”.

É importante e necessário esclarecer que a Política de Ações Afirmativas do IFRS vai além das cotas de ingresso, previstas na lei. A diferença está nas ações, programas e nos projetos desenvolvidos na instituição em busca de um espaço educacional onde possa imperar a equidade e a igualdade de direitos a todos.

- **Autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas por parte dos profissionais envolvidos:**

Os servidores que atuam nos núcleos de ações afirmativas, na assistência estudantil ou em sala de aula são os que mais se envolvem com as ações afirmativas, por trabalharem diretamente com os estudantes.

Os colegiados de cursos têm reuniões periódicas e, conforme as normativas institucionais, deveriam encaminhar as discussões referentes à Política de Ações Afirmativas do IFRS, às instâncias superiores.

A seguir a fala de uma coordenadora de núcleo, a participante 2C explica como são as reuniões do núcleo sob sua coordenação: “geralmente nós fazemos reuniões de equipe para a gente conversar um pouco sobre o que que está funcionando, o que que não está funcionando”.

- **Contradições, conflitos e tensões entre interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formulários da política e autores dos textos da política:**

Na percepção dos participantes da pesquisa, a PAAf tem seus opositores em todos os segmentos acadêmicos. Para 1T, “há servidores e estudantes que possuem seus preconceitos e, muitas vezes, não estão dispostos a mudar. Acham que é frescura, bobagem, coisa de quem não tem o que fazer”.

Para a participante 2C

“Em alguns momentos no qual alguns discursos falaciosos em relação às questões de gênero, de sexualidade impactam muito na sociedade e muitas vezes as ações do Neps são mal vistas. Há resistência. Algumas políticas que ocorreram em alguns assuntos anteriores eram voltadas para um olhar um pouco mais conservador e usavam muitas vezes discursos mentirosos em relação a gênero e sexualidade, mas também impactava na forma como o Neps, às vezes, era considerado no espaço escolar”.

Segundo Mainardes (2006) na abordagem do Ciclo de Políticas de Ball, no Contexto da Prática, os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

No contexto da prática, a implementação da Política de Ações Afirmativas, mexe com todos os atores envolvidos, pois as temáticas são complexas e carecem de atenção, respeito, empatia, compreensão, dedicação e mudança de hábitos e isso, muitas vezes, divide a opinião do grupo.

“Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes” (Bowe; Ball; Gold, 1992, apud Mainardes, 2006, p. 53).

- **Principais dificuldades identificadas no contexto da prática e forma de enfrentamento. Reprodução ou criação de desigualdades:**

Para os entrevistados, uma das dificuldades consiste na falta de conhecimento e de capacitação, na forma do docente lidar com certas necessidades específicas, por exemplo.

O docente 2D fala que “as dificuldades aparecem no dia a dia da sala de aula, quando o professor não sabe como agir, diante de determinada situação, pois falta-

lhe conhecimento, uma formação para trabalhar com certos estudantes, como é o caso do estudante autista”.

O mesmo docente explica que “os professores trocam experiências e isto é uma forma de aprendizagem. Há uma cooperação mútua nestas situações”, pois, segundo ele, “falta uma formação contínua aos docentes e demais servidores que precisam lidar com os estudantes com necessidades específicas”.

O entrevistado 1C comenta:

“percebo que existe a falta de formação para as pessoas e mesmo que a gente faça rodas de conversa, mostre que eles são pessoas, que possuem muitas capacidades e habilidades, ainda há uma certa rejeição quanto a aceitação dos estudantes que ingressaram pelas cotas e que são diferentes”.

Uma das entrevistadas, a participante 2T, representando os técnicos administrativos, declara:

“existe muito preconceito quanto a tudo que é diferente. Isso é visto na forma como as pessoas negras, com deficiência, homossexuais ou transgêneros são tratadas (exclusão, bullying, etc). Temos tido várias situações nesse sentido nas quais precisamos trabalhar com os estudantes”.

Às vezes a dificuldade consiste na falta de infraestrutura adequada, na falta de acessibilidade física, conforme a fala do participante 1T: “recebemos estudantes com limitações de locomoção, porém temos alguns espaços que não são acessíveis”.

De acordo com Mainardes (2006), no Ciclo de Política, no Contexto da Prática, não é possível prever todas as situações favoráveis ou não durante a elaboração de uma política.

As falas dos entrevistados e a análise documental demonstram que, ao longo da implementação da PAAf no Campus Bento Gonçalves, muitas dificuldades foram enfrentadas, outras tantas ainda carecem de adequação, como é o caso da acessibilidade física, além da questão da formação para os servidores.

- **Relações de Poder dentro do Contexto da Prática e no relacionamento dos profissionais que atuam na escola com os órgãos educacionais oficiais e dirigentes educacionais:**

Os participantes não se manifestaram diretamente sobre as relações de poder. No entanto, a análise documental indica que o IFRS, na sua estrutura, tem várias instâncias democráticas com a participação de todos os segmentos para discussão e decisões como, o Conselho Superior (Consup), o Conselho de Campus (Concamp),

Comissões, dentre outras.

Ainda, atualmente, os Núcleos de Ações Afirmativas, no Campus Bento Gonçalves do IFRS, estão vinculados/subordinados às diretorias sistêmicas e contam com a participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes, conforme segue:

- Napne - Direção de Ensino,
- Neabi - Direção de Extensão,
- Nepgs - Direção de Extensão.

Os demais servidores que atuam diretamente com os estudantes atendidos pela PAAf estão em setores vinculados à Direção de Ensino.

Na entrevista de Ball a Mainardes e Marcondes (2009), o mesmo citou que quando abordamos o poder, sempre queremos perguntar como as pessoas se constituem, se produzem de forma diferente.

- **Formas de opressão, mecanismos de pressão, silenciamentos:**

De acordo com as percepções dos participantes, estas questões estão presentes, principalmente, nas temáticas relativas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero e Sexualidade. Citamos aqui alguns exemplos disso. A participante da pesquisa, 2C, refere que “a gente recebeu essa denúncia, entre aspas, na Ouvidoria. E nessa denúncia era alguém que dizia ser pai de aluno e essa pessoa dizia ‘eu vou tirar meu filho dessa escola. Essa escola só quer saber de gay’”.

Já o estudante 1E, assim se pronunciou: “tem muitos professores que, basicamente, ignoram essa política de ações afirmativas. Há muitos casos aqui no campus, por exemplo, do não respeito do nome social dos alunos...”

O estudante 3E cita que “... alunos que sofrem racismo e não têm um atendimento para isso. Tipo, fica por isso mesmo. Coisas assim, que a gente ouve no nosso dia a dia aqui no campus. Casos de machismo, por exemplo, de homofobia e que não é levado adiante”.

A coordenadora do Núcleo 2C fala que: “nós temos uma resistência ideológica devido a todo um contexto externo... As pessoas não sabem a questão de gênero e sexualidade. Não sabem o que o Nepgs faz. Eles atacam o Nepgs por questões pessoais”.

Segundo Mainardes (2006), Ball também alerta o pesquisador para as variadas maneiras em que a opressão pode funcionar em uma variedade de formas e pode

atuar sobre as pessoas. Disponível de diversas maneiras através de seu gênero, posição de classe, sexualidade ou seus graus de habilidade, bem como através de interrelações complexas entre esses fatores.

- **Espaços de vivências democráticas e emancipatórias**

Segundo as respostas dos estudantes entrevistados os Núcleos de Ações Afirmativas são espaços acolhedores onde eles são ouvidos e onde buscam incentivo para continuar seus estudos. Os Núcleos promovem eventos para discutir e divulgar as ações desenvolvidas durante o período letivo. Além disso, os três estudantes que participaram da pesquisa são atendidos pelos Núcleos e atuaram também como bolsistas nos Núcleos de Ações Afirmativas.

A seguir as falas dos participantes da pesquisa que evidenciam as afirmações citadas:

O estudante 1E comentou que

“As ações afirmativas desenvolvidas pelos núcleos são muito importantes para a permanência do estudante que se beneficia por ela, porque é onde vamos buscar informação e ajuda quando necessário. São elas que tornam o campus um ambiente acolhedor”.

Sobre as ações afirmativas a coordenadora de núcleo 1C afirma que

“a principal é o ingresso dos estudantes negros, pardos e indígenas (PPI) por cotas. Esta ação fez com que aumentasse consideravelmente o número de pessoas negras no Campus. Ainda não é o número ideal, mas agora é possível presenciar alunos de outras etnias junto de nós”.

Esses são os comentários da coordenadora 2C.

“[...] nossos casos de políticas afirmativas, eu acho que a gente vai além da questão específica. A gente tem o papel de trabalhar essa questão emocional do estudante, essa questão do acolhimento, da questão da oitiva do estudante... Ele (o estudante) se sente representado. Alguém me ouve aqui. Aqui eu me sinto confortável. Eu me sinto bem. Eu posso ser quem eu sou. As ações afirmativas vão nesse direcionamento”.

- **Possíveis influências do Contexto da Prática no Contexto da Produção de Texto:**

É no Contexto da Prática que tudo acontece, pois é neste momento que se percebe o que está conforme o previsto e que não está, conforme o que foi planejado. Normalmente é assim que acontecem as discussões e reflexões que terminam por

alterar o projeto inicial, com ajustes de modo que a política retome a sua efetividade.

No caso do PAAf do IFRS, a mesma não sofreu alterações em seu texto original. O que houve foi a criação de outras normativas que complementam o texto da política, adequando às novas necessidades institucionais ou mesmo à legislação.

## 4.2 CONTEXTO DOS RESULTADOS/EFEITOS

O Contexto dos Resultados ou Efeitos é o quarto contexto do Ciclo de Política de Ball e é neste contexto que há a preocupação com as questões de justiça, igualdade e liberdade individual.

A PAAf deverá ser analisada nesse contexto após o resultado de sua avaliação, realizada juntamente com a Avaliação Institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, de acordo com os indicadores propostos pelo Produto Educacional, fruto desta pesquisa e considerando os impactos e as interações com as desigualdades existentes, apontadas pelos avaliadores, membros da comunidade acadêmica do IFRS.

A seguir as questões norteadoras desse contexto:

- Impacto da política para os alunos em geral;
- Impacto da política para grupos específicos tais como: classe social, gênero, raça/etnia, localidade (urbana/rural; áreas carentes/mais desenvolvidas), características pessoais dos alunos, ritmos de aprendizagem e pessoas com necessidades especiais.
- Possíveis contribuições da política para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social.

De acordo com a análise documental realizada para a pesquisa, a Política de Ações Afirmativas no IFRS foi criada e orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos.

O objetivo da política é promover Ações Afirmativas no IFRS, mediante programas específicos, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade (IFRS, 2014).

Os estudantes, assim como os demais membros da comunidade acadêmica, beneficiaram-se com a criação da PAAf, uma vez que a instituição se tornou um espaço mais acolhedor, inclusivo, diverso e plural, para todos.

Referente aos grupos específicos, a PAAf propõe medidas especiais para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes, em todos os cursos oferecidos pela instituição. A política de ingresso discente do IFRS observa a legislação em vigor, na oferta de vagas.

A pesquisa não trouxe informações acerca dos estudantes egressos, atendidos pela PAAf, a não ser uma curiosidade do participante 3E que disse: “Os alunos egressos, atendidos pelos núcleos de ações afirmativas têm obtido êxito depois de concluir o curso? Essa é uma questão que eu gostaria de saber”.

Cabe informar que o PE - Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, possui uma questão de avaliação que trata da trajetória do egresso atendido pela PAAf.

Em Indicadores de Autoavaliação Institucional, Eixo 2, Indicador 2.2 - Prática Pedagógica, há a questão: “Há acompanhamento da trajetória do egresso”, referindo-se aos estudantes atendidos pela PAAf.

Assim, as respostas, os efeitos ou impactos da PAAf só virão depois da política ser avaliada.

#### 4.3 CONTEXTO DA ESTRATÉGIA POLÍTICA

O contexto de estratégia política é o último contexto do ciclo de políticas. Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

- Possíveis desigualdades criadas ou reproduzidas pela política e suas evidências.
- Estratégias (gerais e específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas.
- Possíveis contribuições das estratégias delineadas para o debate sobre a política investigada e para aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados.
- Exequibilidade e fundamentação em referenciais teóricos consistentes das

estratégias delineadas.

- Possíveis contribuições das estratégias delineadas para o fortalecimento das pedagogias críticas, de projetos alternativos para a educação das classes trabalhadoras e de uma democratização real e efetiva.
- Possibilidades de disseminação das estratégias.
- Relação das estratégias delineadas com os aspectos macroestruturais.

No caso da PAAf, o que impactará neste contexto são os resultados da Avaliação Institucional, com os apontamentos referentes aos indicadores avaliados pela comunidade acadêmica.

A gestão do campus, de posse dos resultados da autoavaliação, poderá atuar para buscar alternativas e estratégias para minimizar ou ainda erradicar as fragilidades, as desigualdades criadas ou reproduzidas pela PAAf e até mesmo redimensionar os aspectos da política que estão prejudicando sua efetividade, no âmbito do Campus Bento Gonçalves e de todos os demais campi que compõem o IFRS.

## **5 PRODUTO EDUCACIONAL**

### **5.1 O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

O Produto Educacional – PE, Guia de “Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS”, é parte integrante da pesquisa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT intitulada “Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS: construção coletiva de uma proposta de autoavaliação – diálogo e escuta com a comunidade acadêmica do *campus* Bento Gonçalves, desenvolvida junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Porto Alegre.

Trata-se de um produto educacional classificado como material textual no documento Capes da área de ensino. O PE está vinculado à linha de pesquisa “Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos na EPT” e ao macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT.

No que se refere à acessibilidade deste Produto Educacional, foram utilizados/as: linguagem simples, bom contraste entre primeiro e segundo plano,

fontes sem serifa (sem prolongamentos nas hastes), imagens descritas, alinhamento dos textos à esquerda e QR Code com os Vídeos em Libras em todo o PE.

Para avaliar a PAAf foram desenvolvidos 08 indicadores de avaliação, a partir dos resultados da pesquisa realizada, distribuídos nos cinco Eixos, das dez Dimensões que compõem o Instrumento de Avaliação Institucional, segundo a Lei do Sinaes (Lei nº 10.861/2004). Os indicadores de avaliação estão inseridos no Guia de Avaliação da PAAf.

Este PE está acessível à comunidade interna e externa ao IFRS, em formato digital. A produção de dados utilizou a técnica de entrevista semiestruturada e foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) e o Ciclo de Políticas de Ball (2011), para a análise dos dados.

Com o resultado da pesquisa como insumo para a criação e desenvolvimento do Produto Educacional, procedeu-se à confecção deste Guia que recebeu o título de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

O Guia inicia com o tema Ações Afirmativas, passando para Avaliação Institucional. As duas temáticas constituem os eixos básicos, cuja inter-relação é fundamental para o processo.

# Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS



**Autora:** Margarida Prestes de Souza

**Coautoras:** Clarice Monteiro Escott e Andréa Poletto Sonza



O Guia foi dividido em quatro partes, sendo:

- I. As Ações Afirmativas: nesta primeira parte destacamos, a Política de Ações Afirmativas do IFRS, os conceitos de ações afirmativas, o contexto da PAAf do IFRS, os objetivos da avaliação da PAAf e um glossário das palavras que

permeiam a temática da PAAf.

- II. A Avaliação Institucional: destaque para a Autoavaliação Institucional do IFRS e o envolvimento da comunidade acadêmica na avaliação.
- III. Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS: a proposta e o processo de Avaliação da PAAf do IFRS
- IV. Instrumento de Avaliação da PAAf : com matriz de indicadores de qualidade, ações na etapa de análise de resultados, Plano de Ação com as prioridades, metas e prazos, responsabilidades e recursos necessários para os saneamentos das demandas apontadas no Relatório da CPA, seja referente à instituição ou à Política de Ações Afirmativas do IFRS e, ainda, as considerações finais.

Esperamos, com o Guia, contribuir para a Autoavaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS e, em maior âmbito, com a inclusão, permanência e êxito dos estudantes nas instituições da Rede Federal da EPT.

No que se refere ao formato, o Guia foi desenvolvido utilizando os programas Power Point, Canva, Word e Gamma.app.

A proposição apresentada no PE está pautada na reflexão das temáticas estudadas para o enriquecimento dos debates, na perspectiva da formação integral, com vistas a uma transformação social, justificando-se, assim, a sua aplicação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## 5.2 AVALIAÇÃO DO PE

Para a avaliação do Produto Educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS”, optou-se por convidar os participantes da pesquisa que haviam sido entrevistados na fase exploratória e que colaboraram com a construção deste material. Sendo assim, foram encaminhados via e-mail, convites com o *link* do *Google Forms* para o Questionário de Avaliação (Apêndice K), tendo sido anexado o PE em arquivo *Portable Document Format* (pdf), para os 10 entrevistados.

O retorno foi de 08 avaliações, o que corresponde a 80% dos participantes convidados. O questionário contou com 8 questões: 7 fechadas (GIL, 2008), para avaliar a didática, acessibilidade, linguagem, aspecto visual, conteúdo e potencial para atuar como material textual e 1 questão aberta, para que os avaliadores pudessem deixar seus comentários acerca do PE e suas sugestões de melhoria.

Os avaliadores foram identificados de “participante”, numerados de 1 a 10 e solicitados a informar o segmento ao qual pertenciam.

Quadro 17: Identificação do segmento do participante

Identificação	Discente	Docente	TAE	Coordenação de Núcleo
P1				x
P2				x
P3	x			
P4				x
P5		x		
P6			x	
P7			x	
P8	x			
P9				
P10				

Fonte: Elaborado pela autora.

### 5.2.1 Questões do Instrumento de Avaliação do PE

A questão 1, afirma que o PE está organizado de forma didática. O resultado da avaliação foi de 87,5% dos avaliadores que concordam totalmente com a afirmação.

A questão 2, refere-se à acessibilidade do Produto Educacional e 37,5% dos avaliadores consideraram o Produto Educacional acessível, pois concordam totalmente com a afirmação. Outros 25% concordam parcialmente e, ainda, 25% discordam parcialmente, enquanto que para 12% foi indiferente. Vale informar que as descrições das figuras do Guia e o vídeo de Libras não estavam inseridos ainda.

A questão 3, afirma que a linguagem utilizada no Guia é clara e de fácil entendimento, no que 75% dos avaliadores concordam totalmente, enquanto 12% concordam parcialmente e para 12% foi indiferente.

O aspecto visual com imagens temáticas, chama a atenção para o conteúdo textual, é a questão 4. O percentual de 62,5% dos avaliadores, concordam totalmente com a afirmação, outros 37,5% concordam parcialmente.

O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” contribuirá na consolidação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, questão 5 do formulário, obteve 37,5% de avaliadores que concordam totalmente com a afirmação, outros 37,5% que concordam parcialmente. Os que discordam parcialmente foram 12,5% e para 12,5% foi indiferente.

A questão 6, o “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” tem potencial para atuar como material textual que promova a sensibilização, para a

participação na Autoavaliação Institucional, avaliando assim a Política de Ações Afirmativas do IFRS, teve 87,5% dos avaliadores que concordaram totalmente, e para 12,5% foi indiferente

A questão 7 afirma que o “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” apresenta um conteúdo que proporciona aprimoramento nos conhecimentos acerca da temática “Ações Afirmativas”, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Os avaliadores concordam totalmente em 75% e 12,5% concordam parcialmente. Para os outros 12,5% foi indiferente.

Para finalizar, a questão 8 oportunizou aos avaliadores a oportunidade de deixar suas sugestões para a melhoria do Produto Educacional. Dos oito avaliadores, apenas dois deixaram seus comentários.

No Quadro 18 foram registradas as respostas, bem como a informação referente ao aceite ou não da sugestão e da sua implementação, para o aperfeiçoamento do Produto Educacional.

Quadro 18: Comentários dos Avaliadores

Avaliador (P1 a P10)	Comentário	Situação
P1	<p>“Apenas justificando a resposta 05. Os documentos por si só, não são responsáveis pela transformação. Eles são de suma importância, mas precisam estar vinculados a ações de mobilização, conscientização e mudança de olhar. Não olho mais com bons olhos as avaliações institucionais, pois por anos participamos e em determinados assuntos pouco se vê de mudança nas sugestões (na prática).</p> <p>Parabenizo a iniciativa deste guia. É bem importante sua divulgação! O conhecimento está detalhado e permite uma boa compreensão das ações afirmativas em nosso IFRS”.</p>	Somente Comentário.
P4	<p>“Para que o documento seja considerado acessível deve ter a descrição das figuras e também, se possível, acompanhar um vídeo com uma intérprete de Libras descrevendo este documento”.</p>	Sugestão programada e executada.

Fonte: a autora (2024)

A participação dos avaliadores foi de 80% dos convidados. O que pode ser explicado pelo fato de o Campus Bento Gonçalves estar, neste período, com as atividades letivas suspensas, devido à situação de calamidade pública que todo o estado do Rio Grande do Sul se encontra.

Assim, de acordo com o resultado da avaliação, conforme as questões descritas acima, considera-se que, no geral, foi uma avaliação positiva do Produto Educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS”. Pelas

respostas, o PE possui potencial como uma ferramenta didática e pode auxiliar no estímulo ao debate e às reflexões sobre a Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com vistas à sensibilização e conscientização para uma participação efetiva na autoavaliação da PAAf.

No entanto, conforme comentário do participante P1, é preciso que a CPA divulgue os resultados e que os gestores as considerem em seus planejamentos e execução. As melhorias realizadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional devem ser divulgadas de forma que a comunidade acadêmica perceba o impacto da sua participação no processo avaliativo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar essa dissertação quero expressar minha gratidão pelo trabalho concluído, depois de quase trinta meses de muitos estudos e de muita paciência comigo mesma, devido aos lapsos de memória, herança do Covid 19.

Com certeza adquiri muitos e novos conhecimentos na área da avaliação institucional, que é minha área de atuação, mas me apaixonei pelas Ações Afirmativas e sei que tenho muito a aprender sobre elas.

O que pude perceber ao longo da pesquisa e com o depoimento dos entrevistados é que o *Campus* Bento Gonçalves, com seus servidores envolvidos com a PAAf e os Núcleos de Ações Afirmativas, desenvolvem um trabalho de excelência na implementação da PAAf, sendo exemplo para outras instituições. Também tive acesso a publicações do IFRS, acerca das Ações Afirmativas aqui desenvolvidas, o que me possibilitou conhecer o trabalho dos demais *campi*.

O que não consegui nessa trajetória foi informação acerca dos egressos, aqueles estudantes atendidos pela PAAf, que concluíram o curso, obtendo assim o êxito. Como estão os nossos egressos? Estão na universidade? Voltaram para suas comunidades? Estão trabalhando na área do curso concluído no IFRS? Essas dúvidas continuam a povoar meus pensamentos e ficam em aberto para possíveis estudos futuros.

Contudo, a pesquisa objetivava identificar quais eram os indicadores que deveriam ser adotados no processo de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com vistas à verificação da materialização efetiva, acerca do cumprimento dos objetivos inicialmente propostos. Esta questão permeou o presente estudo, culminando no desenvolvimento do Produto Educacional em formato de um guia para a Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

A contextualização da Política de Ações Afirmativas do IFRS em relação ao Ciclo de Políticas de Ball, contribuiu significativamente para a compreensão do fenômeno pesquisado.

Ao finalizarmos a análise documental, concluímos que é de suma importância o papel que a avaliação assume diante da criação, implementação e consolidação das políticas públicas para a educação, seja as de nível nacional, assim como as de nível institucional.

Esperamos que o Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas,

desenvolvido nesta pesquisa, possa contribuir de forma efetiva para o processo de autoavaliação da PAAf, cumprindo assim, o que rege o artigo 15, da Resolução Consup Nº 022/2014 (IFRS, 2014).

O Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS foi elaborado e classificado como um material textual pela determinação de produtos instrucionais oriundos dos mestrados ou doutorados profissionais, vinculados à Área de Ensino da CAPES.

Ele será disponibilizado em formato digital a toda a comunidade interna e externa, por meio de depósito em um repositório de acesso público.

A avaliação do Produto Educacional foi necessária para que o mesmo pudesse ser considerado adequado para validação da banca examinadora. Posteriormente, será apresentado à Comissão Própria de Avaliação do IFRS, para que possa ser inserido ao Programa de Avaliação Institucional do IFRS, de forma que toda a comunidade acadêmica possa avaliar a PAAf.

No entanto, faz-se necessário que as demandas resultantes dessa avaliação possam ser tema de debate e reflexões, nos Núcleos de Ações Afirmativas, bem como em todos os níveis da gestão e dos segmentos da comunidade acadêmica.

Os resultados da avaliação da PAAf nas unidades deverão compor o relatório a ser enviado à Assessoria de Ações Afirmativas do IFRS, para análise e, posteriormente, ser inserido no Relatório Geral Anual da CPA, que será cadastrado no sistema e-MEC, ficando disponível ao Ministério da Educação.

Com o delineamento e execução da pesquisa, alcançou-se o objetivo geral que consistia em desenvolver um PE que contribuísse para a consolidação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

A proposta apresentada no PE está pautada na reflexão das temáticas propostas, para o enriquecimento dos debates na perspectiva da formação integral, com vistas a uma transformação social, justificando-se, assim, a sua aplicação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Cabe destacar que a conclusão da pesquisa e o desenvolvimento do produto educacional fecham, com chave de ouro, mais uma etapa da minha vida pessoal e profissional. Foi um grande desafio voltar aos bancos escolares depois de vinte e cinco anos, ainda na pandemia da Covid 19.

Retomando a leitura dos capítulos dessa dissertação, principalmente quanto à temática referente às ações afirmativas, sinto-me orgulhosa dos resultados

alcançados e imensamente grata pelo aprendizado e crescimento que essa experiência me proporcionou, pois essa jornada me desafiou a pensar de maneira crítica.

Hoje, sinto-me mais capacitada, resiliente e confiante para enfrentar o futuro, com novos desafios que me impulsionem a continuar evoluindo.

Por fim, quero expressar minha imensa gratidão à Banca Examinadora, pelas preciosas contribuições, tanto na qualificação como na defesa da dissertação. O meu agradecimento às professoras, doutoras Clarice Monteiro Escott e Andréa Poletto Sonza, orientadora e coorientadora e Ana Cristina e Liliane Madruga Prestes, membros da Banca Examinadora, que muito contribuíram para que a pesquisa alcançasse êxito.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gizeli Aparecida Ribeiro. Prefácio. In: FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos (Org.). **Educação especial: cidadania, memória, história**. Belém: EDUEPA, 2017. p. 10.

BALL Stephen John; MAINARDES, Jefferson. (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORTOLINI, Sirlei. As Ações Afirmativas em Uso no IFRS – *Campus Bento Gonçalves*. p. 66-76. In: SONZA, Andréa Poletto. et.al. **Afirmar a Inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 150, n. 112, p, 59-62, 13 jun. 2013. Seção 1. Disponível em:  
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/06/2013&jornal=1&pagina=59&totalArquivos=140>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 135, n. 74, p. 18, 18 abr. 1997, Seção 1. Disponível em:  
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/04/1997&jornal=1&pagina=4&totalArquivos=80>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 141, n. 142, p. 18, 26 jul. 2004, Seção 1. Disponível em:  
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/07/2004&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=116>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 141, n. 232, p. 5-10, 3 dez. 2004, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/12/2004&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=192>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. **Lei Federal Nº 5465 de 3 de julho de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5465.htm). Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.048 de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 138, n. 216-E, p.1, 9 nov. 2000, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=09/11/2000>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 138, n. 244-E, p. 2-3, 20 dez. 2000, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2000&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=304>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.639 de 2003 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 140, n. 8, p. 1, 10 jan. 2003, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/01/2003>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 149, n. 72, p. 3-4, 15 abr. 2004, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/04/2004&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=160>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 145, n. 48, p.1, 11 mar. 2008, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/03/2008&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=56>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.741. 16 julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 145, n. 136, p. 5-6, 17 jul. 2008, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/07/2008&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=80>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/12/2008&totalArquivos=120>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 149, n. 169, p.1-2, 30 ago. 2012, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/08/2012&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.423, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 161, n. 216, p. 5, 14 nov. 2023, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=14/11/2023&jornal=515&pagina=5&totalArquivos=101>. Acesso em: 11 fev. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 134, n. 248, p.1-9, 23 dez. 1996, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/1996&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=289>. Acesso em: 11 fev. 24.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa Nº 840, de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 155, n. 165, p. 99-102, 27 ago. 2018, Seção 1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=99&data=27/08/2018>. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 159, n. 3, p. 19-23, 6 jan. 2021, Seção 1. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 7 jul. 2021.

BRITO FILHO, José Carlos Machado de. Ações afirmativas à luz da Constituição Federal de 1988. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 19, n. 3915, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27001/acoes-afirmativas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 3 nov. 2022.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. Um breve comparativo entre as LDBs. **Revista Educação Pública**, v. 21, n. 29, 3 ago. 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldb>. Acesso em: 11 fev. 2024.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 12 fev. 2024.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 5 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação - Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/d2fa8b2a-d2c7-4a82-9e81-184f9cc418bc>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FREITAS, Aline Zorzi Schultheis de; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. O estado do conhecimento sobre inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, p. e12865, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12865>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Gênese do Decreto N. 5.154/2004 um debate no contexto controverso da democracia restrita. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4578/4214>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 228-248, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2729/2296>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FURLAN Fernanda Mendes. A Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos: Uma Análise Sobre o Proeja no Instituto Federal Farroupilha. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação, 2016. Santa Cruz do Sul/RS. Anais. Santa Cruz do Sul/RS, 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sepedu/article/view/14893/3443>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 151, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-08.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2024.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira. Políticas de ação afirmativa na educação básica: implicações e tendências. **Rev. Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 16, n. 32, p. 1-30, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/8149/4885>. Acesso em: 12 mar. 2024.

IFRS; CPA-IFRS. **Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - PAIFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2012. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K\\_XaUQvExZQ6PN/view](https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K_XaUQvExZQ6PN/view). Acesso em: 27 jun. 2023.

IFRS. **Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade**. IFRS, Bento Gonçalves, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-aco-es-inclusivas/assessoria-de-aco-es-inclusivas-aa/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução Nº 21 de 25 de fevereiro de 2014**. Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2014. Disponível em: [https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo\\_resolucao\\_21\\_14.pdf](https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014210132826341anexo_resolucao_21_14.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução Nº 22 de 25 de fevereiro de 2014**. Política de Ações Afirmativas do IFRS. Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução Nº 37 de 20 de junho de 2017**. Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade. Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2017. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao\\_037\\_17\\_completa.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

IFRS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: [https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018\\_Arial.pdf](https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-FINAL-2018_Arial.pdf). Acesso em: 5 set. 2023.

LOUSADA, Vinícius Lima. A Política de Ações Afirmativas do IFRS: o caminho da escola justa? In: SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; STRAPAZZON, Jari Adriano. (orgs.) **Ações Afirmativas do IFRS**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FI39ibJhtqMYy7Bgjy6gE7J5iAGs64Mh/view>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MACHADO, Mercia Freire Rocha Cordeiro. **As Contribuições e Implicações da Medição Pedagógica na Formação Continuada de Professores da Educação Profissional e Tecnológica a Distância**. 2016. 304p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. 2016. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4851544](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4851544). Acesso em: 5 dez. 2023.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: Um Diálogo Sobre Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KCJrrfcWgxsnhp8ZVN4R4Jt/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 5 jan. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtVxYtCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 5 jan. 2024.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009. Disponível em: [https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/240/ARTIGO\\_An%C3%A1lisePolíticasEducacionais.pdf?sequence=1](https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/240/ARTIGO_An%C3%A1lisePolíticasEducacionais.pdf?sequence=1). Acesso em: 5 jan. 2024.

MEC. Ministério da Educação. MEC celebra 15 anos dos Institutos Federais. **Ministério da Educação**, Brasília, 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/mec-celebra-15-anos-dos-institutos-federais>. Acesso em: 17 fev. 2024.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002. Disponível em: [https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc\\_artigo\\_2002\\_SMoehlecke.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf)  
Acesso em: 12 fev. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Holos**, Natal, a. 23, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11/110>. Acesso em: 5 set. 2023.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: NETO, Vicente Molina; TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (orgs.). **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Constituição de 1988 e o Direito à Educação. **Anped**, Rio de Janeiro, 14 maio 2018. Disponível em: <https://associado.anped.org.br/news/constituicao-de-1988-e-o-direito-educacao-por-romualdo-portela-de-oliveira-feusp>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2023.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1013/Os%20institutos%20federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 out. 2023.

PESSINI, Magali Ines. **As Políticas Públicas Inclusivas em âmbito da Educação Profissional e Tecnológica: a Percepção da Equipe Gestora dos NAPNEs sobre o Processo de inclusão de alunos com deficiência no IFRS**. 2015. 87p. Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social), Universidade Feevale, Novo Hamburgo/RS, 2015. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1875487](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1875487). Acesso em: 15 nov. 2023.

PIOVESAN, Flavia. Ações Afirmativas da Perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124. p. 43-55, abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt#>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História Política da Educação Profissional**. Curitiba: IFPR, 2014.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula**. Portal UFS: Sergipe, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/3185/2787>. Acesso em: 23 fev. 2024.

SOUZA, Ana Carolina de; GOMES, Paula. **Abordagem do Ciclo de Políticas Segundo Stephen Ball**. Departamento da Educação RJ, Rio de Janeiro, p.01-07, ago. 2011. Disponível em: Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-Ana Carolina de Souza e Paula Gomes.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CTCH/EDU/EDU-Ana%20Carolina%20de%20Souza%20e%20Paula%20Gomes.pdf) . Acesso em: 8 mar. 2023.

SOUZA, Lanara Guimarães. Avaliação de Políticas Institucionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: LÔRDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-02.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

SOUZA, Lanara Guimarães. **Avaliação pública de políticas educacionais: concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil**. 2013. 192p. Tese (Doutorado em Educação). Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17308/1/Tese%20Lanara%20Souza.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

## APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

# Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS



Autora: Margarida Prestes de Souza

Coautoras: Clarice Monteiro Escott e Andréa Poletto Sonza







## Projeto Gráfico e Diagramação

Fabiana de Oliveira Keller

## Intérprete de Libras

Suelen Bordin

Dados Bibliográficos



## SIGLAS

**Capes** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CPA** – Comissão Própria de Avaliação

**E-Mec** – Sistema de Regulação do Ensino Superior

**IFRS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

**IGC** – Índice Geral de Cursos

**Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**Napne** – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas

**Neabi** – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas

**Nepgs** – Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero e Sexualidade

**PAAf** – Política de Ações Afirmativas

**PAI IFRS** – Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

**PcD** – Pessoa com Deficiência

**PE** – Produto Educacional

**ProfEPT** – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica



## SUMÁRIO

Apresentação .....	7
Metodologia .....	10
Guia - Parte 1: As Ações Afirmativas .....	13
1.1 Nuvem das Palavras – o cenário das Ações Afirmativas na EPT .....	15
1.2 Política de Ações Afirmativas do IFRS.....	16
1.3 conceituando ações afirmativas .....	18
1.4 Glossário .....	22
1.5 conceitos de atitudes e relacionamentos .....	24
1.6 Os núcleos de Ações Afirmativas do IFRS e seus objetivos .....	28
1.7 O contexto da Política de Ações Afirmativas .....	29
1.8 Objetivo Geral da Política de Ações Afirmativas.....	31
1.9 Objetivos da Avaliação da PAAf.....	32
Guia - Parte 2: A Avaliação Institucional.....	34
2.1 Avaliação Institucional .....	35
2.2 A Autoavaliação Institucional do IFRS .....	37
2.3 Envolvimento da comunidade acadêmico na Avaliação Institucional.....	40
Guia – Parte 3: A Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS .....	42
3.1 Por que avaliar o Paaf?.....	44
3.2 A proposta de avaliação do PAAf do IFRS .....	46
3.3 Processo de Avaliação da PAAf.....	47



3.4 A Avaliação da PAAf do IFRS.....	48
Guia – Parte 4: Instrumento de Avaliação da PAAf .....	51
4.1 Indicadores Autoavaliação Institucional .....	53
4.2 O que acontece na etapa de Análise dos Resultados?.....	60
4.3 Plano de Ação .....	61
Considerações Finais.....	65
Referências .....	67



## APRESENTAÇÃO

Este **Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS**, é o Produto Educacional (PE), fruto da pesquisa AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, realizada no âmbito do Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica, do Campus Porto Alegre, do IFRS. Trata-se de um produto educacional classificado como material textual no documento da Área de Ensino CAPES. O PE está vinculado à linha de pesquisa “Organização e Memórias dos espaços pedagógicos em EPT” e ao macroprojeto 6 – Organização de espaços pedagógicos da EPT.

Destina-se a fornecer orientações e informações detalhadas à comunidade acadêmica do IFRS, sobre a avaliação da Política de Ações Afirmativas (PAAf), visando promover a inclusão, a diversidade e a igualdade na Instituição. Para avaliar a PAAf foram desenvolvidos 08 indicadores qualitativos, a partir dos resultados da pesquisa realizada, distribuídos nos cinco Eixos, das dez Dimensões que compõem o Instrumento de Avaliação Institucional, segundo a Lei do Sinaes (Lei nº 10.861/2004).



**Ação Afirmativa** refere-se à implementação de medidas específicas para promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como minorias étnicas, pessoas com deficiência e indivíduos de baixa renda.

No âmbito do IFRS, a **Política de Ações Afirmativas (Resolução nº 022/2014)** visa equilibrar as oportunidades educacionais e reduzir as desigualdades estruturais, com foco no acesso, permanência e êxito dos estudantes.

Para tanto, este guia fornece informações da Política de Ações Afirmativas do IFRS, com foco na inclusão e na diversidade. Ele aborda o contexto, a metodologia, os resultados, os desafios e conclusões relacionadas à Avaliação dessa política, por meio da Autoavaliação Institucional.

Os indicadores qualitativos, resultados das entrevistas realizadas, poderão compor o **Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS**, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação, para a avaliação da PAAf. Tal processo é fundamental para o conhecimento da instituição, bem como para o seu desenvolvimento e aprimoramento.



A Autoavaliação Institucional envolve a análise sistemática e criteriosa dos diversos aspectos que compõem a instituição, desde sua estrutura organizacional, práticas administrativas e acadêmicas, cursos, corpo docente, instalações, entre outras. Essa avaliação permite identificar as potencialidades, as oportunidades de melhoria e as áreas que necessitam de atenção especial, subsidiando a tomada de decisões estratégicas por parte das gestões da reitoria, do campus e de curso.

Os resultados da avaliação destacarão as potencialidades da Política de Ações Afirmativas do IFRS, bem como suas fragilidades ou áreas que requerem aprimoramento.

Com o resultado da pesquisa, como insumo para a criação e desenvolvimento do Produto Educacional, procedeu-se a confecção deste Guia que recebeu o título de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.



## METODOLOGIA

O Guia inicia com o tema Ações Afirmativas, passando para Avaliação Institucional. As duas temáticas constituem os eixos básicos, cuja inter-relação é fundamental para o processo.

Dividimos o Guia em quatro partes, sendo:

- **As Ações Afirmativas** – nesta primeira parte destacamos, a Política de Ações Afirmativas do IFRS, os conceitos de ações afirmativas, o contexto da PAAf do IFRS, os objetivos da avaliação da PAAf e um glossário das palavras que permeiam a temática da PAAf.
- **Autoavaliação no IFRS** – destaque para o Programa de Avaliação Institucional do IFRS e o processo de autoavaliação no IFRS.
- **Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS** – Indicadores para a autoavaliação - criados com base nas categorias finais resultantes da análise de conteúdo na pesquisa realizada, levando em consideração os objetivos propostos na Política de Ações Afirmativas do IFRS.
- **Instrumento de Autoavaliação da PAAf** – uma proposta a partir dos indicadores de Avaliação da PAAf com Plano de Ação com as prioridades, metas e prazos, responsabilidades e recursos necessários para os saneamentos das demandas apontadas no Relatório da CPA, seja referente à instituição como um todo ou à Política de Ações Afirmativas do IFRS especificamente.

Esperamos, com esse Guia, contribuir para a Autoavaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS e, em maior âmbito, com a inclusão permanência e êxito dos estudantes nas instituições da Rede Federal do EPT.



No que se refere ao formato, esse guia foi desenvolvido utilizando os programas Power Point, Canva e Gamma.app.

No que se refere à **acessibilidade** deste Produto Educacional, foram utilizados/as: linguagem simples, bom contraste entre primeiro e segundo plano, fontes sem serifa (sem prolongamentos nas hastes), imagens descritas, alinhamento dos textos à esquerda e QR Code com os Vídeos em Libras em todo o PE.

**Boa leitura!**



# As Ações Afirmativas

## IFRS



## GUIA - PARTE 1: AS AÇÕES AFIRMATIVAS



Nesta primeira parte do Guia apresentamos a temática Ações Afirmativas, conforme segue:

- Nuvem das Palavras – o cenário das Ações Afirmativas na EPT;
- A Política de Ações Afirmativas do IFRS;
- O conceito de Ações Afirmativas, de acordo os referenciais teóricos utilizados na pesquisa;
- Glossário das palavras que estão inseridas na expressão “Ações Afirmativas”;
- Atitudes e Relacionamentos: conceitos;
- Os Núcleos de Ações Afirmativas: Napne, Neabi e Nepgs;
- Contexto da Política de Ações Afirmativas do IFRS;
- Objetivos da Avaliação da PAAf.



## 1.1 NUVEM DAS PALAVRAS – O CENÁRIO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EPT



## 1.2 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS



A Resolução do Conselho Superior nº 022, de 25 de fevereiro de 2014 ([Resolução nº 022/2014](#)), aprova a Política de Ações Afirmativas do IFRS, a qual traz nas disposições gerais, em seu artigo 1º que:

A PAAf é orientada para ações de inclusão nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos.



### 1.3 CONCEITUANDO AÇÕES AFIRMATIVAS



Podemos falar em **ação afirmativa** como uma ação reparatória/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado. A ênfase em um ou mais desses aspectos dependerá do grupo visado e do contexto histórico e social (Moheleck, 2002, p. 7).

Para Lousada (2015) pode-se conceituar ação afirmativa como toda a ação institucional que se volte à superação das desigualdades sociais diversas impostas historicamente a populações ou grupos discriminados, especialmente, por questões de ordem étnico-racial, classe social e gênero. Há ainda que se considerar o fato de que tratar homogeneamente os desiguais numa sociedade desigual somente estabelece a manutenção das desigualdades e, portanto, da injustiça, em suas mais diversas facetas, muitas vezes, disfarçadas pelo discurso da meritocracia originado no ideário moderno europeu.





Segundo Brito Filho (2014), as **ações afirmativas** correspondem às políticas públicas ou privadas cujo objetivo é promover a inclusão de grupos ou pessoas historicamente privadas do acesso à educação, ao trabalho, entre outras. Estas pessoas são discriminadas de diversas formas, seja por sua etnia, raça, religião, deficiência, gênero, entre tantas outras. O IFRS, através da Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, vem trabalhando para manter a qualidade dos serviços prestados às Ações Afirmativas da instituição, conforme Resolução nº 22/2014.

Assim, o IFRS vem construindo sua trajetória como uma instituição inclusiva, que respeita a diversidade.



## 1.4 GLOSSÁRIO

### ACESSIBILIDADE

Qualidade do que é acessível, sem barreiras. O termo é utilizado para definir a possibilidade e condição de alcance e percepção, com autonomia, pela pessoa com deficiência ou limitações físicas, ao acesso do meio físico, do transporte, da informação e da comunicação.

### BARREIRAS

Barreiras à acessibilidade são aqueles empecilhos que as PcDs precisam superar para alcançar seu objetivo de ir e vir, como falta de rampas, banheiro não adaptado, portas estreitas. Tem a barreira atitudinal que diz respeito à atitude preconceituosa da pessoa em relação à PcD, entre outras.

### DIREITOS HUMANOS

Conjunto de direitos considerado indispensável para a pessoa humana, pautado na liberdade, igualdade e dignidade e na sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a ela.

### ETNIA

Refere-se a um grupo de indivíduos que partilham a mesma história, origem, cultura, religião, língua e tradições.



#### PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

De acordo com a Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146/15) PcD é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, p. 8).

#### PRECONCEITO

É o conceito formado antes de conhecer. Nas relações sociais, ele pode levar à discriminação e causar efeitos devastadores do ponto de vista social. São julgamentos negativos que fazemos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, sem ter base na realidade, antes mesmo de conhecê-las.

#### RAÇA

Raça, refere-se ao âmbito biológico; a seres humanos. Engloba características fenotípicas, como a cor da pele (Santos et al, 2010, p. 123).

#### SEXISMO

É uma maneira de discriminar alguém pelo sexo ou gênero.

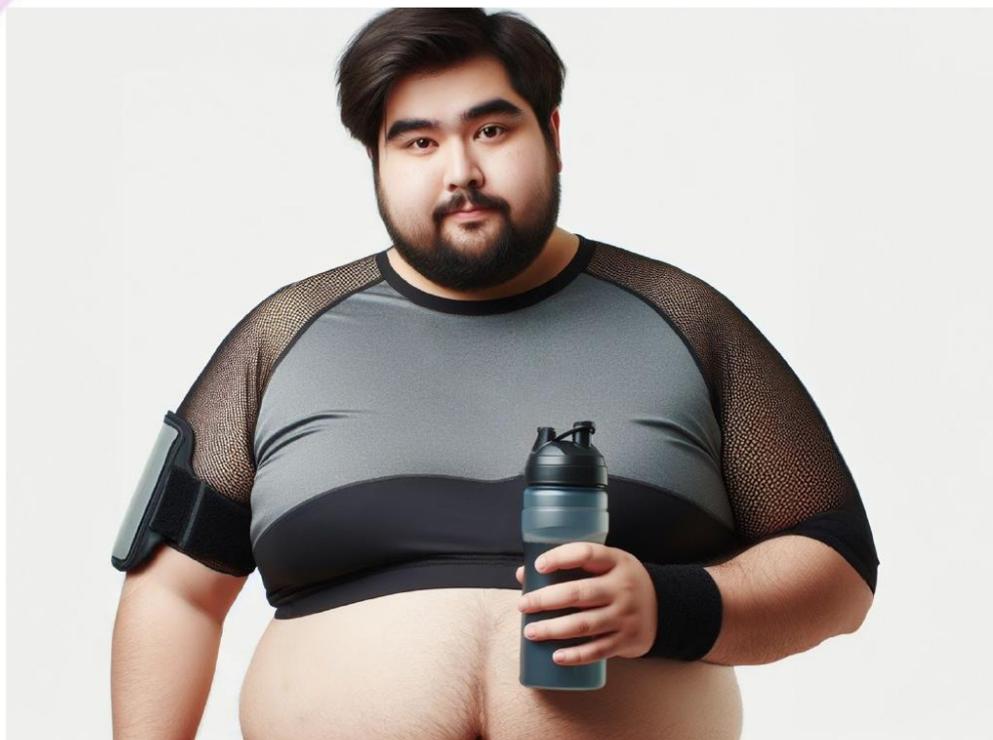


## 1.5 CONCEITOS DE ATITUDES E RELACIONAMENTOS



**O racismo** é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos, principalmente, por pessoas pretas, pardas e indígenas. Superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade.





**Autoestima** é o sentimento de amor próprio, de valorização dos atributos pessoais e da cultura a que pertence, que é construído a partir das relações que estabelecemos com as outras pessoas, na família, na escola e em outros espaços sociais.





**Estigmas** são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano (Carreira; Souza, 2013).





Toda **identidade** pessoal ou coletiva é construída na relação com outras pessoas e grupos e não se constitui em algo fixo, transformando-se ao longo do tempo. Abordamos aqui a necessidade de a escola reconhecer e valorizar as identidades dos grupos discriminados pela sociedade (negros, indígenas, homossexuais, mulheres, migrantes, ciganos etc.) (Carreira; Souza, 2013).



## 1.6 OS NÚCLEOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS E SEUS OBJETIVOS



**NAPNE**

Núcleo de Atendimento às Pessoas  
com Necessidades Educacionais Específicas

**Napne:** o [Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas](#) tem o compromisso de fomentar o processo de inclusão e de ações afirmativas do IFRS, com a formação integral do ser humano e o relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.



**NEABI**

Núcleo de Estudos  
Afro-Brasileiros e Indígenas

**Neabi:** o [Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas](#) objetiva a reformulação nas práticas pedagógicas, com vistas ao combate da desigualdade e da discriminação racial, à promoção de inclusão de pessoas negras e indígenas. Colabora na implantação do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.



**NEPGS**

Núcleo de Estudos e  
Pesquisas em Gênero e Sexualidade

**Nepgs:** o [Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade](#) objetiva desenvolver atividades que envolvam a comunidade escolar em discussões de conscientização e desconstrução de preconceitos sociais relacionados às questões de gênero e sexualidade.



## 1.7 O CONTEXTO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS



No contexto do IFRS, as ações afirmativas são fundamentais para promover um ambiente acadêmico diverso e inclusivo. A Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS envolverá a análise criteriosa de sua efetividade, na promoção da igualdade e na criação de um ambiente acolhedor para todos os estudantes, na perspectiva do acesso, permanência e êxito de todos os estudantes, especialmente aqueles atendidos pela Política de Ações Afirmativas do IFRS, materialização efetiva de seus objetivos estabelecidos.

Ao longo desse processo, é essencial garantir a objetividade, a transparência e a participação ativa de toda a comunidade acadêmica. Somente assim, será possível obter uma visão holística do desempenho institucional e identificar oportunidades de aprimoramento que impactarão positivamente a qualidade dos serviços prestados.



## 1.8 OBJETIVO GERAL DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS



Promover Ações Afirmativas no IFRS, mediante programas específicos, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e pelo respeito à diferença e à diversidade (IFRS, 2014).



## 1.9 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DA PAAF

### Identificar as potencialidades

daqueles aspectos que se destacam e que contribuem para o atendimento dos objetivos da Política, como: a promoção do respeito e diversidade; o acesso em todos os níveis e modalidades de ensino; apoio à permanência e êxito, à educação para as relações na diversidade; adaptação dos currículos; minimização das barreiras de aprendizagem; acompanhamento de egressos, entre outros.

### Reconhecer as fragilidades

pois a avaliação também visa reconhecer as áreas que necessitam de melhorias e aprimoramento. Esse diagnóstico possibilita que a instituição elabore um plano de ação direcionado para o desenvolvimento dessas fragilidades, visando o aperfeiçoamento contínuo da Política de Ações Afirmativas, especialmente no acesso, permanência e êxito do estudante.

### Comunidade Acadêmica

O processo de autoavaliação institucional pode promover o engajamento da comunidade acadêmica - estudantes, docentes, técnico-administrativos e gestores. Ao envolver os diferentes atores no processo avaliativo, a instituição fortalece o sentimento de pertencimento e estimula a participação ativa na construção de soluções para os desafios identificados.



# Autoavaliação Institucional

no IFRS



## GUIA - PARTE 2: A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



TUA OPINIÃO **IMPACTA** O #MUNDOIFRS

Responda ao questionário de  
**AVALIAÇÃO  
INSTITUCIONAL**

**PRORROGADO** Participe até o dia **01/12** 🔍

   IFRSoficial  [AVALIACAO.IFRS.EDU.BR](http://AVALIACAO.IFRS.EDU.BR)

Nesta segunda parte do Guia apresentamos a temática Avaliação Institucional do IFRS, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação, com o intuito de demonstrar nossa proposta de avaliação da PAAf e como se dará o processo:

- Avaliação Institucional;
- A Autoavaliação Institucional do IFRS;
- Envolvimento da Comunidade Acadêmica.



## 2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL



De acordo com o [Programa de Avaliação Institucional do IFRS](#), a instituição assume o compromisso com a concepção de avaliação emancipatória cujos processos de autoavaliação e meta avaliação devem constituir-se de momentos caracterizados pela retomada crítica de todo o processo institucional desenvolvido, servindo de ponte entre o passado avaliado e o futuro projetado.

Desta forma, o conceito de qualidade é assumido como associado à pertinência da educação profissional de nível médio e superior, uma vez que qualidade não é um atributo abstrato relativo a propriedades de um objeto comparado a outros.

Como instituição pública, o IFRS deve dimensionar-se como instituição social e sua pertinência em relação ao conjunto de sistemas educativos, sociocultural, político e com o Estado (IFRS, 2012, p. 8).



## 2.2 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IFRS



A Autoavaliação Institucional do IFRS é participativa e toda a comunidade acadêmica deve participar efetivamente, não apenas como fonte de informação, mas como membro avaliador.

Ao final da avaliação a Comissão Própria de Avaliação – CPA, consolida o relatório final, com base nas percepções dos avaliadores, isto é, de todos os participantes da comunidade acadêmica que participaram da autoavaliação, com suas críticas e considerações a respeito de toda a instituição, como as políticas institucionais, a organização didático pedagógica, o corpo docente e técnico administrativo, as instalações físicas, entre outros, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

As percepções dos avaliadores quanto à Política de Ações Afirmativas do IFRS, também são consideradas, sendo o avaliador efetivamente beneficiado pela política ou não.





Na Autoavaliação Institucional todos são os interessados e beneficiados. Todos são o público-alvo de uma política educacional, como avaliadores e não apenas como avaliados.

Conforme, Souza (2013, p. 175), a avaliação pública é feita com o público, pelo público e para o público aqui entendido como os beneficiados pela política. Este público conhece melhor que ninguém quais são suas reais necessidades, portanto devem participar como avaliadores da política não pelo viés técnico do custo-benefício esperado como resultado, mas pelo caminho da dialogicidade e da politização, que os tornam sujeitos autônomos e autores da realidade que os cerca.



## 2.3 ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**1) Comunicação:** é importante que a comunicação entre a CPA, a instituição e a comunidade acadêmica seja transparente e eficaz, compartilhando informações sobre seus objetivos, atividades e resultados da avaliação institucional. Isso criará um ambiente de confiança e permitirá que a comunidade entenda melhor o papel e as iniciativas da CPA.

**2) Conscientização à participação:** a Comissão Própria de Avaliação deve coordenar a sensibilização à participação da comunidade no processo de avaliação, evidenciando a inserção da avaliação da PAAf. A realização de pesquisas de satisfação, a criação de grupos de discussão e a organização de eventos para ouvir as demandas e sugestões da comunidade, podem ser estratégias interessantes para envolver a comunidade. Essa abordagem colaborativa fortalece os laços entre a instituição e as partes interessadas.

**3) Feedback:** A partir do envolvimento da comunidade acadêmica é possível coletar feedbacks que servirão para orientar as ações de melhoria. Isso denota o quanto a instituição valoriza as contribuições da comunidade acadêmica e que está comprometida em aprimorar seus serviços e atender melhor às necessidades de todos.

**4) Divulgação dos resultados:** após a análise da autoavaliação, a CPA disponibilizará os resultados a toda comunidade acadêmica, pelos meios de comunicação existentes, além de realizar o relatório parcial de avaliação e o relatório da avaliação da PAAf, para posterior inserção no relatório final da CPA. Caberá, ainda, à CPA a apresentação do Relatório à Gestão da Instituição.



# Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS

## Indicadores para Autoavaliação



## GUIA – PARTE 3: A AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS



Nesta terceira parte do Guia apresentamos a nossa proposta de avaliação da PAAf.

- Por que avaliar a PAAf?
- A proposta de avaliação da PAAf do IFRS
- Processo de Avaliação da PAAf
- A avaliação da PAAf do IFRS



### 3.1 POR QUE AVALIAR O PAAF?



A **Resolução Consup IFRS 022/2014**, traz nas disposições finais:

**Art. 15.** A Política de Ações Afirmativas do IFRS deverá ser avaliada, anualmente, através de relatório produzido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Ações Afirmativas a ser enviado à Comissão Própria de Avaliação do IFRS (CPA), para compor o relatório de Avaliação institucional.

**Parágrafo único.** A avaliação a que se refere o caput do artigo deve pautar-se pela materialização efetiva dos objetivos estabelecidos nesta Política (IFRS, 2014, p. 7).



### 3.2 A PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO PAAf DO IFRS

#### A Proposta

O Guia apresenta os indicadores qualitativos para a Avaliação da PAAf. Os indicadores foram dimensionados em uma proposta de avaliação organizada por Eixos do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e questões que contribuam para a avaliação da PAAf. A proposta será analisada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA para que seja incorporada ao Programa de Autoavaliação Institucional, dando à comunidade acadêmica a oportunidade de avaliar a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

#### Os Indicadores

Os indicadores qualitativos advindos dos resultados da pesquisa, desempenham um papel fundamental na avaliação, fornecendo uma compreensão aprofundada da qualidade, impacto e eficácia das práticas e processos relativos à PAAf.



### 3.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA PAAf

A pesquisa realizada revelou as categorias centrais que devem estar presentes na avaliação da PAAf. Tais categorias, emanadas das entrevistas, foram relacionadas aos objetivos específicos da PAAf, de forma a contribuir com a consolidação dos objetivos e ações da Política.

#### Categorias Finais

##### (Resultado das Entrevistas)

- ✓ Acesso, permanência e êxito
- ✓ Acessibilidade, inclusão e diversidade
- ✓ Auxílio estudantil
- ✓ Apoio aos Núcleos de Ações Afirmativas
- ✓ Formação Continuada / formação para os servidores
- ✓ Instituição Inclusiva
- ✓ Práticas educativas sobre diversidade de gênero e sexualidade
- ✓ Sensibilização.

#### Objetivos Específicos da PAAf

- ✓ Acesso, permanência e êxito
- ✓ Acessibilidade, inclusão e diversidade
- ✓ Articulação entre as políticas voltadas ao estudante
- ✓ Capacitação de servidores
- ✓ Práticas educativas sobre diversidade de gênero e sexualidade
- ✓ Evento de sensibilização.



### 3.4 A AVALIAÇÃO DA PAAf DO IFRS

#### **Integração dos Indicadores ao Instrumento de Autoavaliação**

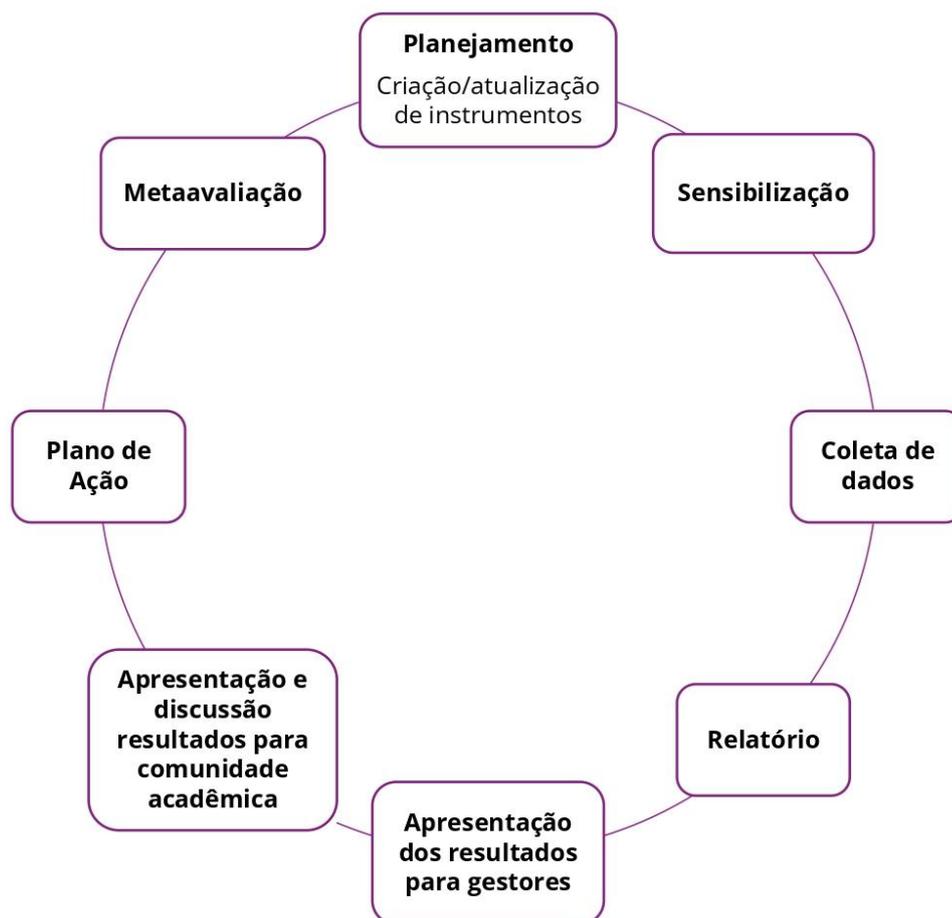
Para garantir que o Instrumento de Autoavaliação Institucional capture a qualidade do processo ora proposto, sugerimos uma abordagem estratégica, onde os indicadores de qualidade da PAAf sejam incorporados de forma coesa e alinhados com os objetivos e critérios de Autoavaliação Institucional.

#### **Sensibilização da Comunidade Acadêmica**

A conscientização e a sensibilização correspondem à uma fase importante do processo de Autoavaliação Institucional para toda a comunidade acadêmica. É o momento de mostrar ao estudante a importância da avaliação do seu curso, professores, das instalações físicas, das possibilidades de participação em programas e das políticas institucionais, como a Política de Ações Afirmativas do IFRS.



### Etapas da Avaliação Institucional conduzida pela CPA do IFRS



Fonte: Adaptado de Silveira; Escott (2020).



# Instrumento de Autoavaliação da PAAf

Uma proposta de autoavaliação a partir dos  
indicadores de avaliação da PAAf



## GUIA – PARTE 4: INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PAAF



Nesta quarta parte do Guia apresentamos o instrumento de avaliação da PAAf.

- Matriz com os indicadores propostos e as questões formuladas a partir dos resultados da análise de conteúdo, das entrevistas realizadas durante a pesquisa;
- As ações que deverão ser realizadas após a avaliação, na fase Análise dos Resultados da Autoavaliação;
- Plano de Ação;
- Considerações finais.



## 4.1 INDICADORES AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

INDICADORES AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
<b>EIXO 1 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	
<b>1.1</b>	<p><b>Eventos de sensibilização – participação da comunidade acadêmica na Autoavaliação Institucional</b></p> <p>Há eventos de divulgação e sensibilização à toda comunidade acadêmica, quanto à participação no processo de autoavaliação institucional, com destaque para as questões acerca da Política de Ações Afirmativas do IFRS.</p> <p>( ) Discordo totalmente</p> <p>( ) Discordo parcialmente</p> <p>( ) Indiferente</p> <p>( ) Concordo parcialmente</p> <p>( ) Concordo totalmente</p>



**EIXO 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL****2.1 Políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial**

A instituição possui uma Política de Ações Afirmativas institucionalizada que se traduz em ações voltadas à valorização da diversidade, em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



**2.2 Prática pedagógica**

O planejamento das aulas leva em consideração a prática pedagógica inclusiva. Há práticas educativas sobre a diversidade de gênero e sexual.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

A instituição realiza acompanhamento pedagógico e adaptações para Pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



Os currículos estão adaptados, conforme legislação vigente, para a oferta de conteúdos referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; para a Educação em Direitos Humanos e para a proteção dos direitos da pessoa com transtornos do Espectro Autista.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Há acompanhamento da trajetória do egresso.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



**EIXO 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS****3.1 Política de atendimento aos discentes**

A instituição possui uma **Política de Ingresso Discente**, com cotas, conforme a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**3.2 Política de Assistência Estudantil**

A Política de Assistência Estudantil, contempla programas de acolhimento, permanência, êxito do discente e programas de acessibilidade, monitoria e nivelamento. Além de apoio psicopedagógico.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



**EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO****4.1 Política de capacitação e formação continuada a todos os servidores**

A política de capacitação e formação continuada garante a oferta de cursos de formação na área de Ações Afirmativas, inclusão (social, econômica, educacional e das pessoas com deficiência) e na diversidade humana (étnico-racial, religiosa e de gênero).

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**4.2 Processos de gestão institucional**

Os processos de gestão institucional, como as coordenações dos Núcleos de Ações Afirmativas, regulamentam o mandato dos membros que compõem a gestão.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente



**4.3 Sustentabilidade participação da comunidade interna financeira**

O orçamento considera os resultados apresentados pelo relatório de autoavaliação no que se refere aos recursos financeiros para atendimento aos Núcleos de Ações Afirmativas e as demandas apontadas pela comunidade acadêmica, quanto às carências no desenvolvimento das Ações Afirmativas.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**EIXO 5 – INFRAESTRUTURA****5.1 Acessibilidade às Instalações Físicas**

As instalações físicas como sala de aula, biblioteca, laboratórios, sala dos professores, banheiros e demais espaços institucionais possuem acessibilidade física.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

Fonte: as autoras



## 4.2 O QUE ACONTECE NA ETAPA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS?

- O resultado da avaliação da PAAf na Instituição fará parte do Relatório Anual da CPA e será encaminhado ao Inep, via Sistema e-MEC.
- A gestão, de posse dos resultados, poderá atuar na busca de alternativas e estratégias para minimizar as fragilidades, as desigualdades, criadas ou reproduzidas pela PAAf e;
- Até mesmo, redimensionar os aspectos da política que estão prejudicando sua efetividade na instituição.

É imprescindível que os resultados dessa jornada de aprimoramento sejam amplamente divulgados e compartilhados com a comunidade acadêmica, fortalecendo a transparência e a confiança no IFRS.



### 4.3 PLANO DE AÇÃO



**Prioridades:** Com base na análise dos resultados da avaliação institucional, a CPA deverá identificar as áreas prioritárias que requerem intervenção imediata, incluindo aquelas que se referem às Ações afirmativas.





**Prazos e Metas:** para cada uma das ações prioritárias, deverão ser estabelecidas metas e prazos para sua implementação, com cronograma detalhado de execução.





**Responsabilidades:** A execução das ações previstas no Plano de Ação envolve a definição de atribuição de tarefas específicas a indivíduos ou equipes, garantindo o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos.





**Recursos necessários:** Para garantir a efetividade do plano de ação, é essencial alocar os recursos necessários, sejam eles financeiros, humanos ou de infraestrutura. Isso deverá ser feito cuidadosamente, de modo a assegurar que as ações sejam implementadas de forma eficiente.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo deste Guia é contribuir para a institucionalização da Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, conforme Resolução nº 022/2014.

O que pretendemos é que esse Guia contribua com a CPA e que traga uma proposta que suscite a reflexão para a incorporação dos indicadores de qualidade no Instrumento de Avaliação Institucional do IFRS, o que poderá representar um passo significativo em direção à Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

O aprimoramento contínuo desses indicadores qualitativos deverá ser um processo dinâmico, requerendo um compromisso constante com a qualidade e a excelência das ações afirmativas executadas na instituição.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. Diário Oficial da União, n. 72, de 15 de abril de 2004, Seção 1, p. 3-4. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 julho de 2015**. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRITO FILHO, José Carlos Machado de. Ações afirmativas à luz da Constituição Federal de 1988. *In: Revista Jus Navigandi*, Teresina, a.19, n. 3915, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/27001/acoes-afirmativas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Indicadores da qualidade na educação: Relações raciais na escola / Ação Educativa**, Unicef, SEPPPIR, MEC – São Paulo: Ação Educativa, 2013, p. 33. Disponível em: [https://acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores\\_RR\\_vf.pdf](https://acaoeducativa.org.br/relacoesraciais/wp-content/uploads/2013/12/Indicadores_RR_vf.pdf). Acesso em: 16 abr. 2024.



CPA-IFRS. **Programa de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – PAI IFRS**. Bento Gonçalves, RS. 2012. Disponível em:

[https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K\\_XaUQvExZQ6PN/view](https://drive.google.com/file/d/11itb1Jom0o8RstDbp9K_XaUQvExZQ6PN/view).

Acesso em: 27 abr. 2024.

IFRS. Conselho Superior. **Resolução Nº 22 de 25 de fevereiro de 2014**. Política de Ações Afirmativas do IFRS. Bento Gonçalves: Conselho Superior, 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

IFRS. **Assessoria de Ações Afirmativas**. 2024. Disponível em:

<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aa/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Guia de Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Temas**. Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.diversidadeseaxual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em:

24 abr. 2024.

LOUSADA, Vinícius Lima. A Política de Ações Afirmativas do IFRS: o caminho da escola justa? In: SONZA, Andrea Poletto; STRAPAZZON, Jair Adriano. (orgs.). **Ações Afirmativas do IFRS**. Porto Alegre: Companhia Rio Grandense de Artes. 2015.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 197-217. nov. 2002. Disponível em:

[https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc\\_artigo\\_2002\\_SMoehlecke.pdf](https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/fcc_artigo_2002_SMoehlecke.pdf)

Acesso em: 12 fev. 2024.

PREFEITURA DE NITERÓI. Construindo uma Prefeitura Diversa e Inclusiva. Escola de Governo e Gestão. Disponível em: [Cartilha Antirracista \(niteroi.rj.gov.br\)](http://Cartilha Antirracista (niteroi.rj.gov.br)). Acesso em:

2 maio 2024.



SANTOS, Diego Junior da Silva. et. al. Raça *versus* Etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press O. Orthod**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, maio/jun. 2010.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dpio/a/cpSn3rmDvrkMNTHj7bsPxgh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 26 abr. 2024.

SILVEIRA, Lisiane Bender da; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Caderno de autoavaliação do ensino médio integrado**. Porto Alegre: 2020. Disponível em:

[https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585557/2/PE\\_Caderno\\_de\\_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_EMI.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/585557/2/PE_Caderno_de_Autoavalia%C3%A7%C3%A3o_do_EMI.pdf). Acesso em: 22 maio 2024.

SOUZA, Lanara Guimarães de. **Avaliação pública de políticas educacionais:**

concepções e práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. 2013.

192p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17308/1/Tese%20Lanara%20Souza.pdf>.

Acesso em: 11 mar. 2024.



Acesse no código QR abaixo a playlist com todos os vídeos da interpretação de Libras deste Produto Educacional.



## APÊNDICE B – CONVITE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

(Convite enviado, por e-mail, aos 10 entrevistados, participantes da pesquisa)

### CONVITE

“Sou Margarida Prestes de Souza, servidora do IFRS-Reitoria e discente do Campus Porto Alegre. Gostaria de convidá-lo(a)s a participar da pesquisa que estou desenvolvendo junto ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFRS – *Campus* Porto Alegre, através da realização de entrevista semiestruturada.

A pesquisa, sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Clarice Monteiro Escott e coorientação da professora Dra. Andréa Poletto Sonza, versa sobre “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”.

Para contextualizar o objeto de minha pesquisa, penso ser oportuno uma breve apresentação da minha experiência profissional:

Ingressei no IFRS, no cargo de Assistente em Administração no ano de 1995, na antiga Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek, atual *Campus* Bento Gonçalves. Em junho de 2011 fui removida para a Reitoria, já sob uma nova identidade institucional. Desde então, desempenho minhas atividades junto à Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional, no Departamento de Avaliação Institucional. Fui aprovada no processo seletivo para ingresso no Mestrado Profissional – ProfEPT, em 2022, com o desejo de qualificar minha atuação profissional e aprofundar-me nos temas relativos à área da educação, uma vez que sou licenciada em Letras. Nessa trajetória, escolhi desenvolver a pesquisa voltada à avaliação da Política de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade do IFRS, com intuito de obter subsídios para o desenvolvimento de uma proposta para a autoavaliação da referida política. Para isso conto com a participação da comunidade acadêmica do Campus Bento Gonçalves.

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa por estar envolvido(a) de alguma forma, com a Política de Ações Afirmativas, inclusivas e diversidade do IFRS, cuja temática tem relação com o objeto de pesquisa, numa

perspectiva de sua atuação como protagonista. Juntamente com dados de análise bibliográfica, suas respostas auxiliarão no desenvolvimento de um processo de autoavaliação da PAAF, sendo este um produto educacional, requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, IFRS – Campus Porto Alegre.

Informo que obtive a permissão da Direção-Geral do Campus Bento Gonçalves, para a realização da referida pesquisa, conforme documento em anexo.

Segue anexo também, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Pesquisa – TCLE, já por mim, assinado e que inclui mais detalhes sobre a realização das entrevistas e o roteiro programado para a entrevista, que será gravada em áudio e que poderá ser gravada também em vídeo. Peço, por gentileza, que você também assine o TCLE, caso aceite meu convite e me envie por este e-mail.

Agradeço desde já sua atenção e contribuição, e peço a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail, bem como, caso aceite participar da pesquisa, fornecer informações quanto à data e horário que melhor se encaixe em sua rotina, para a realização da entrevista. O local pode ser no Campus Bento Gonçalves do IFRS.

Comunico que tenho disponibilidade nas segundas-feiras e nas sextas-feiras, em qualquer horário. Caso prefira que eu entre em contato, por telefone, informe o número e horário em que prefere ser contatado(a), que o farei o mais rapidamente possível.

Estou à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.”

Atenciosamente,

Margarida P. de Souza,

Mestranda ProfEPT

**Obs.:**

No caso dos estudantes menores de idade foi encaminhado o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, para que um responsável pudesse assinar pelo menor.

As entrevistas aconteceram conforme a disponibilidade de cada entrevistado. A comunicação ocorreu também por WhatsApp. Nove encontros aconteceram no Campus Bento Gonçalves e um na Reitoria do IFRS.

## APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

Você está sendo convidado para participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”. Seus pais/responsáveis permitiram que você participe. Este projeto está vinculado ao MESTRADO PROFEPT. Nessa pesquisa pretendemos investigar como está sendo implementada a Política de Ações Afirmativas do IFRS, caracterizar os aspectos centrais, suas potencialidades e possíveis fragilidades, detectar a percepção dos sujeitos envolvidos diretamente com a política, entre outros objetivos específicos com a finalidade de desenvolver um produto educacional que contribua para a implementação de um processo de autoavaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, no *Campus* Bento Gonçalves.

Essa pesquisa será feita no *Campus* Bento Gonçalves, através de entrevista semiestruturada, que poderá ser gravada e/ou filmada, apenas após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado/a câmera/filmadora (e/ou celular).

Me disseram que este estudo apresenta risco mínimo, para mim (a), isto é, possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso isso ocorra, serei encaminhado(a) à Coordenação do PROFEPT, para receber o atendimento necessário. Além disso, se eu tiver alguma dúvida, poderei realizar o contato a qualquer hora com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo e ele poderá resolver minhas dúvidas.

Também me disseram que a minha participação no estudo é muito importante, uma vez que se espera obter subsídios, através de minhas percepções sobre a implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, para o desenvolvimento de um processo de autoavaliação com vistas à avaliação da política, por toda a comunidade acadêmica, no intuito de qualificá-la.

Os pesquisadores me informaram e me garantiram os seguintes direitos:

- que minha participação é voluntária e que a qualquer momento posso deixar de participar do estudo, sem que isso me traga qualquer tipo de dano;
- que eu não serei identificado (a) nem pelo meu nome, nem pelo uso de dados ou materiais que possam identificar minha participação no estudo; além disso, será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- de que posso pedir acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de custo na minha participação na pesquisa;
- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que achar

constrangedora ou inadequada.

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

=====

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade ou CPF Nº \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa intitulada: "AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA". Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada e sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi a informação de que a qualquer momento poderei desistir de participar do estudo, e o meu responsável poderá modificar a decisão de permitir minha participação, se assim o desejar. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

=====

**Autorização para uso de imagem/voz**

Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz para fins específicos de divulgação dos resultados da pesquisa, sendo seu uso restrito na análise dos dados coletados na entrevista. Fui informado que serão tomadas todas as medidas possíveis para preservar o anonimato e a minha privacidade.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

=====

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

**CEP/IFRS**

**E-mail:** [cepesquisa@ifrs.edu.br](mailto:cepesquisa@ifrs.edu.br)

**Endereço:** Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

**Telefone:** (54) 3449-3340

**Pesquisador(a) principal: Margarida Prestes de Souza**

**Documento de Identidade:** 2036599716

**Telefone para contato:** (54)999584970

**E-mail para contato:** [margaridaprestesdesouza@gmail.com](mailto:margaridaprestesdesouza@gmail.com)

## APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL – IFRS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

**Prezado (a) Senhor (a):**

Você está sendo convidado(a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”. Este projeto está vinculado ao (MESTRADO ProfEPT). Nessa pesquisa pretendemos, conforme o objetivo geral “viabilizar, a partir do resultado da análise dos dados da pesquisa, o desenvolvimento de um processo de autoavaliação com intuito de avaliar a Política de Ações Afirmativas do IFRS, no âmbito do *Campus* Bento Gonçalves. Os objetivos específicos são:

- Constatar e clarificar os objetivos da PAAF.
- Organizar uma entrevista semiestruturada, técnica de coleta de dados.
- Identificar quem é o sujeito que será entrevistado.
- Investigar como vem sendo implementada a PAAF, no âmbito do IFRS, *Campus* Bento Gonçalves.
- Detectar qual a percepção dos sujeitos, envolvidos diretamente com a PAAF, no *Campus* Bento Gonçalves, quanto à implementação e/ou consolidação da política.
- Relacionar os impactos produzidos na vida acadêmica dos sujeitos atendidos pela PAAF.
- Caracterizar os aspectos centrais da PAAF, suas potencialidades e possíveis fragilidades, com vistas a orientar a construção do processo de autoavaliação.

A pesquisa será feita no *CAMPUS BENTO GONÇALVES*, através de ENTREVISTA, que poderá ser gravada e/ou filmada, após sua autorização. Para a coleta de dados será utilizado uma ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.

=====

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco MÍNIMO para mim (a), isto é: possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato. Caso isso ocorra, serei encaminhado(a) para a Coordenação do ProfEPT, a fim de receber o acompanhamento necessário. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Foi destacado que a minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera que seja possível desenvolver, a partir das percepções dos entrevistados, onde me incluo, um processo de autoavaliação, com vistas a proporcionar a realização da avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, *Campus* Bento Gonçalves, contribuindo assim com a qualificação da Política de Ações Afirmativas, através das ações da gestão, voltadas à revisão dos pontos de maior fragilidade apontados na autoavaliação, pela comunidade acadêmica.

Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- da liberdade de retirar o consentimento, a qualquer momento, e que poderei deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;
- da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro relacionada com a participação neste estudo;
- de que tenho direito a compensação material relativas às minhas despesas e de meu acompanhante com relação à transporte e alimentação, caso esses gastos sejam demandados durante a minha participação no estudo
- de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo ou coleta de material biológico;
- de que posso me recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.
- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

=====

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade ou CPF Nº \_\_\_\_\_, aceito participar da pesquisa intitulada: “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

=====

**Autorização para uso de imagem/voz**

Autorizo o uso de minha imagem e/ou voz para fins específicos de divulgação dos resultados da pesquisa, sendo seu uso restrito à pesquisa, na análise dos dados coletados na entrevista. Fui informado que serão tomadas todas as medidas possíveis para preservar o anonimato e a minha privacidade.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) pesquisador(a)

=====

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

**CEP/IFRS**

**E-mail:** [cepesquisa@ifrs.edu.br](mailto:cepesquisa@ifrs.edu.br)

**Endereço:** Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

**Telefone:** (54) 3449-3340

**Pesquisador(a) principal:** Margarida Prestes de Souza

**Telefone para contato:** (54)999584970

**E-mail para contato:** [margaridaprestesdesouza@gmail.com](mailto:margaridaprestesdesouza@gmail.com)

**APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COORDENADOR DE NÚCLEO**

- a) Quando o núcleo foi criado? Naquele momento havia alguma demanda específica? Como funciona atualmente? Como foi a implantação da Política de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade no núcleo sob sua coordenação?
- b) Como vem ocorrendo o processo de implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS no núcleo sob sua coordenação? Como a demanda pelas ações afirmativas tem sido contemplada, no núcleo sob sua coordenação? É possível fornecer dados sobre como isso acontece, por exemplo, o quantitativo de ingressantes e /ou concluintes, do Ensino Médio Integrado, contemplados pela PAAF?
- c) Como os aspectos políticos e econômicos do país, principalmente nos últimos anos, têm afetado a implementação da PAAF, no âmbito de seu núcleo?
- d) Quais as atividades/ações previstas que não foram realizadas? Por quais motivos?
- e) Os estudantes do Ensino Médio Integrado, atendidos pelo seu núcleo desde o ingresso, têm permanecido no curso, até a conclusão?
- f) O núcleo tem o registro dos estudantes do EMI, beneficiados com a PAAF, que após a conclusão foram inseridos no mundo do trabalho?
- g) Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAF, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo?
- h) Qual a sua percepção quanto à acessibilidade física, pedagógica e atitudinal em relação aos estudantes do EMI que são atendidos pela PAAF?
- i) Na sua percepção, quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAF?
- j) Há, no campus, um espaço sistemático para a realização de reuniões para discussão sobre o processo dos estudantes atendidos pela PAAF?
- k) Os relatórios anuais produzidos pelo Núcleo durante os anos de 2021, 2022 e 2023, podem ser socializados? Como tais relatórios têm sido produzidos e incorporados na avaliação institucional, sistematizada pela CPA, ou seja, quais procedimentos e critérios têm sido utilizados?
- l) Como você define e/ou identifica o que seriam as ações afirmativas no contexto do IFRS, Campus Bento Gonçalves, em especial às destinadas à permanência e ao êxito do estudante beneficiado pela PAAF?
- m) Quais programas e ações estão sendo desenvolvidos neste momento. Como são

avaliadas tais ações e que critérios você sugere que sejam considerados na avaliação das mesmas?

## APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DISCENTE

- a) Como você define e/ou identifica o que seriam as ações afirmativas no contexto do IFRS, Campus Bento Gonçalves, em especial às destinadas à permanência e ao êxito do estudante beneficiado pela PAAF?
- b) A PAAF contribuiu para o seu ingresso na instituição/curso? Como?
- c) Qual a sua percepção quanto ao seu desempenho na avaliação da aprendizagem e a relação com a PAAF?
- d) A PAAF tem contribuído para a sua permanência no curso/instituição? De que forma?
- e) De que forma você percebe o acolhimento dos docentes e técnicos administrativos, devido a sua condição de beneficiado pela política?
- f) Como os servidores (técnicos administrativos e docentes) lidam com as principais dificuldades identificadas no contexto da prática acadêmica?
- g) Há alguma avaliação realizada ou manifestação pelos discentes, quanto à implementação da política?
- h) Qual sua percepção em relação à adesão ou resistência dos seus colegas em relação à Política?
- i) Na sua opinião, como a Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade tem impactado na prática de sala de aula?
- j) Na sua percepção há na instituição barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais para o pleno acesso dos estudantes atendidos pela PAAF?
- k) Na sua percepção quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAF? Quais critérios devem ser considerados na avaliação da PAAF?

## **APÊNDICE G – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES**

- a) Como a Política de Ações Afirmativas do IFRS foi recebida pelos docentes do Ensino Médio Integrado? Qual a sua percepção quanto à implementação da política?
- b) Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os professores lidam com essas dificuldades?
- c) Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAF?
- d) Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?
- e) Que estratégias têm sido adotadas para minimizar as desigualdades identificadas e evidenciadas no convívio com os estudantes atendidos pela PAAF?
- f) As estratégias adotadas contribuem para o debate sobre a PAAF e para os aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados?
- g) Na sua percepção quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAF? Quais critérios devem ser considerados na avaliação do PAAF?

**APÊNDICE H – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TÉCNICO ADMINISTRATIVO**

- a) Qual a sua percepção quanto à oferta de capacitação para os servidores técnicos administrativos para atuarem nos processos educacionais voltados para as ações afirmativas?
- b) Qual é a sua percepção quanto à recepção aos estudantes do EMI, atendidos pela PAAF, pela comunidade acadêmica, ou seja, discente, docente e técnico administrativo?
- c) Na sua percepção, até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, permanência e êxito dos estudantes beneficiados de alguma forma pela PAAF?
- d) Como a Política de Ações Afirmativas foi recebida pelos TAES? Qual a sua percepção quanto à implementação da política?
- e) Na sua percepção há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?
- f) Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática, na implementação da Política de Ações Afirmativas do IFRS? Como os técnicos administrativos lidam com essas dificuldades?
- g) Na sua percepção quais são as questões imprescindíveis para avaliar a PAAF? Quais critérios devem ser considerados na avaliação da PAAF?

## APÊNDICE I - QUADRO DE PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS

<b>Categorias de Análise</b>
<b>Percepções das coordenadoras dos núcleos Neabi, Neps e Napne</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ingresso dos estudantes negros, pardos e indígenas (PPI) por cotas. Agora é possível presenciar alunos de outras etnias junto de nós.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Um grupo de estudantes queria estudar mais sobre questão de gênero e questões vinculadas a doenças sexualmente transmissíveis.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Formação externa de professores em salas de aula aqui do município, com a formação na área do autismo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● São oferecidas as vagas especiais chamadas de cotas, para o ingresso dos PPI e pessoas com deficiência nos processos seletivos e concursos públicos e ainda a garantia da acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida ou que tenha alguma deficiência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Rodas de conversas para debater sobre questões de gênero. Institucionalizar algumas ações por meio dos projetos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● No Napne a política foi implementada de forma tranquila. Tivemos um aporte financeiro que nos permitiu um grande incremento nas atividades realizadas pelo núcleo.</li> </ul>
<p>Falta adequação, principalmente as passarelas de ligação entre os blocos e também dos caminhos acessíveis que saem do Napne, até os blocos de sala de aula.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pós pandemia, número de reuniões que se imaginava que fosse possível, não foi possível, não por questões financeiras, mas por questão de adesão. Teve dias que nenhum servidor ou estudante conseguia atender essa reunião.</li> <li>● Na questão financeira a gente acaba tendo que usar alternativas, pra ter um caixinha para o núcleo para a aquisição de materiais para as atividades.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Um projeto que iria fazer a sinalização do Napne, passando pela questão do autismo, ter um espaço seguro, uma marcação fixa. Mas não conseguimos o recurso.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>● Evasão muito grande dos estudantes, principalmente os indígenas.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● O Nepgs atua muito na questão de trabalhar a ideia de direitos humanos, de trabalhar uma proposta de acolhimento, Enfim, acredito que colabora na não evasão desses estudantes especificamente.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Os estudantes PcDs têm permanecido no curso.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Temos uma estudante que fez o integrado de Agropecuária e hoje trabalha numa Pet Shop;</li><li>● Tem outro PcD que está se formando agora em horticultura. Ele fez um estágio na propriedade da família e vai implementar aquilo que ele está fazendo.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Existe muita discriminação e preconceito inculcado nas pessoas.</li><li>● Ainda há uma certa rejeição quanto a aceitação dos estudantes que ingressaram pelas cotas e que são diferentes. Temos que desestruturar uma ideia preconceituosa e isto leva tempo.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Na questão gênero e sexualidade tem muitas pessoas que são sensíveis. Tem muitas resistências entre servidores de um modo geral.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Ainda precisamos crescer em questões civilizatórias. Falta sensibilidade e compreensão por muitos de que a inclusão não é favor, é obrigação, é fato dado.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Programa Resgatando Raízes: a influência dos indígenas e africanos na formação do povo e da cultura brasileira com Cursos de Pintura em Estatuetas Africanas, Curso de Capoeira Angola, oficinas de bonecas negras, oficinas dos filtros de sonhos.</li><li>● Aulas de português para estrangeiros.</li><li>● Matrícula especial para indígena.</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>● Projetos relacionados a gênero, são projetos de extensão - Caderno Empoderado;</li><li>● Clube de leituras, rodas de conversa, Lives e palestras, confecção de jogos, saraus,</li></ul>

- Dentro das temáticas de gênero, alguns projetos têm sua especificidade, como por exemplo, o programa dignidade menstrual, que é voltado para pessoas que menstruam, por exemplo.
- Tem os formulários de avaliação que procuram captar as impressões dos participantes. Acredito que os critérios sejam a percepção dos participantes, se estes apreenderam os conteúdos abordados, se houve participação efetiva nas propostas.

- Atendimento aos alunos em sala de aula e atendimentos psicopedagógicos no Napne;
- Reuniões de formação com professores do campus;
- Reunião para elaboração de PEIs;
- Formação de professores da Rede Municipal de AEEs

- Temos muito que trabalhar para termos uma escola perfeita. Na questão atitudinal, percebe-se muito preconceito e discriminação, na parte pedagógica, os professores, mesmo demonstrando bastante interesse necessitam de maiores formações e na questão física, o Campus necessita de muitas adequações ainda.

- O NEPGS tem por finalidade atingir a toda a comunidade escolar, interna ou externa, pois as questões de gênero atingem a todas as pessoas e não a públicos específicos. Há bastante resistência em relação às questões de gênero, e acredito que poderia haver um número maior de ações e um respaldo mais evidente e articulado.

- Alguns espaços têm acessibilidade.
- O elevador do bloco A não funciona.
- Necessidade de equipamento guarda-sol para cadeirante e corredores cobertos.

- Fiscalização para saber se a Lei está sendo cumprida e como está sendo trabalhada estas questões dentro do Campus.

- É bem importante ter essa avaliação, esse retorno do ensino, muitas vezes

ela (avaliação) reflete discursos de pessoas que não sabem o que é o Nepgs. E de pessoas que odeiam o Nepgs.

- O envolvimento da comunidade escolar como um todo. A percepção de inclusão e o quanto temos conseguido de sucesso acadêmico de nossos alunos.

- Faço relatórios desde que assumi o Neabi, mas somente de três anos pra cá é que foram solicitados pelo departamento de extensão. Mas somente este setor tem conhecimento das atividades, os demais departamentos não tomam conhecimento.

- Os relatórios que a gente faz não são do núcleo. São relatórios do programa. Eu faço um memorial das ações feitas e também as portarias do Nepgs campus Bento Gonçalves para ter uma ideia do quantitativo de estudantes, de servidores que estiveram no núcleo, pelo menos registrados.

- Neste quesito precisamos evoluir muito. Os relatórios acabam apenas sendo das atividades realizadas, controles de atendimento e vinculados aos resultados escolares. Não veio a incorporação a outras avaliações e vinculados a ações maiores, salvo a de aumentos ou não de colaboradores para atendimento.

- O que está auxiliando a permanência dos estudantes são as bolsas destinadas para esses estudantes especiais.

- Uma série de medidas, muitas vezes econômicas, porque a gente tem vários estudantes em situação de vulnerabilidade grande. Mas, nossos casos de políticas afirmativas, eu acho que a gente vai além da questão específica. Trabalha a questão emocional, do acolhimento e da oitiva do estudante.

- A gente tem esse papel enquanto Ações afirmativas de uma formação integral dos estudantes.

- Se o Nepgs está ali dando suporte, está tentando ouvir o estudante, dar fluxo, muitas vezes para as situações que ele traz. Ele se sente representado. As ações afirmativas, são políticas que dão acesso, que garantem que o estudante possa estar em aula. Que ele possa estar se sentindo bem e confortável. E isso remete no êxito.

- Acompanhamento integral ao estudante, de acordo com sua necessidade específica. Isso compreende desde todas as adaptações curriculares de pequeno, médio ou grande porte, contato permanente com as famílias, adequações constantes, além da preocupação com o bem estar emocional do estudante.

**Categorias de Análise**  
**Percepções dos Estudantes**

- Tem professores que são muito acolhedores.
- Os alunos nunca fizeram uma avaliação muito direta sobre a política de ações afirmativas.
- A PAAf não tem impactado na prática da sala de aula.
- Tem problemas com barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógica.

**Categorias de Análise**  
**Percepção dos Docentes**

- Eu percebo que ela (a política) tem uma aceitação bem ampla a partir das diferenças das dificuldades que a gente encontra hoje na sociedade que se reflete nos nossos estudantes. Os docentes, eles conseguem na sua grande maioria. Eu não posso falar que são absolutamente todos, mas de uma forma geral, essa política é compreendida e aceita de uma forma satisfatória.
- A gente busca sempre tomar alguma medida para que essas dificuldades (no contexto da prática da PAAf) sejam superadas. E que as turmas aceitem esses colegas. E eles também se sintam bem acolhidos aqui.
- Percebe-se que o número de candidatos no processo seletivo aumentou, em alguns cursos, nos últimos anos. Assim aumentou também o número de matriculados. Com todas as ações de acolhimento promovidas pelo campus, o atendimento especializado, a assistência prestada aos alunos, fazem com que os mesmos sintam-se pertencentes à instituição e, às vezes, com muito esforço, conseguem atingir o êxito e concluem o curso
- A questão do gênero acaba gerando algumas polêmicas

<ul style="list-style-type: none"> <li>● A colaboração dos núcleos e dos profissionais que atuam junto aos núcleos tem sido imprescindível para minimizar as desigualdades identificadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Os servidores necessitam de mais formação, capacitação para trabalhar com a inclusão e a diversidade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● O perfil do nosso discente ingressante, nosso público, isso é fundamental conhecê-lo. Buscar um direcionamento, tipo entender a realidade desses estudantes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● A carência de profissionais especializados é também um desafio. Então a gente precisa, se for fazer a avaliação dessa política, levar em conta, não esquecer daquilo que é necessário para executar, ter êxito nas ações. Ao meu ver é isso. E também eu acho que essa avaliação continua, envolve também em conseguir fazer a análise das informações ao longo do tempo, uma série histórica...</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Levantar o maior número possível de informações para análise e criação de indicadores que possam avaliar a política a fim de obter respostas quanto ao cumprimento dos objetivos propostos. As questões poderiam iniciar por sondar qual o conhecimento que o sujeito que vai responder tem em relação à Política de Ações Afirmativas. Porque, a partir desta resposta dará para entender as respostas seguintes, que deverão ser mais específicas e a respeito das ações decorrentes da política, em cada um de seus núcleos.</li> </ul>
<p><b>Categorias de Análise</b></p> <p><b>Técnicos administrativos</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Vejo que acontecem vários eventos voltados para a temática de Gênero e sexualidade e cultura afro e indígena, porém não tenho conhecimento sobre capacitações voltadas para estes temas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Os TAES que não são diretamente ligados à assistência estudantil ou setores que tratam diretamente com os estudantes, não têm conhecimento nenhum quanto às ações afirmativas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acredito que a política precisa ser mais divulgada e trabalhada, tanto entre os técnicos, como docentes e discentes.</li> </ul>

- O acesso tem melhorado a cada ano, mas muitos estudantes ingressantes por cotas não conseguem avançar, principalmente os PcDs. Muitos docentes têm dificuldades no dia a dia da sala de aula.
- Por vezes até julgam como sendo desnecessárias algumas ações. Falta conhecimento, sensibilização, divulgação ampla da política de ações afirmativas.
- O problema é com os alunos, porque uns se sentem prejudicados em relação ao outro, pois acreditam que os professores dão maior atenção ao colega, na maioria das vezes por ser um aluno com necessidades específicas.
- No campus Bento existe muito preconceito quanto a tudo que é diferente. Isso é visto na forma como as pessoas negras, com deficiência, homossexuais ou transgêneros são tratadas (exclusão, *bullying*, etc). Temos tido várias situações nesse sentido nas quais precisamos trabalhar com os estudantes. Os núcleos buscam sempre fazer o seu trabalho da melhor forma, estão sempre buscando trabalhar as várias questões que surgem, há trocas com a assistência estudantil por parte de alguns núcleos e conseguimos fazer trabalhos conjuntos. Mas também há servidores e estudantes que possuem os seus preconceitos e, muitas vezes, não estão dispostos a mudar, acham que é “frescura”, “bobagem”, “coisa de quem não tem o que fazer”. Acredito que essa é a maior dificuldade enfrentada.
- Saber qual o grau de envolvimento tem, em relação à Política de Ações Afirmativas, a pessoa que vai responder ao questionamento (avaliação). Isso porque a grande maioria, seja aluno, professor ou técnico administrativo, não tem conhecimento suficiente para opinar sobre a questão.

## APÊNDICE J – CONVITE E QUESTIONÁRIO PARA A AVALIAÇÃO DO PE

Prezado(a):

Você participou de entrevista para a pesquisa intitulada “AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFRS: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA” e agora está sendo gentilmente convidado(a) a participar da avaliação do produto educacional - Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS, resultado da pesquisa.

Este questionário constitui o instrumento de avaliação do produto educacional decorrente do trabalho de pesquisa que desenvolvo junto ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no IFRS – *Campus* Porto Alegre.

O questionário é ANÔNIMO, e o endereço de e-mail da respondente é coletado apenas para verificarmos se ninguém respondeu duas vezes o mesmo por engano.

Trata-se de um produto educacional classificado como material textual no documento CAPES da área de ensino. O PE está vinculado à linha de pesquisa “Organização e Memórias do espaço pedagógico formal e não formal em EPT” e ao macroprojeto 6. Organização de espaços pedagógicos da EPT, sob a orientação das Professoras, Doutoras Andréa Poletto Sonza e Clarice Monteiro Escott.

Margarida P. de Souza,  
Mestranda ProEPT.

\*Se possível, responder até 28/05/2024.

Segmento: Discente: ( )

Docente: ( )

TAE: ( )

Coordenação de Núcleo: ( )

1. O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” está organizado de forma didática.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Indiferente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

2. O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” possui acessibilidade.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Indiferente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

3. A linguagem utilizada no Guia é clara e de fácil entendimento.

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente

- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

4. O aspecto visual com imagens temáticas, chama a atenção para o conteúdo textual.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

5. O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” contribuirá na consolidação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

6. O “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” tem potencial para atuar como material textual que promova a sensibilização, para a participação na Autoavaliação Institucional, avaliando assim a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

7. O “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” apresenta um conteúdo que proporciona aprimoramento nos conhecimentos acerca da temática “Ações Afirmativas”, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Indiferente
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

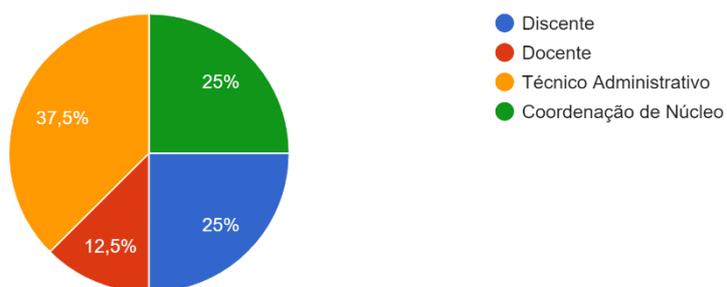
8. No espaço abaixo deixe suas sugestões para a melhoria do Produto Educacional:

## APÊNDICE K- RESPOSTAS DA AVALIAÇÃO DO PE

### Resultados da Avaliação do PE

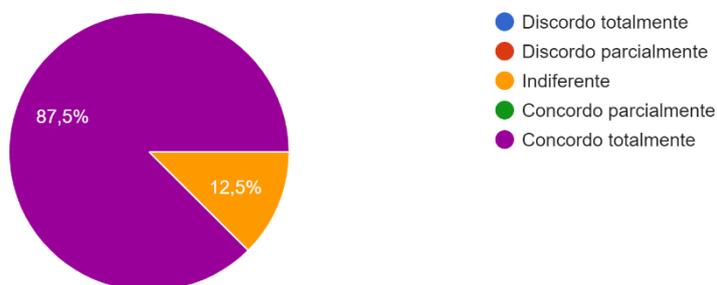
Segmento

8 respostas



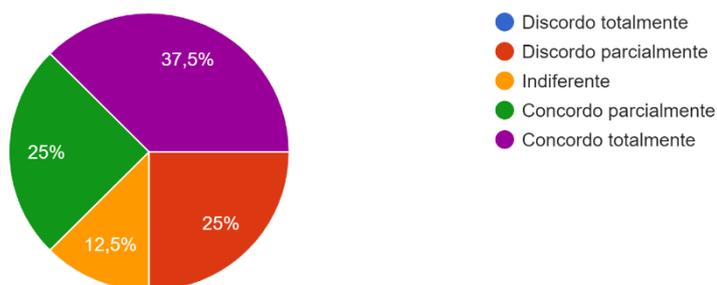
1. O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” está organizado de forma didática.

8 respostas



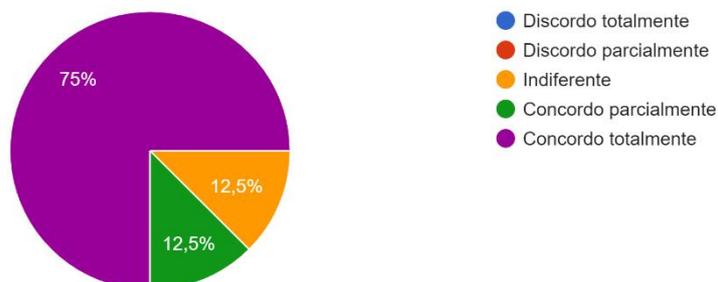
2. O produto educacional “Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS” possui acessibilidade.

8 respostas



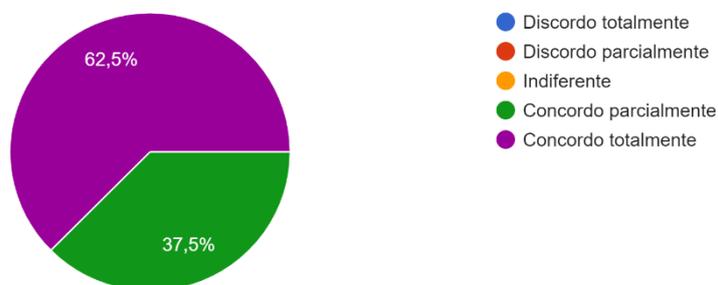
3. A linguagem utilizada no Guia é clara e de fácil entendimento.

8 respostas



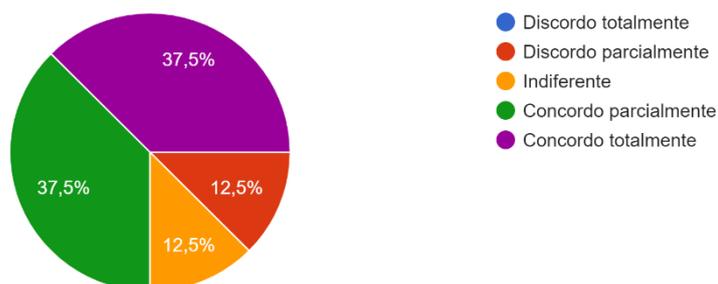
4. O aspecto visual com imagens temáticas, chama a atenção para o conteúdo textual.

8 respostas



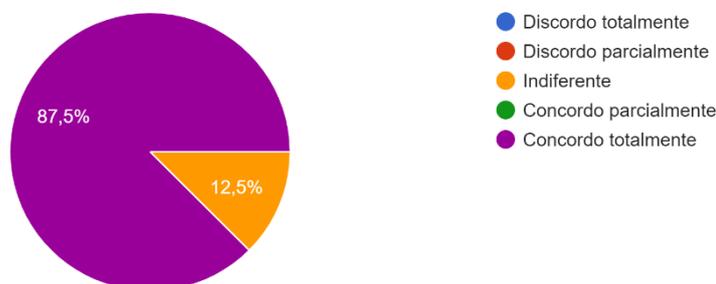
5. O produto educacional "Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS" contribuirá na consolidação da Política de Ações Afirmativas do IFRS.

8 respostas



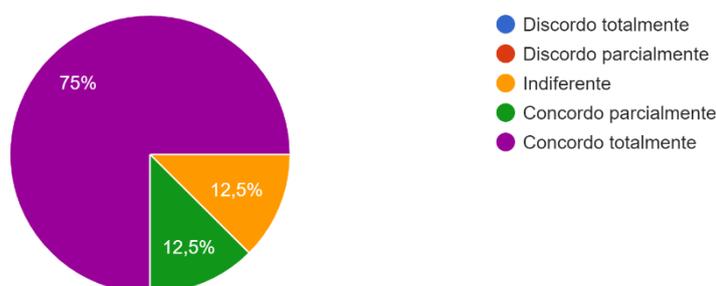
6. O "Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS" tem potencial para atuar como material textual que promova a sensibilização, par...ndo assim a Política de Ações Afirmativas do IFRS.

8 respostas



7. O "Guia de Avaliação da Política de Ações Afirmativas do IFRS" apresenta um conteúdo que proporciona aprimoramento nos conhecimentos ace...ontexto da Educação Profissional e Tecnológica.

8 respostas



8. No espaço abaixo deixe suas sugestões para a melhoria do Produto Educacional.

2 respostas

Apenas justificando a resposta 05. Os documentos por si só, não são responsáveis pela transformação. Eles são de suma importância, mas precisam estar vinculados a ações de mobilização, conscientização e mudança de olhar. Não olho mais com bons olhos as avaliações institucionais, pois por anos participamos e em determinados assuntos pouco se vê de mudança nas sugestões (na prática). Parabenizo a iniciativa deste guia. É bem importante sua divulgação! O conhecimento está detalhado e permite uma boa compreensão das ações afirmativas em nosso IFRS.

Para que o documento seja considerado acessível deve ter a descrição das figuras e tb, se possível, acompanhar um vídeo com uma intérprete de Libras descrevendo este documento.

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Avaliação da Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade do IFRS: o Caso do Campus Bento Gonçalves

**Pesquisador:** MARGARIDA PRESTES DE SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 65774122.0.0000.8024

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.825.068

#### Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa se propõe a investigar as possibilidades de avaliação da Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. O Campus Bento Gonçalves é o escolhido para a realização da pesquisa, por se tratar do campus que foi proponente quando da criação dos institutos federais e por ter os núcleos de Ações Afirmativas implementados e consolidados. Considera-se, para este recorte de pesquisa, os últimos oito anos, desde a aprovação da Política de Ações Afirmativas conforme a Resolução Consup N° 022, de 25 de fevereiro de 2014. O público-alvo da pesquisa são os coordenadores dos núcleos de ações afirmativas, por serem os servidores que melhor conhecem a temática de seus núcleos: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs). No segmento discente são três estudantes do Ensino Médio Integrado, beneficiados de alguma forma, pela Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade (PAAF). Também serão entrevistados dois docentes do Ensino Médio Integrado que têm interação com discentes atendidos pela PAAF e dois técnicos administrativos que desempenham suas funções em setores que estão envolvidos diretamente com a política, no Campus Bento Gonçalves do IFRS. A pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, tem como temática a avaliação da Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade do IFRS: o caso do

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 95.700-088

**UF:** RS

**Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.825.068

Campus Bento Gonçalves. A PAAF (IFRS) completa neste ano de 2022, oito anos de sua implantação e carece de uma avaliação para verificar se os objetivos inicialmente propostos têm sido alcançados. Um estudo bibliográfico e documental embasará a

pesquisa. Posteriormente, será desenvolvida uma entrevista semiestruturada, com intuito de coletar as percepções dos atores participantes, acerca das ações desenvolvidas na implementação da Política. Após a análise dos dados e demais etapas da pesquisa espera-se obter subsídios suficientes para elaborar um Produto Educacional, que contribua para o processo de avaliação da PAAF. Calcula-se que o Produto Educacional criado e aprovado, seja incorporado ao Programa de Avaliação Institucional, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação. A expectativa é que esta ação permitirá que todos os segmentos avaliem a PAAF, consolidando o IFRS como instituição inclusiva, que prima por uma educação integral, na perspectiva da emancipação humana, articulando trabalho, educação, ciência, cultura e tecnologia.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar as possibilidades de implementação de um processo de avaliação da Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade do IFRS, que contribua para a sua consolidação.

Objetivo Secundário:

- Examinar a Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade do IFRS, seus pressupostos e ações.
- Investigar como vem sendo implementada a PAAF, no âmbito do IFRS, Campus Bento Gonçalves.
- Detectar qual a percepção dos sujeitos, envolvidos diretamente com a PAAF, no Campus Bento Gonçalves, quanto à implementação e/ou consolidação da política.
- Relacionar os impactos produzidos na vida acadêmica dos sujeitos atendidos pela PAAF.
- Caracterizar os aspectos centrais da PAAF, suas potencialidades e possíveis fragilidades, com vistas a orientar a construção de um processo de avaliação.
- Desenvolver um produto educacional que contribua para a implementação de um processo de avaliação da PAAF no IFRS.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Tanto riscos quanto benefícios foram escritos de maneira adequada. Porém é necessário unificar o

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086  
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES  
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: oepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.825.068

encaminhamentos caso os riscos se concretizem, em todos os termos, brochura e PB. Ora lê-se Coordenação do ProfEPT, ora CEP IFRS, lembrando que não é competência do CEP atender situações de risco;

**Riscos:**

Os riscos envolvidos na pesquisa são mínimos, visto que as entrevistas serão de consentimento dos participantes, que poderão solicitar sua exclusão da pesquisa a qualquer tempo, a participação será voluntária e não haverá constrangimento aos mesmos. As entrevistas serão previamente agendadas e realizadas pessoalmente, nas dependências do Campus Bento Gonçalves, gravadas em áudio e vídeo, que servirão para a posterior análise de conteúdo e para facilitar a de gravação das entrevistas. Ainda assim, caso o participante não se sinta à vontade com a gravação em vídeo, a entrevista poderá ser realizada, gravando somente em áudio. Os riscos seriam caracterizados pela possibilidade de mobilizar sentimentos e percepções e causar desconforto pelo desconhecimento, porém, apenas assuntos relacionados com a atual pesquisa serão questionados nas entrevistas. Em caso de manifestação dos riscos, os participantes serão encaminhados à coordenação do ProfEPT, que tomará as medidas cabíveis para que os participantes tenham suas necessidades atendidas.

**Benefícios:**

O principal benefício da pesquisa será a proposição de um processo de avaliação da implementação da Política de Ações Afirmativas, Inclusão e Diversidade do IFRS. Pretende-se que o produto educacional contribua para a promoção da participação das pessoas (atores institucionais) na avaliação da implementação da PAAF do IFRS. A pesquisa oportuniza aos participantes, a sua manifestação quanto às ações previstas e desenvolvidas, bem como a exposição das suas percepções acerca da PAAF, no âmbito do Campus Bento Gonçalves. Os participantes serão beneficiados com a pesquisa, pois o resultado apontará as potencialidades ou fragilidades na implementação da política e as demandas advindas da pesquisa serão subsídios para o desenvolvimento de um Processo de Avaliação a ser aplicado nos campi da instituição e o resultado da avaliação da implementação da PAAF, resultará em ações de saneamento das possíveis fragilidades apontadas.

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086  
UF: RS Município: BENTO GONCALVES  
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: oepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 5.825.068

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa é parte do Trabalho de Mestrado do ProfEPT;
- 3) Tipo de fomento: Financiamento próprio;
- 4) Tamanho da amostra: 10 participantes, sendo 7 maiores de 18 anos: 2 docentes, 3 Coordenadores de Núcleo, 2 TAEs; e três menores de 18 anos: 3 discentes;
- 5) Previsão de início e término do estudo: 06/12/22 a 31/04/2024.
- 6) Coleta de dados: 02/02/23 a 31/03/23;
- 7) O estudo prevê retorno ao público participante.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusão ou pendências e lista de inadequações".

**Recomendações:**

Recomenda-se observar a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Solicitamos providências quanto às seguintes pendências:

- 1) Adicionar em todos os termos, brochura e PB, orientação unificada para encaminhamento caso os riscos se concretizem.
- 2) Adicionar no "Anexo A" (TCLE pais ou responsáveis) o texto referente ao termo de direito e uso de imagem.

Solicitamos uma carta de resposta às pendências elencadas neste parecer, juntamente com as alterações em destaque nos documentos, no prazo de 30 dias.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Observar a redação de uma Carta Resposta contemplando cada uma das alterações/sugestões apontadas no item Pendências e Lista de Inadequações, bem como o destaque das alterações realizadas nos documentos para melhor permitir o acompanhamento das pendências elencadas.

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086  
UF: RS Município: BENTO GONCALVES  
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 5.825.068

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	autorizacao_institucional.pdf	05/12/2022 12:30:39	JAIR ROBERTO GALLINA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2060971.pdf	05/12/2022 11:37:29		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.docx	05/12/2022 11:31:47	MARGARIDA PRESTES DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	05/12/2022 11:28:45	MARGARIDA PRESTES DE SOUZA	Aceito
Outros	APENDICED.docx	05/12/2022 11:25:27	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Outros	APENDICEC.docx	05/12/2022 11:25:08	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Outros	APENDICEB.docx	05/12/2022 11:24:44	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Outros	APENDICEA.docx	05/12/2022 11:24:27	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Outros	ANEXOATALEESTUDANTES.docx	05/12/2022 11:23:28	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Outros	ANEXOATCLEPAIS.docx	05/12/2022 11:23:04	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	05/12/2022 11:16:28	MARGARIDA PRESTES DE	Aceito

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BENTO GONCALVES, 18 de Dezembro de 2022

Assinado por:  
**CINTIA MUSSI ALVIM STOCCHERO**  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086  
UF: RS Município: BENTO GONCALVES  
Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br

**ANEXO B – SUBMISSÃO DO ARTIGO "POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS NOS INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL"**

[ScientiaTec] Agradecimento pela submissão

**Profª Drª Maria Cristina Caminha de Castilhos França**

sáb., 16  
de mar.,  
11:24

para mim

Margarida Prestes de Souza,

Agradecemos a submissão do trabalho "Políticas Públicas e Ações Afirmativas nos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul" para a revista ScientiaTec.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/authorDashboard/submission/7166>

Login: xxxxxxxxxxxx

Em caso de dúvidas, entre em contato via e-mail.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de compartilhar seu trabalho.

Profª Drª Maria Cristina Caminha de Castilhos França

Comissão Revista ScientiaTec

[periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec](https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec)